



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO DA CUNHA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALINE CAROLINA DA ROCHA MOTA**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM ANGOLA:  
ANÁLISE DECOLONIAL DOS INVESTIMENTOS CHINESES DIRECIONADOS AO  
SETOR AGRÍCOLA**

**JOÃO PESSOA  
2021**

ALINE CAROLINA DA ROCHA MOTA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM ANGOLA:  
ANÁLISE DECOLONIAL DOS INVESTIMENTOS CHINESES DIRECIONADOS AO  
SETOR AGRÍCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI - UEPB), como requisito de defesa para título de Mestre.

**Área de concentração:** Cooperação, Integração e Instituições Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite.

**JOAO PESSOA  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M917d Mota, Aline Carolina da Rocha.  
Desenvolvimento socioeconômico em Angola [manuscrito] :  
análise decolonial dos investimentos chineses direcionados ao  
setor agrícola / Aline Carolina da Rocha Mota. - 2021.  
102 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-  
Graduação e Pesquisa, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Desenvolvimento socioeconômico. 2. Agricultura. 3.  
Angola. 4. China. I. Título

21. ed. CDD 327.17

ALINE CAROLINA DA ROCHA MOTA

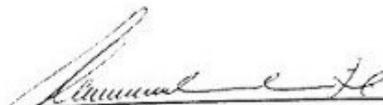
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM ANGOLA:  
ANÁLISE DECOLONIAL DOS INVESTIMENTOS CHINESES DIRECIONADOS  
AO SETOR AGRÍCOLA

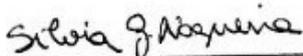
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI - UEPB), como requisito de defesa para título de Mestre.

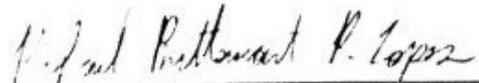
Área de concentração: Cooperação, Integração e Instituições Internacionais.

Aprovada em: 05/10/2021

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dra. Silvia Garcia Nogueira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS)

À minha mãe, pai e irmã, pelo apoio em cada etapa da minha vida. A todos/as os pesquisadores/as que mesmo diante do desmonte da educação brasileira, seguem perseverantes pois sabem da relevância da pesquisa científica, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

As primícias destes agradecimentos são direcionadas ao meu Senhor e meu Deus, a quem amo com todas as minhas forças, sirvo e dedico minha existência. Costumo dizer, aos que são mais próximos a mim, que o Senhor cuidou de cada momento em que estive no mestrado. Desde a escolha do programa, o processo seletivo, disciplinas, orientação, estágio docência, período de isolamento na pandemia, mudança de cidade, financiamento da pesquisa, qualificação e defesa. Parte das atividades da pós-graduação foram realizadas de maneira remota, distante do ambiente acadêmico tornando tudo mais cansativo, desgastante e, por vezes, desestimulante. Em Mateus 11:28-30, o Senhor convida a todos/as – e a cada um/a – a levar até Ele os nossos cansaços, garantindo-nos o alívio necessário. Em obediência, assim o fiz. E os anos de mestrado foram extremamente desafiadores para mim – e mais longos do que eu planejei -, porém, o jugo suave e o fardo leve daquele em quem eu escolhi, livremente, abandonar toda a minha confiança transformaram meus dias. Obrigada, meu Senhor!

À Nossa Senhora, minha mãe e intercessora.

Agradeço à minha família, em especial minha mãe, Eliene e minha irmã, Alanne. Vocês são o acolhimento e apoio que eu sei que sempre terei, independente das circunstâncias. Ao meu pai, que me forneceu as condições materiais ao longo de toda a minha vida para que eu chegasse até aqui. O amor que sinto por vocês é imenso.

Ao professor Alexandre Leite, por todo apoio e dedicação, pelas leituras sugeridas, pela paciência, conselhos e atenção. Ser orientada pelo senhor foi, antes de tudo, um grande privilégio. Sua generosidade ao ensinar e o seu olhar humano para com as realidades difíceis do nosso tempo e para as necessidades de cada orientando foram fundamentais nesse percurso.

Aos professores do Programa que foram extremamente solícitos, sobretudo no primeiro semestre do mestrado, período em que eu precisei de certa flexibilidade de horários, uma vez que conciliava as disciplinas e as atividades da pós-graduação com o trabalho fora da academia. A compreensão e empatia que tiveram por mim naquele momento possibilitaram minha continuidade no mestrado, gesto que jamais esquecerei. Agradeço de maneira especial à Profa. Silvia Nogueira, por quem tenho um profundo respeito e admiração, é uma honra tê-la avaliando o meu trabalho.

Às Professoras Ana Garcia, Anna Carletti e Carolina Milhorce que estiveram presentes na banca de qualificação. Ao Prof. Rafael Bittencourt por aceitar compor a banca de defesa final da dissertação.

Às minhas queridas amigas, Jeanne Rocha e Rafaella Nunes. Obrigada pelo conhecimento compartilhado, pela vivência e companheirismo que me enriqueceram como pessoa e como profissional, vocês foram fundamentais ao longo de todas as disciplinas e tornaram essa jornada mais leve e divertida. Ao Rodrigo Otero que se tornou um amigo querido, obrigada por todo conhecimento compartilhado, pelas conversas e até pelos áudios de 6 minutos, cheios de bom humor que me trouxeram boas risadas, mas também força para continuar o percurso.

Aos demais colegas de classe que tornaram o dia a dia das disciplinas mais interessantes, contribuindo para o debate e o aprendizado, em especial Maria Bruna.

Aos membros do GEPAP, em especial Polianna Almeida, cuja parceria e trabalhos desempenhados em conjunto permitiram meu desenvolvimento profissional e pessoal.

À Rosa Ferraro, pelo acolhimento, orações e momentos de partilha, fundamentais no período em que morei em João Pessoa.

Aos funcionários da UEPB, Ellen e Valentim, pela presteza e atendimento quando foi necessário.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

“A compreensão do campo das Relações Internacionais é permeada por identidades rígidas, fronteiras claramente identificáveis e rótulos impostos. São eles que devem ser questionados, repensados e abertos para que haja a possibilidade de múltiplos saberes e ‘descolonizar’ as Relações Internacionais. (Capan, 2019, p.9).”

## RESUMO

Angola é uma das principais economias da África Austral. Ao longo de seu processo de desenvolvimento, Angola deu prioridade a investimentos no setor petrolífero que, rapidamente, tornou-se o principal motor de sua economia. Esta opção tornou o país vulnerável às oscilações do mercado internacional. Para contornar esta conjuntura, o Estado angolano tem priorizado a diversificação da matriz econômica, a partir do desenvolvimento de outros setores. Nesse sentido, esta dissertação se debruça sobre o setor agrícola angolano, uma vez que este se constitui como uma importante estratégia para diversificar a economia e contornar os problemas socioeconômicos constatados em Angola, com destaque para a pobreza e insegurança alimentar. Na busca pela intensificação do desenvolvimento socioeconômico, Angola tem a China como um importante parceiro. O país asiático tem se inserido de maneira consistente em todo o continente africano. Angola possui um lugar de destaque no destino dos investimentos chineses. Diante disto, a presente dissertação tem como objetivo central analisar as implicações dos investimentos chineses direcionados ao setor agrícola angolano e a contribuição dos mesmos no processo de desenvolvimento socioeconômico de Angola. A perspectiva teórica adotada foi a decolonialidade. A análise foi realizada utilizando-se da estratégia de estudo de caso, com emprego da metodologia qualitativa e utilização de dados quantitativos, a partir da estatística descritiva. Ademais, utilizou-se como técnica de análise a revisão bibliográfica e documental. Conclui-se que os investimentos chineses direcionados ao setor agrícola de Angola contribuem parcialmente para o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que estimula a produtividade e os rendimentos agrícolas, mas, por outro lado, pode não estimular a autonomia do país africano, mas a dependência do mesmo.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento socioeconômico. Agricultura. Angola. China.

## ABSTRACT

Angola is one of Southern Africa's leading economies. Throughout its development process, Angola gave priority to investments in the oil sector, which quickly became the main engine of its economy. This choice made the country vulnerable to the fluctuations of the international market. To overcome this situation, the government is focusing on the diversification of the economic base, through the development of other sectors. Thus, this dissertation focuses on the Angolan agricultural sector, since it constitutes an important strategy to diversify the economy and overcome the socioeconomic problems verified in Angola, especially poverty and food insecurity. To achieve socioeconomic development, Angola has China as an important partner. The Asian country has consistently introduced itself throughout the African continent. Angola has a prominent role as a destination for Chinese investments. Therefore, the central objective of this dissertation is to analyze the implications of Chinese investments on the Angolan agricultural sector and their contribution to Angola's socioeconomic development process. The theoretical perspective adopted was decoloniality. The analysis was conducted using the case study strategy, with the use of qualitative methodology and quantitative data, based on descriptive statistics. Furthermore, the analysis technique used was the literature and document review. It is concluded that Chinese investments targeting Angola's agricultural sector partially contribute to socioeconomic development, as it stimulates agricultural productivity and incomes, but on the other hand, it may not stimulate the African country's autonomy, but rather dependence on it.

**Keywords:** Socioeconomic Development. Agriculture. Angola. China.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Países que compõem a sub-região da África Austral	18
<b>Figura 2:</b>	Aspectos econômicos do neocolonialismo segundo Kwame Nkrumah	28
<b>Figura 3:</b>	Mapa Político de Angola	38
<b>Figura 4:</b>	Composição do PIB Angolano por setores em 2002 (%)	40
<b>Figura 5:</b>	Crescimento anual do PIB de Angola (2002-2008)	41
<b>Figura 6:</b>	Crescimento anual do PIB de Angola (2009-2020)	43
<b>Figura 7:</b>	Resultado da campanha agrícola 2018/2019	56
<b>Figura 8:</b>	Técnicas utilizadas no preparo de terras para o cultivo	57
<b>Figura 9:</b>	Alcance das políticas públicas de assistência à agricultura familiar (2018/2019)	60
<b>Figura 10:</b>	Crescimento populacional nas áreas rural e urbana em Angola (2008-2018)	62
<b>Figura 11:</b>	Modelos de pacotes de investimento da China em direção à agricultura africana	76

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b>	Áreas de atuação da AUDA-NEPAD	31
<b>Tabela 2:</b>	Comparação da composição do PIB Angolano por setores 2015-2018 (%)	43
<b>Tabela 3:</b>	Características dos Regimes Agroalimentares	48
<b>Tabela 4:</b>	Eixos estratégicos do PDN 2018-2022	58
<b>Tabela 5:</b>	Comparativo de indicadores de insegurança alimentar em Angola	63
<b>Tabela 6:</b>	Disparidades sociais entre áreas urbanas e rurais (2015-2016)	66
<b>Tabela 7:</b>	Ranking dos dez países da africanos que mais receberam empréstimos chineses entre (2000-2019)	71
<b>Tabela 8:</b>	Principais setores de destino dos empréstimos da China para Angola	72
<b>Tabela 9:</b>	Ranking dos 5 países africanos que mais receberam empréstimos chineses direcionados ao setor agrícola	75
<b>Tabela 10:</b>	Empréstimos da China para Angola destinados ao setor agrícola (2004-2014)	77
<b>Tabela 11:</b>	Empreendimentos chineses em Angola entre 2011-2014	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
ADRA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AFA	Agregados Familiares Agrícolas
AOD	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
AUDA-NEPAD	African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development
BNA	Banco Nacional de Angola
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAMC Engineering	China CAMC Engineering
CDB	China Development Bank
CDTA	Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola
CEA	Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
CEIEC	China National Electronics Import and Export Corporation
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CITIC Construction	China International Trust Investment Corporation
COVID-19	Corona Virus Disease
CSS	Cooperação Sul-Sul
EA	Empresas Agrícolas
ECA	Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
ELP	Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo
EPI	Economia Política Internacional
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIES	Food Insecurity Experience Scale
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
IED	Investimento Externo Direto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPM-A	Índice de Pobreza Multidimensional de Angola
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
MINAGRIF	Ministério de Agricultura e Florestas
MPLA	Movimento Popular de Libertação Angolana
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDCAA	Programa Compreensivo de Desenvolvimento Agrícola Africano
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODESI	Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações
RI	Relações Internacionais
SADC	Southern African Development Community
SAIS-CARI	SAIS China Africa Research Initiative
Sonangol	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNHCR	The United Nations Refugee Agency
UNITA	União Nacional para a Libertação total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>Considerações Iniciais .....</b>	<b>13</b>
<b>1 Desenvolvimento Socioeconômico e Decolonialidade .....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 Desenvolvimento socioeconômico e agricultura: aproximações conceituais a partir de enfoques africanos .....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 O processo de desenvolvimento da República de Angola a partir de 2002 .....</b>	<b>36</b>
<b>2 Agricultura como Estratégia para o Desenvolvimento Socioeconômico em Angola .....</b>	<b>46</b>
<b>2.1 A reprodução da colonialidade na estrutura do regime agroalimentar corporativo-ambiental .....</b>	<b>47</b>
<b>2.2 Panorama do setor agrícola angolano.....</b>	<b>54</b>
<i>2.2.1 As iniciativas do Estado no estímulo à produtividade agrícola .....</i>	<i>58</i>
<b>2.3 Segurança alimentar em Angola, um desafio crescente .....</b>	<b>61</b>
<b>3 Investimento Chinês no Fomento da Agricultura Angolana .....</b>	<b>68</b>
<b>3.1 A consolidação das relações sino-angolanas: mapeando o interesse chinês em Angola .....</b>	<b>70</b>
<b>3.2. O setor agrícola no leque dos investimentos chineses.....</b>	<b>74</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>83</b>
<b>Referências .....</b>	<b>87</b>
<b>Apêndice A – PDN (2018-2022): eixos e políticas públicas .....</b>	<b>97</b>
<b>Anexo A - Localização de Angola no Continente Africano.....</b>	<b>100</b>
<b>Anexo B – Composição do IPM-A.....</b>	<b>101</b>
<b>Anexo C – Incidência da pobreza multidimensional (H%), IIMS 2015-2016.....</b>	<b>102</b>

## Considerações Iniciais

Os estudos sobre o continente africano no campo das Relações Internacionais (RI) ainda se mostram insuficientes para explicar as complexas dinâmicas socioeconômicas e políticas da região, uma vez que o continente é, por vezes, tratado de maneira homogênea, sem considerar as especificidades das sub-regiões e dos países que as compõe. No mainstream da disciplina de RI, a ausência de produções teóricas direcionadas para a África é ainda mais expressiva (Cornelissen; Cheru & Shaw, 2012; Minillo, 2013). Os países periféricos, de maneira geral, começaram a ocupar um lugar de destaque a partir das abordagens críticas de Relações Internacionais, tais como na Teoria da Dependência e Sistema-Mundo. No entanto, estas perspectivas teóricas ainda estão fortemente vinculadas ao pensamento Ocidental, especialmente pelas suas bases filosóficas (Smith, 2012).

A sub-representação da África entre as abordagens tradicionais de Relações Internacionais pode ser explicada, em parte, pela inadequação dos conceitos sustentados pelas teorias tradicionais às realidades africanas e pela construção de uma imagem negativa do continente ao longo da história. O conceito de Estado Westfaliano - elemento central no corpo teórico de Relações Internacionais - por exemplo, não encontra aplicabilidade completa entre os países africanos (Faleye, 2014; Minillo, 2013; Smith, 2012). Além deste, outros conceitos, como soberania, anarquia e mercado também foram formulados a partir das visões de mundo oriundas da Europa e Estados Unidos (EUA), dificultando uma conexão satisfatória destas terminologias com as realidades africanas (Capan, 2017; Dunn, 2001; Faleye, 2014; Ndlovu-Gatsheni, 2015).

A construção de narrativas negativas acerca da África também contribuiu para o silenciamento de perspectivas teóricas deste continente (Faleye, 2014). Tais narrativas pessimistas surgiram como produto do colonialismo europeu (Quijano, 2000). Durante a Guerra Fria, a África passou a ter relevância estratégica no cenário internacional, tendo em vista as disputas por apoio político travadas entre EUA e União Soviética (URSS) em meio aos países recém independentes (Dunn, 2001). Após o fim da Guerra Fria, a posição estratégica da África é sobreposta pelos desafios políticos, econômicos e sociais enfrentados pelo continente, tais como fome, pobreza e subdesenvolvimento (Alves, 2019).

Dessa forma, a África ficou amplamente caracterizada, no pós-Guerra Fria, como um continente atrasado, do ponto de vista econômico e social, marcado por conflitos internos, instabilidade política e dependente da ajuda externa. Estas imagens sobre o continente foram robustecidas ao longo da década de 1990, com o crescimento do endividamento externo de boa

parte dos países do continente, no contexto das reformas liberalizantes empregadas por diversos governos (Otávio, 2013).

Com efeito, foi imposto ao continente africano a condição de agente passivo e subserviente frente aos acontecimentos relevantes do cenário internacional protagonizados por Europa e EUA, sobretudo a partir do fim da Guerra Fria (Capan, 2017; Faleye, 2014). Não obstante, o continente africano é fundamental para a compreensão de temáticas atuais que permeiam as discussões na política internacional, tais como: mudanças climáticas, meio ambiente, segurança humana, questões de gênero e desenvolvimento socioeconômico (Dunn, 2001). Nesse sentido, compreende-se que enfatizar as realidades africanas, a partir de um ponto de vista próprio, é primordial para a compreensão das mudanças recentes no cenário internacional e para o avanço do campo de estudos das Relações Internacionais, uma vez que este foi construído a partir da ótica eurocêntrica (Faleye, 2014; Ndlovu-Gatsheni, 2015).

Uma maneira de abordar as relações internacionais africanas, evidenciando as narrativas próprias destas sociedades e países dá-se através da abordagem Decolonial. Partindo do entendimento de que a conquista das independências de países africanos não significou a descolonização completa dos mesmos, nem tampouco das estruturas organizacionais e culturais destas sociedades (Maldonado-Torres, 2018; Ndlovu-Gatsheni, 2015; Zondi, 2020). Assim, a perspectiva teórica decolonial possibilita compreender como o período de dominação colonial continua a suscitar formas de dominação e controle na contemporaneidade. Como afirma Faleye (2014), a descolonização da África é um processo que está em curso e envolve sua libertação política, econômica e intelectual.

A decolonialidade enquanto perspectiva teórica de Relações Internacionais surgiu na esteira do pensamento pós-colonial. Não obstante ao vínculo com esta perspectiva, na decolonialidade, fica explícita a necessidade de avançar teoricamente, promovendo uma ruptura com as formas tradicionais de produção de conhecimento e demais formas de dominação que continuam a invisibilizar e subjugar as sociedades, sobretudo no Sul Global (Lopes, 2017).

Entre os principais atores do pensamento decolonial cabe destacar a atuação do Grupo Modernidade/Colonialidade. O grupo iniciou suas atividades na década de 1990 a partir da iniciativa estudiosos e intelectuais latino-americanos, como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Arturo Escobar, Immanuel Wallerstein, para citar alguns, contribuindo para o avanço do pensamento decolonial nas Ciências Sociais (Ballestrin, 2013; Lopes, 2017). Utilizando-se da interdisciplinaridade e preocupados em evidenciar o lócus enunciativo latino-americano, como ponto central no desenvolvimento do colonialismo moderno, o grupo supracitado conseguiu avançar na crítica de que o momento histórico do colonialismo ainda produz formas de

dominação. A perpetuação do controle colonial foi denominada por Aníbal Quijano de colonialidade do poder (Ballestrin, 2013; Quijano, 2000).

Maldonado-Torres (2018) refletindo sobre a colonialidade afirma que esta é uma lógica mundial de desumanização que permanece ainda que as colônias tenham deixado de existir. Nesse sentido, a decolonialidade significa a luta contra a colonialidade e as consequências da mesma (Maldonado-Torres, 2018). De acordo com Ballestrin (2013, p.100) “a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser”. O entendimento destas dimensões é fundamental para a emancipação dos povos africanos. A colonialidade do poder auxilia na compreensão de como a estrutura de poder global foi construída de modo hierárquico e desigual; a colonialidade do saber permite identificar como a produção de conhecimento foi influenciada pela visão de mundo eurocêntrica e a colonialidade do ser discute as subjetividades dos povos colonizados (Ndlovu-Gatsheni, 2015).

Diante da realidade imposta pela colonialidade do saber, entende-se que as produções acadêmicas constituem uma parte importante do processo de descolonização intelectual (Capan, 2017). Nesse sentido, esta pesquisa preocupa-se em utilizar, sempre que possível, como referência autoras e autores negros e de origem africana, partindo do entendimento de que utilizar os estudos destes pesquisadores é fundamental na criação de estratégias para transformar a realidade das sociedades africanas. Assim, corroboramos com a crítica levantada por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, na introdução do livro ‘Decolonialidade e Pensamento Diaspórico’, de que a ausência de autores negros e/ou indígenas em produções acadêmicas que se pretendem ser decoloniais podem não viabilizar uma intervenção sobre a realidade social (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres & Grosfoguel, 2018).

A política internacional tem passado por mudanças profundas, dentre as quais se destacam o recuo da hegemonia dos Estados Unidos e a ascensão de novos polos de poder, especialmente marcado pela atuação de países do Sul Global, com destaque para os BRICS: China, Rússia, Brasil e Índia (Belesky & Lawrence, 2019; Cynthia, 2017; Ndlovu-Gatsheni, 2015). Tais mudanças impactam nas relações internacionais da África que, não obstante a forte ingerência histórica da Europa, tem enfrentado ainda, as interferências políticas vindas do Sul Global (Carmody, 2016; Murithi, 2014).

É possível identificar o aumento da influência de países em desenvolvimento no continente africano por diversos meios e variáveis. Dentre estas variáveis, pode-se averiguar a origem dos investimentos destinados ao continente africano e quais seus propósitos. Países como Índia, Rússia, Singapura e China servem de ilustração à medida que estes têm ampliado

seus fluxos de investimento para países africanos ao longo do século XXI (Hendrickson, 2013; United Nations Conference on Trade and Development, 2020). Dessa forma, um olhar decolonial para as dinâmicas políticas, econômicas e sociais próprias de países africanos deve estar atento aos movimentos provocados pelos países em desenvolvimento que podem constituir práticas neocoloniais.

Kwame Nkrumah (1967), em seu livro ‘Neocolonialismo: último estágio do imperialismo’, desenvolve o conceito de neocolonialismo, fenômeno que pode se manifestar em distintas áreas, como: campo político, cultural, ideológico e/ou religioso (Nkrumah, 1967). De acordo com Nkrumah, uma das principais características do neocolonialismo está na armadilha por trás da ajuda ao desenvolvimento e da retórica em defesa da liberdade (Campos & Leite, 2020; Langan, 2018; Nkrumah, 1967). Assim, as formas mais recentes da colonialidade são perpetuadas sob o baluarte do discurso pró independência e liberdade dos povos colonizados.

Entre os países do Sul Global que possuem uma atuação incisiva no continente africano destaca-se a China (Cynthia, 2017; Langan, 2018; Ndlovu-Gatsheni, 2015). As relações entre o continente africano e o gigante asiático têm se expandido e se diversificado nas últimas décadas (Nuetah & Xin, 2019). Seja por meio de estratégias multilaterais - cuja expressão máxima pode ser percebida a partir da criação do Fórum on China-Africa Cooperation (FOCAC) – ou bilaterais (Leite, Mota & Portela, 2020). No que concerne às relações bilaterais que têm sido operacionalizadas no continente africano, a China tem intensificado sua presença no continente de maneira pragmática através de empréstimos, assistência técnica, perdão de dívidas, ajuda humanitária, além de investimentos em infraestrutura e em outros setores da economia (Cynthia, 2017). Para fins desta pesquisa, serão analisados os investimentos chineses direcionados ao setor agrícola de Angola, um dos países africanos mais relevantes para a China.

O envolvimento do país asiático no setor agrícola do continente africano não é um fenômeno recente. Esta relação tem sido verificada ao longo de mais de quatro décadas (Brautigam & Xiaoyang, 2009; Buckley, Ruijian, Yanfei & Zidong, 2017). Em um primeiro momento (1950-1970) as relações políticas entre a China e os países africanos tinham como objetivo central a obtenção de ganhos políticos e diplomáticos (Abegunrin & Manyeruke, 2020). Neste ínterim, a China atuou de distintas maneiras, sobretudo, por meio da Cooperação

Internacional para o Desenvolvimento (CID), manifestada através da transferência de conhecimento, intercâmbio de profissionais e estudantes, seja na construção e financiamento de infraestrutura com objetivo de modernizar o setor agrícola do continente africano, para citar alguns exemplos (Buckley et al, 2017).

A partir de meados da década de 1980, a política externa chinesa para a África começa a ser alterada, tornando-se mais pragmática e direcionada para ganhos econômicos (Abegunrin & Manyeruke, 2020). Com efeito, novas estratégias foram implementadas, como a criação de *joint ventures*, acordos de Cooperação Trilateral, parcerias público-privadas e mecanismos multilaterais de cooperação (Brautigam & Xiaoyang, 2009), mudanças que permitiram maior assertividade na inserção chinesa no continente africano.

A ascensão da China (Lyrio, 2010) como um dos principais investidores internacionais coincidiu com o desencadeamento das crises – energética, alimentar, financeira – em 2007/2008 (Brautigam & Zhang, 2013; Lima & Leite, 2016; Sousa & Leite, 2017). Neste contexto, surgem questionamentos acerca das consequências dos investimentos chineses no setor agrícola africano, que vêm aumentando substancialmente.

De acordo com Nuetah e Xin (2019), o aumento dos investimentos chineses na região da África Subsaariana vai de encontro à estratégia de garantir apoio diplomático internacional e minar tentativas da construção da boa governança na região (Nuetah & Xin, 2019). Além disso, Nuetah & Xin, (2019) destacam que o estreitamento das relações sino-africanas é impulsionado pelo objetivo chinês de conseguir fontes de matérias-primas e energia, que são vitais para o desenvolvimento econômico da China. Nesse conjunto de esforços, as elites africanas são beneficiadas na medida em que a China passa a ser uma alternativa às fontes de financiamento ocidentais (Nuetah & Xin, 2019). Além disso, os investimentos chineses chamam atenção de pesquisadores críticos para a apropriação de terras, degradação ambiental, para o não aproveitamento de mão-de-obra local, entre outras consequências.

Disputas territoriais, apropriação de terras e de recursos naturais podem configurar traços da colonialidade que continuam a afetar povos colonizados até hoje, como explica Maldonado-Torres (2018). De acordo com o autor, a colonialidade utilizou-se de distintos mecanismos para legitimar seu poder frente aos povos colonizados; e o domínio territorial é um importante elemento na afirmação do poder colonial. Nesse sentido, parte da literatura defende que as relações sino-africanas são marcadas pelo neocolonialismo que se camufla atrás dos investimentos que pretendem fomentar desenvolvimento do continente africano (Abegunrin & Manyeruke, 2020).

Segundo Maldonado-Torres (2018), a colonialidade presente nas disputas territoriais não está restrita apenas à apropriação de territórios pelo capital estrangeiro, mas pode ser percebida, ainda, nas práticas impostas nas transações comerciais e nas cadeias produtivas. A forte ingerência estrangeira nas economias africanas contribui para o arrefecimento das liberdades e autonomia política destes Estados (Langan, 2018; Nkrumah, 1967).

Uma das sub-regiões que vem recebendo um sólido volume de investimentos chineses é a África Austral<sup>1</sup>. Localizada no extremo sul da África Subsaariana, a sub-região (Figura 1) está inserida em uma posição estratégica entre os oceanos Atlântico e Índico e concentra algumas das principais economias do continente africano, como África do Sul, Angola<sup>2</sup> e Tanzânia. Esta região tem uma parcela significativa de sua população – cerca de 200 milhões de pessoas (Southern African Development Community, 2020) – vivendo em áreas rurais e dependem da agricultura para sobreviver (Muimba-Kankolongo, 2018). Nesse sentido, entende-se que o setor agrícola é uma atividade econômica fundamental para a região.



**Figura 1.** Países que compõem a sub-região da África Austral

Fonte: Recuperado de: <https://www.sadc.int/about-sadc/overview/>

Antes da crise provocada pela pandemia de Covid-19 os indicadores regionais de insegurança alimentar já estavam elevados (Food and Agriculture Organization, Economic Commission for Africa & African Union, 2020). Os dados apresentados no mais recente relatório da SADC<sup>3</sup> (Southern African Development Community), mostram que cerca de 44,8

<sup>1</sup> Nesta pesquisa considera-se como pertencente à África Austral os países que integram o bloco Southern African Development Community (SADC), a saber: Angola, Botswana, Camarões, República Democrática do Congo, Reino de Essuatíni, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

<sup>2</sup> O Anexo A ilustra a localização de Angola no continente africano.

<sup>3</sup> Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, em português.

milhões de pessoas na África Austral estão inseridas em um quadro de insegurança alimentar (SADC, 2020). Outro indicador relevante é a taxa de nanismo, que tem crescido na região. Este dado é preocupante, uma vez que indica que crianças com menos de cinco anos de idade não estão tendo acesso a alimentos saudáveis e/ou em quantidades suficientes para conseguirem se desenvolver conforme o esperado para a sua faixa etária (SADC, 2020).

Por outro lado, a produção de alimentos na região não foi severamente afetada pela pandemia, ou seja, a oferta de alimentos não foi drasticamente alterada. Culturas como milho, trigo e arroz tiveram boas safras, embora alguns países tenham enfrentado condições climáticas adversas, como Angola, que passou por um período de estiagem, sobretudo na região sudeste de seu território (SADC, 2020).

Dentre os países da África Austral, a presente dissertação se debruça sobre Angola. Este país foi colonizado por Portugal e, em 1975, conquistou sua independência em relação ao país europeu (Lins & Correia, 2021). Angola é um importante ator nas dinâmicas políticas regionais e continentais, devido ao “seu potencial econômico e posição geográfica estratégica” (Castellano da Silva, 2015, p.142).

Desde o fim da Guerra Civil (2002), Angola priorizou o setor petrolífero como principal motor do seu desenvolvimento econômico e na reconstrução do país após a guerra (African Development Bank, 2017). A opção por priorizar o setor petrolífero tornou a economia do país africano refém das oscilações do preço desta *commodity*, que, em momentos de baixa do preço do barril de petróleo, fragilizava as contas públicas do país (Parker & Fourle, 2018). Com efeito, objetivando tornar o país menos dependente do setor supracitado, Angola tem buscado maior diversificação econômica. Nesse sentido o setor agrícola se destaca como uma das alternativas viáveis para promover o desenvolvimento socioeconômico e mitigar problemas sociais, como a insegurança alimentar e geração de empregos (Lins & Correia, 2021; Parker & Fourle, 2018).

Uma das estratégias empregadas pelo país africano no estímulo ao setor agrícola está a atração de investimentos internacionais. Países como Brasil, Portugal e China compõem o quadro de investidores, dentre outros países parceiros (Fonseca, Esteves & Gomes, 2015; Lins & Correia, 2021). Para fins desta pesquisa, foram enfatizados os investimentos provenientes da China.

Esta dissertação busca responder à seguinte pergunta: de que maneira os investimentos realizados pela China no setor agrícola de Angola influenciam o desenvolvimento socioeconômico deste país? A pesquisa tem como seu objetivo geral analisar, através da lente teórica decolonial, as implicações da atuação da China no desenvolvimento socioeconômico de Angola, através dos investimentos destinados ao setor agrícola.

As relações sino-angolanas vêm sendo consolidadas desde o processo de independência de Angola; momento em que se verifica uma forte disposição do país asiático em construir uma relação diplomática com o país africano. Isto ficou evidenciado no apoio financeiro e militar que a China prestou a três dos principais movimentos que reivindicavam a libertação de Angola<sup>4</sup> em relação a seu colonizador, Portugal, afim de intensificar sua influência no continente africano (Mendes & Tian, 2020).

A partir disto, ambos os países estreitaram seus laços, sobretudo, através da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Grande parte das pesquisas acerca das relações entre Angola e China exploram o setor energético, uma vez que o país africano é um dos principais fornecedores de petróleo para a China (Mendes & Tian, 2020). Sem embargo, as questões agrárias também encontram espaço nos investimentos chineses em Angola.

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa busca: a) apresentar uma perspectiva decolonial acerca do desenvolvimento socioeconômico a partir de aproximações teóricas formuladas majoritariamente por autores africanos; b) discutir a centralidade do setor agrícola na construção do desenvolvimento socioeconômico de Angola e c) analisar atuação chinesa frente ao setor agrícola de Angola e suas implicações para a o processo de desenvolvimento autônomo deste país.

Para Cynthia (2017) países africanos que se espelham no modelo de desenvolvimento de outros países do Sul Global, como China e Brasil, podem cometer um grave erro. O equívoco, segundo a autora, consiste no fato de que as experiências destes países não coincidem com o cenário africano, de modo que o crescimento e desenvolvimento de países do Sul Global deveriam incentivar a necessidade de cada Estado construir um modelo próprio de desenvolvimento que esteja em conformidade com aspectos culturais e históricos de suas sociedades (Cynthia, 2017).

Nesse sentido, a perspectiva decolonial foi escolhida como lente analítica tendo em vista que a partir dela compreende-se que a colonialidade insere o continente africano em uma posição de subalternidade no sistema internacional, tornando-o suscetível a perpetuação de mecanismos de dominação ou em sua forma mais sutil perpetuação das assimetrias econômicas e sociais. Ademais, a perspectiva decolonial permite romper com o padrão eurocêntrico que forjou as bases da disciplina de RI. Entende-se que esta ruptura é necessária para a compreensão

---

<sup>4</sup> Os principais grupos políticos que protagonizaram a luta pela independência de Angola e que contaram com o suporte financeiro e militar da China foram o MPLA (Movimento Popular de Libertação Angolana), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Libertação total de Angola) (Mendes & Tian, 2020).

de sociedades historicamente marginalizadas. Uma importante estratégia no processo de consolidação desta ruptura é valorização de perspectivas teóricas de pesquisadores africanos (Smith, 2012).

Este trabalho foi estruturado a partir da estratégia de pesquisa de estudo de caso. Este tipo de pesquisa tem como pressuposto basilar a observação profunda de um fenômeno ou de uma pequena quantidade de fenômenos (King, Keohane & Verba; 1994; Venesson, 2008). Assim, a unidade de análise consiste nas relações sino-angolanas. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e explicativa. Uma pesquisa de cunho descritivo caracteriza-se por relatar fatos de maneira aprofundada e detalhada. Já o aspecto explicativo é caracterizado pela análise de causas determinantes do fenômeno analisado. A utilização dos métodos descritos constitui um aspecto relevante para a compreensão dos investimentos realizados pela China em Angola, notadamente no setor agrícola, bem como as consequências que tais investimentos têm acarretado para o desenvolvimento do país africano.

De acordo com Venesson (2008) uma pesquisa que se vale da estratégia do estudo de caso dispõe da possibilidade de utilizar diferentes estratégias de coleta e análise de dados. Assim, a presente dissertação faz uso de dados qualitativos oriundos de uma extensa revisão bibliográfica narrativa, composta por: livros, publicações em periódicos nacionais e internacionais especializados. Além destes materiais, foram utilizados documentos publicados em meio eletrônico nas plataformas de Instituições Internacionais Intergovernamentais, como Banco Mundial, União Africana, SADC, FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Os dados quantitativos, por sua vez, foram coletados através de bancos de dados de instituições internacionais, como a FAOSTAT e World Bank Open Data, dentre outras. Além disto, foram consultados órgãos nacionais angolanos, como o Instituto Nacional de Estatística (INE) e Banco Nacional de Angola (BNA). A análise dos dados quantitativos, foi feita a partir da estatística descritiva.

A estrutura de apresentação pesquisa apresenta-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo aborda perspectivas decoloniais em torno do conceito de desenvolvimento socioeconômico e apresenta o processo de desenvolvimento angolano no contexto pós Guerra Civil, momento em que o país africano iniciou sua reconstrução. O segundo capítulo discute a relevância do setor agrícola para o desenvolvimento socioeconômico de Angola, entendendo que a agricultura pode impulsionar a dinamização da economia do país, contribuindo para a superação da colonialidade. O terceiro capítulo, por sua vez, dedica-se à análise do caso selecionado, em que se busca averiguar se os investimentos chineses no setor agrícola angolano podem auxiliar na promoção do desenvolvimento socioeconômico autônomo deste país. Por

fim, o leitor encontrará na última seção as considerações finais e as referências utilizadas ao longo da pesquisa.

## 1 Desenvolvimento Socioeconômico e Decolonialidade

“Mudar a perspectiva é apenas um aspecto da descolonização do conhecimento, e não esgota o significado multifacetado da decolonialidade”  
(Ndlovu-Gatsheni, 2021, p.883, tradução nossa<sup>5</sup>)

O processo constitutivo do pensamento africano na academia de Relações Internacionais foi profundamente influenciado pelo pensamento Ocidental, como produto da colonização europeia. De acordo com Faleye (2014) um número expressivo de pesquisas e produções acadêmicas em geral, realizadas por universidades africanas, partem de pressupostos filosóficos ocidentais, sobretudo eurocêntricos. O autor chama atenção para o imperialismo intelectual que permeia os estudos internacionais africanos, inclusive aqueles que são produzidos nos centros de ensino e pesquisa no próprio continente.

Não obstante a isto, as produções teóricas do continente africano não devem ser reduzidas tão-somente à qualidade de importadoras ou imitadoras das concepções norte-americanas e europeias. Por outro lado, Karen Smith (2012) chama atenção para a necessidade de valorizar as adaptações feitas por autores africanos, ainda que suas produções estejam fundamentadas nas bases de conhecimentos ocidentais. Smith (2012) argumenta ainda que interpretar o continente africano como uma excepcionalidade dentro do Sistema Internacional pode torná-lo ainda mais invisibilizado. Assim, é necessário incluir as narrativas inerentes às realidades de países africanos, sem, contudo, distanciá-las das demais perspectivas teóricas, ou seja, é necessário colocá-las no mesmo patamar de relevância (Minillo, 2013).

A valorização das realidades africanas, no corpo teórico das Ciências Sociais, pode ser vislumbrada, especialmente, em dois movimentos: o Pan-africanismo e o Renascimento Africano. O Pan-Africanismo teve origem entre o final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos. O movimento uniu intelectuais de ascendência africana e propunha a união dos povos negros em torno de um ideal de irmandade e unidade (Castro & Seixas, 2013; Ikechukwu, 2016). Outrossim, havia um projeto de realizar um revisionismo histórico, de modo a enfatizar as experiências africanas e reivindicar o fim da colonização, condição *sine qua non* para que as sociedades africanas se desenvolvessem (Ikechukwu, 2016; Matos, 2013). É importante salientar que neste período, poucos países africanos haviam alcançado a independência ao passo que outros permaneciam como colônias de países europeus. Esse contexto foi determinante para a construção do ideal de união e libertação para todos os povos

---

<sup>5</sup> Shifting the perspective is just one aspect of decolonizing knowledge, and it does not exhaust the multifaceted meaning of decolonization [...]

africanos. Nos Estados Unidos, dois importantes nomes do movimento foram Marcus Garvey e William E. Du Bois (Harris & Zeghidour, 2010).

O movimento intitulado Renascimento Africano, por sua vez, emergiu durante a década de 1940, concomitantemente aos processos de independência vivenciados na África, a partir dos estudos do antropólogo e historiador senegalês Cheikh Anta Diop (Alves, 2019). A noção de Renascimento Africano propõe a valorização das narrativas africanas, em torno da promoção do desenvolvimento do continente e de sua integração com os demais atores do sistema internacional (Alves, 2019). O Renascimento Africano não advoga em torno do esquecimento do passado colonial, mas busca retomar o período que antecede as invasões e dominações europeias, com o objetivo de resgatar as qualidades inerentes às sociedades africanas em diversas áreas (Otávio, 2013). A retomada da identidade africana pré-colonial se faz importante no processo de construção de uma nova imagem do continente, bem como de uma nova postura frente ao cenário internacional. Nesse sentido, ambos os movimentos ressaltam a necessidade da valorização das narrativas africanas e influenciaram organizações e projetos políticos na África, a exemplo da União Africana (Alves, 2019).

Uma das estratégias apontadas por Smith (2012) para incluir as narrativas do continente africano nas produções acadêmicas é a exploração de perspectivas ou aproximações conceituais próprias, para além das adaptações feitas por teóricos da região, compreendendo as particularidades locais. Nesta pesquisa, utiliza-se esta estratégia afim de lançar luz sobre o conceito de desenvolvimento socioeconômico a partir de uma ótica decolonial africana.

Antes de adentrar nas considerações acerca do desenvolvimento socioeconômico, é interessante mencionar a crítica feita por Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2021) com relação à abordagem decolonial. De acordo com o autor, até mesmo as abordagens teóricas que pretendem ultrapassar a estrutura de produção de conhecimento eurocêntrica podem, por vezes, contribuir para a reprodução do processo de silenciamento das perspectivas africanas. O autor faz uma crítica às associações entre os pensamentos das abordagens Pós-Colonialista, amplamente atribuída a autores da Ásia e Oriente Médio e Decolonialidade que frequentemente está imputada a teóricos da diáspora da América do Sul. A crítica levantada por Ndlovu-Gatsheni permite problematizar as perspectivas teóricas que se apresentam como alternativas aos constructos teóricos tradicionais.

...As contribuições de estudiosos africanos e negros como Cheikh Anta Diop que desafiou a historiografia eurocêntrica, Edward Wilmot Blyden que cunhou o conceito de 'personalidade africana', Leopold Sedar Senghor que contribuiu para o conceito de 'negritude', Kwame Nkrumah que cunhou o conceito de 'neocolonialismo', Ngugi wa Thiong'o que introduziu os conceitos de 'colonização da mente', 'mover o centro' e

'império metafísico' e Samir Amin que introduziu os conceitos de 'desvinculação' e 'extroversão', entre muitos outros, são totalmente ignorados... (Ndlovu-Gatsheni, 2021, p.882-883, tradução nossa<sup>6</sup>)

Alguns dos autores citados por Ndlovu-Gatsheni no extrato acima, como Kwame Nkrumah e Samir Amin, fazem parte do construto teórico que será utilizado neste capítulo juntamente com outros importantes nomes do pensamento africano, a exemplo de Walter Rodney.

O objetivo central deste capítulo é discutir o desenvolvimento socioeconômico a partir da perspectiva decolonial tendo como base autores africanos. Além disto, o capítulo apresenta o desenvolvimento da economia angolana ao longo do seu processo de reconstrução estatal, iniciado em 2002 com o fim da Guerra Civil. O entendimento de como a economia angolana se desenvolveu e a as consequências da centralização da atividade econômica em torno do setor petrolífero faz-se relevante na compreensão dos motivos que colocam o setor agrícola como estratégico para o desenvolvimento do país.

### **1.1 Desenvolvimento socioeconômico e agricultura: aproximações conceituais a partir de enfoques africanos**

Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento são frequentemente associados a indicadores quantitativos, tais como: crescimento econômico e renda per capita, cujo parâmetro definidor de bom desempenho foi forjado a partir dos indicadores ocidentais (Rodney, 1972; Oduwole, 2013). Esta categorização pode reforçar os laços coloniais, uma vez que os critérios estabelecidos em torno dos padrões quantitativos foram formulados a partir de lógicas ocidentais e não correspondem às complexas particularidades do Sul Global (Lopes, 2017). Além disto, tais padrões podem reforçar as classificações raciais e étnicas que são produtos da colonialidade do poder, como identificado por Quijano (2000; 2007).

...se observarmos as principais linhas de exploração e dominação social em escala global, as principais linhas do poder mundial hoje, e a distribuição de recursos e trabalho entre a população mundial, é muito claro que a grande maioria dos explorados, os dominados, os discriminados, são precisamente os membros das 'raças', 'etnias' ou 'nações' em que as populações colonizadas foram categorizadas no processo formativo

---

<sup>6</sup> ...The contributions of African and Black scholars such as Cheikh Anta Diop who challenged Eurocentric historiography, Edward Wilmot Blyden who coined the concept of 'African personality', Leopold Sedar Senghor who contributed to the concept of 'negritude', Kwame Nkrumah who coined the concept of 'neo-colonialism', Ngugi wa Thiong'o who introduced the concepts of 'colonisation of the mind', 'moving the centre', and 'metaphysical empire', and Samir Amin who introduced the concepts of 'delinking' and 'extroversion', among many others, are totally ignored.

dessa potência mundial, desde a conquista da América em diante. (Quijano, 2007, pp.168-169, tradução nossa)<sup>7</sup>.

O historiador e importante nome dentre os estudiosos da diáspora africana Walter Rodney, em seu livro ‘Como a Europa subdesenvolveu a África’<sup>8</sup> (1972), afirma que o desenvolvimento é um fenômeno multifacetado e corresponde à capacidade que os membros de uma sociedade têm de lidar com o meio ambiente, adaptando-se a ele. Para o autor, a compreensão das leis da natureza e a capacidade de realizar e organizar o trabalho são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade (Rodney, 1972). Nesse sentido, Rodney argumenta que a concepção de desenvolvimento deve surgir de dentro das sociedades, em contramão à imposição de um padrão de desenvolvimento pautado pela lógica ocidental que historicamente tem sido aplicada à África.

Rodney explora ainda o conceito de subdesenvolvimento. Para o autor, este conceito é fruto da comparação entre diferentes sociedades, e evidencia que o desenvolvimento socioeconômico ocorre de maneira desigual. Além disso, o historiador identifica que um dos elementos definidores do subdesenvolvimento é a relação de exploração como um produto do capitalismo, imperialismo e colonialismo. É importante sublinhar que Rodney prefere utilizar o termo subdesenvolvido, uma vez que a expressão “em desenvolvimento” pode sugerir que os países africanos, assim como os latino-americanos e asiáticos estão saindo do processo exploratório que lhes foi imposto, o que não corresponde à realidade, segundo o autor (Rodney, 1972).

Corroborando com Rodney, Ikechukwu (2016) argumenta que as tentativas de desenvolvimento na África não tiveram resultado significativo pois estavam ancoradas em uma compreensão equivocada sobre as sociedades africanas e suas necessidades. Para ele, é ilusório o entendimento de que o desenvolvimento socioeconômico poderá ser alcançado no continente africano, a partir da importação de estratégias formuladas externamente, sem lançar luz para as realidades das comunidades africanas. Dessa forma, a África deve utilizar referências externas apenas de forma comparativa (Ikechukwu, 2016).

Assim, Ikechukwu e Rodney sugerem que é preciso provocar uma ruptura com a dependência externa que acomete países africanos para superar o subdesenvolvimento. Romper

---

<sup>7</sup>...if we observe the main lines of exploitation and social domination on a global scale, the main lines of world power today, and the distribution of resources and work among the world population, it is very clear that the large majority of the exploited, the dominated, the discriminated against, are precisely the members of the ‘races’, ‘ethnies’, or ‘nations’ into which the colonized populations, were categorized in the formative process of that world power, from the conquest of America and onward.

<sup>8</sup> How Europe Underdeveloped Africa.

com a condição de dependência é um dos maiores desafios do continente, frente ao sistema capitalista global. Andreasson (2010), defende que este é o dilema fundamental dos países africanos, ou seja, conseguir criar estratégias de desenvolvimento sem, contudo, ceder às pressões neoliberais da economia global.

Essas pressões [neoliberais] tornam muito difícil...formular e implementar estratégias independentes adequadas às suas próprias necessidades particulares. Tal ambiente não incentiva a consideração séria de questões que vão da harmonia social... à sustentabilidade e outros aspectos de condições de vida aceitáveis que não são facilmente incorporados em relatos econômicos ortodoxos do desenvolvimento. A contínua marginalização social, política e econômica dos povos e das fontes indígenas de conhecimento e legitimidade explica o porquê as transições políticas para a independência e a os procedimentos da democracia não produziram uma transformação socioeconômica (Andreasson, 2010, p.16, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Para o economista e matemático franco-egípcio Samir Amin, o desenvolvimento do continente africano como um todo foi profundamente prejudicado pela colonização (Amin, 2011). De acordo com o autor, as políticas públicas para mitigar os efeitos da colonialidade não foram eficazes para salvaguardar as economias e as sociedades africanas, uma vez que os países se integraram ao sistema capitalista sem, contudo, atender às demandas sociais internas (Amin, 2011).

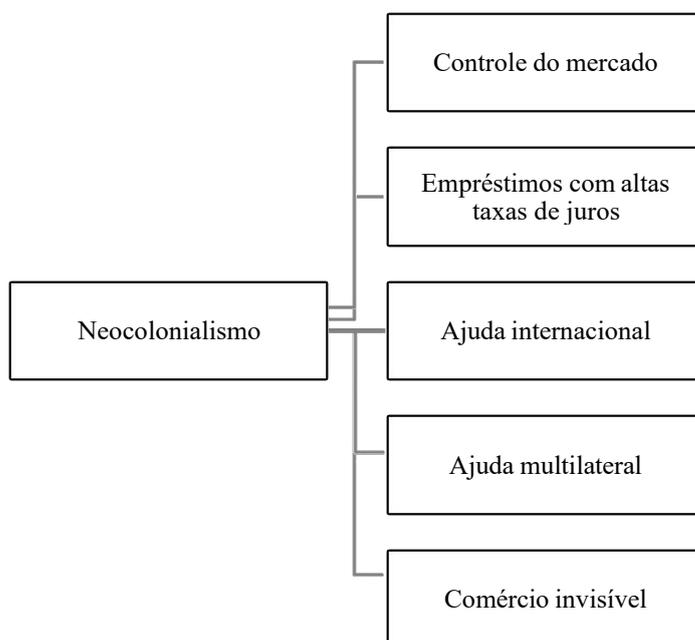
Para Kwame Nkrumah (1967) – líder político que atuou na libertação de Gana, primeira colônia da África a se tornar um país independente em 1957 (Langan, 2018) – o neocolonialismo é o estágio mais avançado do imperialismo e, portanto, deve ser reprimido. Os países com passado colonial, de uma maneira geral, estão sujeitos ao neocolonialismo, uma vez que a despeito de terem alcançado a independência, suas organizações políticas e econômicas sofrem ingerências externas (Nkrumah, 1967). Para o autor, uma das armadilhas do neocolonialismo consiste, justamente, na retórica em defesa da independência e liberdade de países com passado colonial.

A armadilha se instala na medida em que o neocolonialismo se utiliza de técnicas para aprofundar a dependência dos países que foram colonizados, ao passo que reconhecem a liberdade dos mesmos. No âmbito econômico, Nkrumah (1967) identifica cinco técnicas utilizadas pelo neocolonialismo, a saber: a) o controle do mercado através do capital

---

<sup>9</sup> These pressures make it very difficult ... to formulate and implement independent strategies suited to their own particular needs. Such an environment does not encourage serious consideration of issues ranging from social harmony...to sustainability and other aspects of acceptable living conditions not easily incorporated into orthodox economic accounts of development. Continued social, political and economic marginalization of peoples, and of indigenous sources of knowledge and legitimacy, explains why political transitions to independence and procedural democracy have not produced socio-economic transformation.

internacional, que favorece as empresas ocidentais, sobretudo por meio do controle de preços; b) empréstimos com elevadas taxas de juros, contribuindo para o endividamento de países em desenvolvimento; c) ajuda internacional na forma de exportação de capital, que retorna aos países doadores gerando lucros; d) ajuda multilateral, realizada por meio de instituições financeiras internacionais que aplicam condições de financiamento desvantajosas para países receptores; e) comércio invisível, a exemplo do setor de transporte de mercadorias, em que os monopólios ocidentais também detêm privilégios.



**Figura 2.** Aspectos econômicos do neocolonialismo segundo Kwame Nkrumah.  
Fonte: elaboração própria a partir de Nkrumah, 1967.

Os métodos utilizados no neocolonialismo, segundo o autor, têm como consequência a divisão e dominação das sociedades colonizadas. Nesse sentido, a superação das armadilhas impostas pelo sistema colonial deve ser orientada pela união dos povos africanos (Nkrumah, 1967). O pensamento pan-africanista de Kwame Nkrumah influenciou a consolidação da União Africana, bem como os projetos formulados pela organização, em torno da promoção do desenvolvimento socioeconômico do continente.

Na esteira das estratégias de promoção do desenvolvimento socioeconômico autônomo e capaz de romper com as estruturas da colonialidade formuladas no continente africano, destaca-se a criação da *New Partnership for Africa's Development*<sup>10</sup> (NEPAD). Assinada em 2001 em Abuja, na Nigéria (Diallo, 2011), o documento sedimenta a visão comum entre os

<sup>10</sup> Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

países africanos da necessidade de erradicar a pobreza e promover o crescimento e desenvolvimento sustentável, de maneira individual e coletiva, com atuação ativa no cenário internacional (Diallo, 2011; Karbo, 2014). A NEPAD corrobora com o entendimento de que a integração regional, no contexto africano, constitui uma importante estratégia para alcançar o desenvolvimento autônomo, equitativo e sustentável (Alves, 2019; Diallo, 2011; Karbo, 2014).

Quando a NEPAD foi criada, seus objetivos giravam em torno de sete princípios, são eles: 1) boa governança; 2) liderança africana sobre o próprio desenvolvimento; 3) o desenvolvimento deve estar fundamentado nas populações; 4) parceria entre os povos africanos; 5) integração do continente; 6) cooperação internacional com o objetivo de diminuir as assimetrias vivenciadas pelos países da África e 7) vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Karbo, 2014).

Com efeito, a NEPAD não foi a primeira iniciativa para a promoção do desenvolvimento de países africanos, no entanto, foi uma das pioneiras na adoção de uma perspectiva holística acerca do desenvolvimento, incorporando em suas linhas de atuação aspectos como governança e segurança (Karbo, 2014). Além da visão abrangente, a NEPAD está estruturada para integrar todo o continente africano, através do diálogo junto aos governos nacionais e mecanismos de integração regionais, ou seja, unindo os níveis continental, regional e nacional (African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development, 2020).

Em 2018, na ocasião da trigésima primeira reunião da Assembleia de Estado da União Africana em Nouakchott, Mauritânia, a iniciativa para o desenvolvimento foi transformada em uma agência pertencente à estrutura da União Africana, recebendo a denominação de *African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development*<sup>11</sup> (AUDA-NEPAD) (AUDA-NEPAD, 2020; 2021). Esta mudança, se insere no contexto das reformas gerais da União Africana, realizadas com o objetivo de otimizar e tornar mais eficientes as atividades da Organização. A AUDA-NEPAD, após a reforma, teve seu corpo burocrático ampliado, adquiriu maior institucionalidade e novas funções, comprometendo-se ainda com as metas formuladas na Agenda 2063<sup>12</sup>.

Entre as novas atribuições da agência, destacam-se os serviços de consultoria e assistência técnica aos Estados membros da União Africana; o desenvolvimento de políticas públicas a serem recomendadas aos países; coordenação e execução de projetos regionais e

---

<sup>11</sup> Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

<sup>12</sup> A Agenda 2063, elaborada em 2013 no âmbito da União Africana, tem como finalidade última o desenvolvimento das populações africanas e a garantia da paz, prosperidade e unidade do continente. A agenda combina estratégias e metas de curto, médio e longo prazo a serem implementadas pelos países-membro. (African Union, 2015b; DeGhetto, Gray & Kiggundu, 2016)

continentais em concordância com a Agenda 2063, além de auxiliar na mobilização de recursos para a implementação de projetos (AUDA-NEPAD, 2020).

Nesse sentido, entende-se que a AUDA-NEPAD é um importante instrumento na construção do desenvolvimento autônomo e menos dependente da África, através de sua influência nas políticas públicas e na agenda dos Estados-membro e ampliando a cooperação entre os 54 membros da União Africana. Além disto, a agência atua na promoção da cooperação com Instituições Internacionais, ONGs, setor privado e instituições de ensino e pesquisa (AUDA-NEPAD, 2020).

O caminho para o desenvolvimento socioeconômico da África, proposto pelo AUDA-NEPAD, busca condensar as experiências, capacidades e interesses destes países sem, contudo, distanciá-los da dinâmica econômica global, traçando parcerias estratégicas, por meio da governança regional e integração internacional.

Em consonância com os ideais do Renascimento Africano, a agência propõe a integração do continente com o sistema econômico internacional, não se opondo às medidas de cunho neoliberal, por exemplo. Nesse sentido, dentre as alterações nas relações internacionais da África após a criação da agência, destaca-se: o aumento do fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) oriundos de países industrializados (Karbo, 2014; Otávio, 2013), além da maior participação de instituições internacionais no desenvolvimento de projetos no continente africano, com a finalidade de atrair financiamento e integrar as economias africanas à economia global.

... Parceiros como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a União Europeia (UE), a ONU e agências relacionadas, incluindo UNECA, RECs e organizações da sociedade civil, todos participaram no desenvolvimento de programas no âmbito da NEPAD em todos os setores. Desde o início, a NEPAD deu grande ênfase ao apoio externo e às parcerias, incluindo a mobilização de capital e outras formas de apoio de doadores internacionais e instituições financeiras. Os apoiantes da NEPAD argumentam que a ênfase nos atores internacionais e externos é central para a NEPAD como uma 'nova' parceria para apoiar o desenvolvimento africano (Karbo, 2014, p.67, tradução nossa).<sup>13</sup>

Com efeito, pode-se questionar se a AUDA-NEPAD de fato constitui uma iniciativa que proporciona aos países africanos maior autonomia frente ao cenário internacional, uma vez que

---

<sup>13</sup> ...Partners such as the AfDB, the World Bank, the International Monetary Fund (IMF), the European Union (EU), the UN and related agencies including UNECA, RECs and civil society organizations have all participated in the development of NEPAD programmes across all sectors. From the outset, NEPAD placed a heavy emphasis on external support and partnerships including the mobilization of capital and other forms of support from international donors and financial institutions. NEPAD supporters argue that emphasis on international and external actors is central to NEPAD as an idea of a 'new' partnership to underpin African development.

esta não busca provocar uma ruptura com as bases colonialistas nas quais o sistema internacional foi moldado (Karbo, 2014). A inserção dos países africanos, após os processos de independência, na economia global ocorreu em um momento de profunda penetração do neoliberalismo expresso, sobretudo, no Consenso de Washington (Karbo, 2014).

Percebe-se que a AUDA-NEPAD não faz uma crítica direta aos prejuízos oriundos da colonialidade, aos quais foram submetidas as sociedades africanas (Otávio, 2013). Desse modo, a despeito de propor estratégias para o desenvolvimento autônomo do continente, a atuação da agência distancia-se da proposta de desenvolvimento apresentadas por Rodney (1972) e Nkrumah (1967), na medida em que tais perspectivas sugerem a necessidade de um posicionamento político da África que rompa com a lógica capitalista global, uma vez que esta foi fundamentada nas bases do colonialismo europeu, que colocou o continente africano em um lugar de desvantagem no tabuleiro político internacional e, portanto, a superação do subdesenvolvimento se dá pela quebra da matriz colonial de poder impressa na ordem internacional.

Por outro lado, a AUDA-NEPAD cumpre uma importante função de fomentar o diálogo multisetorial acerca do desenvolvimento do continente africano, propor agendas comuns aos Estados-membros, além de construir uma visão holística do desenvolvimento socioeconômico, enfatizando as sociedades locais, bem como o papel dos Estados na promoção dos ajustes políticos necessários ao desenvolvimento. A Tabela 1 apresenta as áreas de atuação, nas quais a agência executa suas atividades.

Tabela 1  
**Áreas de atuação da AUDA-NEPAD**

1. Gestão do conhecimento
2. Sustentabilidade ambiental
3. Industrialização
4. Inovação tecnológica e digitalização
5. Capital humano e desenvolvimento de instituições
6. Integração econômica

Fonte: Elaboração própria a partir de AUDA-NEPAD, 2021, p.4.

O setor agrícola está inserido na segunda área de atuação apresentada na tabela acima (Tabela 1). Entendido como um dos setores estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico do continente africano (Amin, 2011), a agricultura está intimamente relacionada com alguns dos principais desafios enfrentados pelos países africanos, como fome,

desnutrição, pobreza e desigualdade social e de gênero. Além disso, o setor é responsável pela geração de um grande número de empregos e receita para os países da região, fomentando o crescimento econômico e o investimento público.

Nesse sentido, a AUDA-NEPAD tem priorizado o desenvolvimento de projetos que buscam a transformação agrícola e a segurança alimentar das populações africanas, entendendo-as como importantes mecanismos de transformação da economia do continente (AUDA-NEPAD, 2021).

Para Samir Amin (2011) o desenvolvimento socioeconômico de países do continente africano está condicionado ao avanço da agricultura. O autor relaciona o fracasso das estratégias de desenvolvimento à ausência de uma revolução agrícola, argumentando que somente a partir de uma mudança na estrutura produtiva do setor, como foi realizado em alguns países da América Latina e Ásia – ainda que tais processos tenham acarretado problemas sociais –, a África será capaz de desenvolver-se.

A razão última para o fracasso do "desenvolvimento" ... é que a África não começou sua revolução agrícola, sem a qual qualquer desenvolvimento é inimaginável. A revolução agrícola significa uma gama complexa de transformações capazes de um crescimento positivo na produção agrícola e de alimentos por habitante (da ordem de pelo menos 1%) durante um período substancial (várias décadas, pelo menos), e um crescimento ainda mais saudável na produção agrícola por rural família (da ordem de 2% a 3%). Somente por meio disso é que a industrialização, a urbanização e o desenvolvimento social são possíveis.<sup>14</sup> (Amin, 2011, p.24-25)

De acordo com a FAOSTAT<sup>15</sup>, até 2018, mais da metade da população do continente africano - precisamente 57,5% - residia em zonas rurais (Food and Agriculture Organization, 2019). A sub-região da África Austral, circunscrita ao sul da África Subsaariana, concentra mais de 60% da população em áreas rurais (Muimba-Kankolongo, 2018). A atividade agrícola é uma central para o desenvolvimento socioeconômico destes países, desempenhando um papel estratégico no enfrentamento de problemas como socioeconômicos que afetam principalmente a população da zona rural (New Partnership for Africa's Development, 2013).

Anualmente a FAO divulga relatórios com balanços da evolução dos níveis de insegurança alimentar nos âmbitos global e regional. As edições dos anos 2017 e 2018 do *Africa*

---

<sup>14</sup> The ultimate reason for the failure of 'development', [...] is that Africa has not begun its agricultural revolution, without which any development is unimaginable. Agricultural revolution means a complex range of transformations capable of positive growth in agricultural and food production per inhabitant (of the order of at least 1%) over a substantial period (several decades at least), and an even healthier growth in agricultural production per rural family (of the order of 2% to 3%). Only by dint of this are industrialization, urbanization and social development possible (Amin, 2011, pp.24-25).

<sup>15</sup> Banco de dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

*Regional Overview of Food Security and Nutrition*<sup>16</sup>, relatório que condensa os dados do continente africano, registraram que a prevalência da desnutrição aumentava na região. Atualmente, a fome atinge cerca de 256 milhões de pessoas na África (Food and Agriculture Organization; Economic Commission for Africa & African Union, 2020). Na África Austral, de acordo com a SADC, cerca de 44,8 milhões de pessoas estão inseridas em um quadro de insegurança alimentar (SADC, 2020). Número que pode vir a aumentar como consequência da crise instaurada com a pandemia de COVID-19.

De acordo com o relatório supracitado, as razões que explicam este cenário são, sobretudo, as mudanças climáticas, conflitos internos e choques econômicos (FAO et al, 2020). Como será explicado ao longo dos capítulos, em Angola verifica-se que as alterações climáticas e os choques econômicos são algumas das razões centrais para o agravamento da insegurança alimentar.

As mudanças climáticas, como alterações no regime de chuvas e secas, alteram a capacidade produtiva, especialmente no setor agrícola de pequena escala e de subsistência, que não contam com sistemas de irrigação sofisticados e empregam pouca tecnologia. Os dados apresentados no relatório da SADC (2020), mostram que alguns dos países mais afetados por condições climáticas adversas durante o ano de 2019 foram o Zimbábue, Eswatini, Lesoto, Angola, a região sul de Madagascar e Moçambique, atingidos pela seca.

Os conflitos internos tendem a contribuir para uma baixa atratividade de investimento externo em produção agrícola, fazendo a produtividade cair, pressionando a oferta de alimentos. Já a desaceleração econômica a nível global, a exemplo pode-se citar a crise de 2008, é particularmente preocupante no caso dos países africanos. Em geral, estes países tem economias pouco dinâmicas, dependentes da exportação de produtos primários, que sofrem com baixa demanda em períodos de retração econômica global. Além disto, países em desenvolvimento e com baixos níveis de renda per capita, em geral, demoram a responder de forma positiva aos impactos de uma desaceleração econômica (FAO et al, 2020).

Nesse sentido, o enfrentamento da insegurança alimentar depende de estratégias que contemplem: a) preservação ambiental, com a finalidade de minimizar as alterações climáticas bruscas, b) resolução de conflitos internos e c) desenvolvimento socioeconômico orientado para a diminuição da dependência aos mercados externos.

Na primeira década dos anos 2000 a África registrou bons índices de crescimento econômico (World Bank, 2018). Isto decorreu do aumento do preço das *commodities*, como

---

<sup>16</sup> Panorama Regional da Segurança Alimentar e Nutricional da África.

petróleo, cobre e *commodities* alimentares. Ademais, as condições macroeconômicas eram favoráveis ao crescimento destes países que dispunham de níveis de inflação controladas e uma relativa estabilidade política em grande parte do continente (Cornelissen et al, 2012; Moyo, 2009).

A maioria da produção de alimentos no continente africano é desenvolvida por meio de agricultura familiar de pequena escala (Maconachie, 2018). A África concentra mais de 33 milhões de propriedades, com menos de 2 hectares (ha), correspondendo a 80% das fazendas (NEPAD, 2013). Estes tipos de estrutura agrícola são caracterizados por serem intensivos em mão-de-obra, e, no caso da África, destaca-se a mão-de-obra feminina (NEPAD, 2013) e os baixos índices de capital empregado na produção, assim constituem importantes estratégias para o desenvolvimento socioeconômico, na medida em que consegue ampliar a oferta de empregos, que, por sua vez impacta no aumento da renda per capita e conseqüentemente no acesso a alimentos saudáveis e em quantidades suficientes (World Bank, 2008).

Uma característica especial da agricultura africana em comparação com o resto do mundo é que o setor continuou a absorver uma grande proporção da população ativa, e deverá continuar a fazê-lo, uma vez que um grande número de jovens estará entrando no mercado de trabalho: em 2025, estima-se que 330 milhões de jovens africanos terão ingressado no mercado de trabalho, com oportunidades limitadas de encontrar empregos nas cidades (NEPAD, 2013, p.8, tradução nossa).<sup>17</sup>

Uma das estratégias para fortalecer o setor produtivo agrícola na África foi o Programa Compreensivo de Desenvolvimento Agrícola Africano (PDCAA), formulado no âmbito da AUDA-NEPAD. O Programa entrou em vigor a partir da Declaração de Maputo, em 2003, e teve como principal objetivo fomentar o aumento da produtividade agrícola e do investimento público no setor, ou seja, a participação estatal na intensificação da produtividade. O programa foi adotado por 44 países-membros da União Africana (Sow & Phiri, 2019).

O PDCAA estimulou os países signatários a direcionar 10% de seus orçamentos anuais ao setor agrícola, além disto, a produtividade do setor deveria crescer 6% em cada ano (NEPAD, 2013; Sow & Phiri, 2019). O PDCAA representou um importante avanço no entendimento de que a agricultura constitui uma área prioritária de investimento dos governos (African Union, 2015a), sobretudo para combater o subdesenvolvimento da região.

A despeito da construção da parceria em torno dos interesses em comum, até o ano de 2013, dez anos após o lançamento do programa, somente nove países atingiram a meta básica

---

<sup>17</sup> A special feature of African agriculture in comparison to the rest of the world is that the sector has continued to absorb a large proportion of the working population, and will have to continue doing so, since a very large number of young people will be entering the labour market: by 2025, it is estimated that 330 million young Africans will have entered the labour market, with limited opportunities for finding jobs in cities.

de disponibilizar 10% do orçamento nacional para o setor agrícola ( NEPAD, 2013). As dificuldades de destinar o volume de recursos acordado na Declaração de Maputo, demonstram, por um lado, a dificuldade dos países africanos em promover reformas políticas internas e, por outro, verifica-se um desinteresse por parte das elites políticas em priorizar o setor que é extremamente significativo para a parcela mais pobre da população.

A persistência da insegurança alimentar na região levou a União Africana a propor, em 2013, a reafirmação dos compromissos do PDCAA. Na ocasião, foi assinada a Declaração de Malabo, que foi além das proposições iniciais apresentadas em Maputo (AUDA-NEPAD, 2014). A declaração de Malabo manteve o compromisso de destinar 10% dos gastos públicos para a agricultura e a meta de crescimento do setor agrícola em 6%. A declaração propôs, ainda, a erradicação da fome na África até 2025, inspirado no Programa Fome Zero, desenvolvido no Brasil, e fortaleceu os mecanismos de financiamento para a agricultura inclusiva ( African Union, 2015a; AUDA-NEPAD, 2014).

Assim, a reafirmação dos compromissos do PDCAA conduziu, novamente, a agricultura ao centro do debate sobre desenvolvimento socioeconômico na África. A AUDA-NEPAD permanece sendo responsável por coordenar as ações entre os países africanos, em conjunto com organizações intergovernamentais como a FAO e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA) e setores da sociedade civil como ONGs e instituições de pesquisa.

Não obstante à centralidade da agricultura na África e dos esforços da AUDA-NEPAD em levar a cabo as metas do PDCAA, a concepção de que a agricultura pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da África não é unânime (Diao; Hazzell & Thurlow, 2010). Os céticos em relação ao setor argumentam que esta atividade econômica não é capaz de promover um crescimento satisfatório para que a África possa enfrentar o subdesenvolvimento e a fragilidade institucional presente em alguns países africanos. Nesse sentido, um caminho alternativo seria promover o desenvolvimento socioeconômico através de investimentos no setor de mineração e na industrialização do continente (Diao et al, 2010). No entanto, este tipo de modelo de desenvolvimento proposto, inspirado em modelos seguidos por outros países em desenvolvimento como Brasil e China, podem não surtir efeitos positivos na África Austral. O investimento no setor industrial, por exemplo, requer um grande volume de capital a ser importado pelos governos africanos, com altos riscos de transformarem-se em dívidas futuras. A importação de capital se faz necessária, em decorrência da baixa geração de capital próprio. De acordo com Cynthia (2017) o principal ensinamento que as experiências de outros países em desenvolvimento podem trazer é a de que cada região e cada Estado deve ter ciência das condições internas para formular políticas públicas adaptadas às suas realidades.

... é importante para os governos africanos conceber modelos de desenvolvimento que irão adoptar aspectos dos modelos de desenvolvimento do Sul e do Norte (adequados às necessidades, cultura e história locais), bem como o planeamento estratégico sobre como estes planos de desenvolvimento podem se adaptar às mudanças no cenário da economia global. As consequências de não dar ouvidos a essas lições estão sendo vistas atualmente em países da África Austral dependentes de recursos. A redução da demanda chinesa por *commodities* e a queda simultânea no preço global das *commodities* que começou no final de 2014 afetou negativamente as moedas e economias da África do Sul, Angola e Zâmbia, cujos governos estão lutando para articular uma estratégia coerente sobre como pretendem para tirar suas economias do declínio (Cynthia, 2017, p.12, tradução nossa).<sup>18</sup>

Entende-se, portanto, que o setor agrícola é estratégico na construção de uma perspectiva de desenvolvimento capaz de romper com a colonialidade, tornando os países africanos menos dependentes das ingerências externas e do neocolonialismo. Com efeito, Angola é um dos países da África Austral que tem priorizado, nos últimos anos, a expansão da produtividade agrícola como forma de diversificar sua economia, uma vez que historicamente o setor petrolífero regeu os interesses e a estrutura econômica do país. A seção seguinte trata do desenvolvimento angolano a partir do período pós Guerra Civil.

## 1.2 O processo de desenvolvimento da República de Angola a partir de 2002

O período posterior à assinatura do Acordo de Alvor<sup>19</sup> e o estabelecimento da independência de Angola em 1975 foi caracterizado internamente por violentos conflitos envolvendo os principais movimentos e grupos políticos que disputavam o poder no país (Birmingham, 2015; Castellano da Silva, 2015). Externamente o contexto da Guerra Civil angolana atraiu os ‘olhares’ das potências da Guerra Fria, como EUA, URSS além de outros países como China, Cuba e África do Sul que influenciaram nas disputas por meio de recursos militares ou financeiros (Castellano da Silva, 2015; Silva, 2007).

Não obstante à grande relevância do processo histórico acima mencionado para a compreensão das particularidades nacionais bem como a reconstrução do Estado angolano, esta dissertação não aprofundará nas especificidades históricas, concentrando-se nos eventos

---

<sup>18</sup>...it is important for African governments to design development models that will adopt aspects of southern and northern development models (suitable to local needs, culture and history) as well as strategic planning on how these development plans can adapt to changes in the global economy. The consequences of not heeding such lessons is currently being seen in resource-dependent southern African countries. A reduction in Chinese demand for commodities and the simultaneous drop in the global price of commodities that started in late 2014 has negatively affected the currencies and economies of South Africa, Angola and Zambia, whose governments are struggling to articulate a coherent strategy on how they intend to lead their economies out of decline.

<sup>19</sup> Assinado entre Portugal e os três principais movimentos que lutavam pela independência de Angola: MPLA, UNITA e FNLA, o acordo, data do dia 15 de janeiro de 1975 e foi responsável pelo estabelecimento da partilha do poder no território angolano, sendo relevante, ainda, para a consolidação da independência do país, oficializada em 11 de novembro do mesmo ano (Castellano da Silva, 2015).

fundamentais para o entendimento do processo de desenvolvimento socioeconômico pelo qual passou o país africano após a Guerra Civil, que durou quase três décadas, compreendendo o período pós independência, em 1975 até 2002<sup>20</sup> (Gonçalves, 2010).

Isto posto, com o fim da Guerra Civil, em 2002, Angola “incrementou significativamente suas capacidades estatais” (Castellano da Silva, 2015, p.140). Uma vez contidos os grupos insurgentes, o governo e as elites políticas direcionaram seus esforços para a reconstrução do Estado, priorizando o desenvolvimento econômico e a estabilidade política (Castellano da Silva, 2015).

A Figura 3 apresenta o mapa político de Angola, em que se verifica a configuração territorial atual do país.

---

<sup>20</sup>Para detalhes acerca do processo de independência, Guerra Civil e construção do Estado angolano, pode-se sugerir as seguintes leituras: ‘Um Amplo Movimento’, escrito por Lúcio Lara, integrante do MPLA e presidente interino de Angola após a morte de Agostinho Neto; ‘Angola: Processos Políticos da Luta pela Independência’ escrito por Maria do Carmo Medida (2013). Além destes autores pode-se citar o historiador e africanista David Birmingham, em especial os livros ‘*Empire in Africa: Angola and its Neighbours*’ (2006) e ‘*A short history of modern Angola*’ (2015).



**Figura 3.** Mapa Político de Angola

Fonte: Recuperado de: <http://www.africa-turismo.com/mapas/angola.htm>

Antes de adentrar no processo de desenvolvimento conduzido pelo Estado, é importante caracterizar o tecido social angolano no contexto pós Guerra Civil. Neste íterim, a sociedade estava fragilizada e com indicadores sociais em níveis preocupantes. De acordo com o relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2005, 68% da população de Angola vivia abaixo da linha da pobreza, com acesso limitado a serviços

públicos como saúde, energia elétrica e saneamento básico (United Nations Development Programme, 2005). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>21</sup> estava em 0,381, colocando o país na posição 166 em um ranking com 177 países, categorizando-o entre os países menos desenvolvidos do mundo.

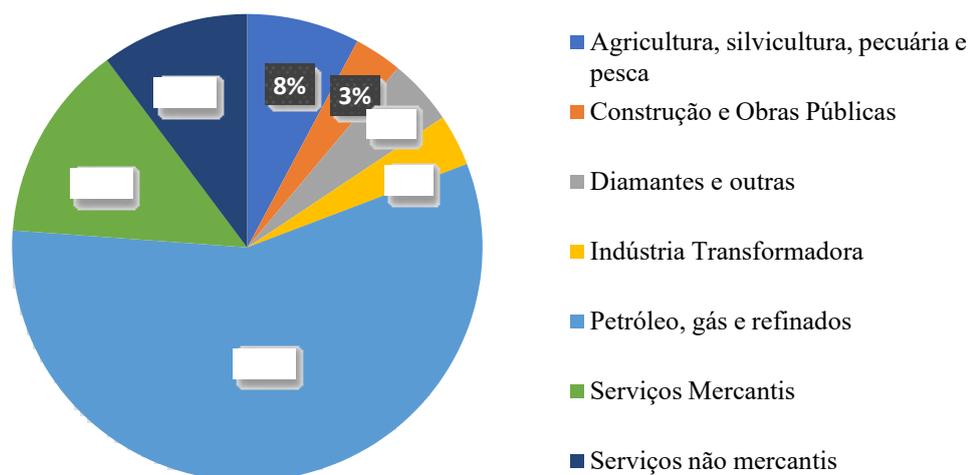
A expectativa de vida também era baixa, estimada em 42,4 anos entre os anos de 2000-2005 (PNUD, 2005; World Bank, 2007). Além disso, um quarto da população angolana encontrava-se descolada internamente no ano de 2002 (PNUD, 2005). Este cenário é consequência do êxodo rural motivado pela Guerra Civil e pelos efeitos da mesma na infraestrutura do país. A oferta de políticas públicas como saúde, educação e habitação eram insuficientes (Gonçalves, 2010; World Bank, 2007). Nesse sentido, é importante frisar que o funcionalismo público do Estado até 1975 era formado majoritariamente pelos colonizadores portugueses. Quando Angola tornou-se independente, os portugueses que formavam o corpo burocrático do país deixaram estes cargos sem que houvesse um período de transição para que o Estado angolano formasse adequadamente seus funcionários, comprometendo a oferta de serviços públicos, impactando diretamente a população (World Bank, 2007).

A partir desta conjuntura, o governo e as elites políticas começaram a moldar estratégias de recuperação socioeconômica. A reconstrução da República de Angola foi realizada, sobretudo, a partir dos rendimentos obtidos através extração de recursos naturais do país, que foram responsáveis por grande parte da arrecadação pública e por conseguinte pelo investimento público (República de Angola, 2002). Entre os principais produtos explorados, destacam-se o petróleo e os diamantes (República de Angola, 2004).

Na Figura 4, elaborada a partir dos dados divulgados pelo Ministério das Finanças de Angola, é possível visualizar a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do país por setores da economia em 2002.

---

<sup>21</sup>O IDH é mensurado a partir de três dimensões: renda, educação e saúde.



**Figura 4:** Composição do PIB (%) angolano por setores em 2002

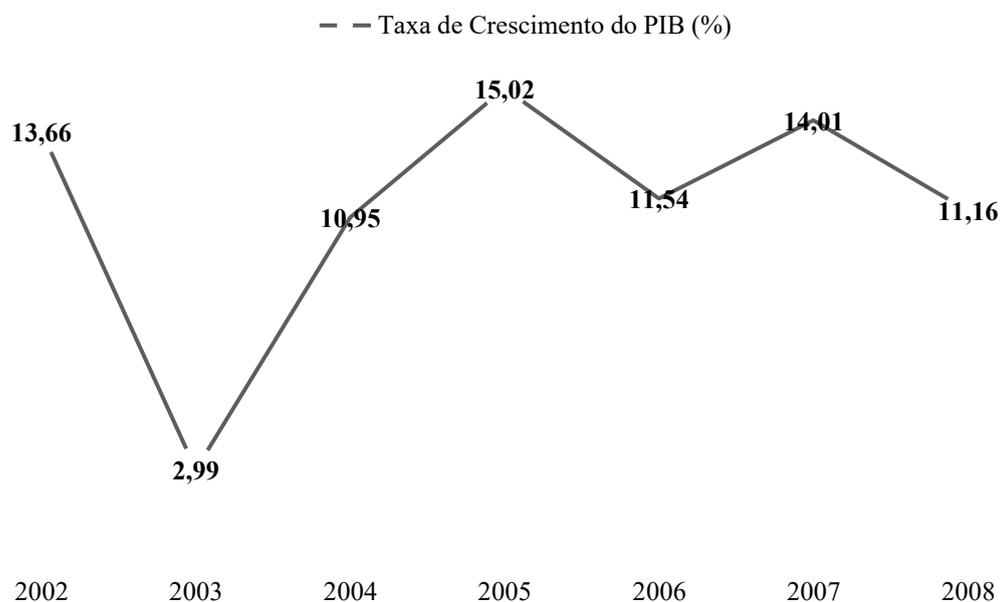
Fonte: Elaboração própria a partir de República de Angola, 2004.

Ao observar a Figura 4, verifica-se a centralidade da extração de petróleo para a economia angolana. Em 2002, o petróleo, gás e refinados foram responsáveis por 58,8% do PIB (República de Angola, 2004). O setor petrolífero do país começou a ser explorado na década de 1950 (World Bank, 2007) e durante os 27 anos da Guerra Civil contribuiu com o fortalecimento do MPLA – partido que governa Angola até hoje – tornando-se uma importante fonte de financiamento para o movimento (Birmingham, 2015). Desde a década de 1970 o controle sobre a produção de petróleo está nas mãos do Estado angolano, cuja empresa estatal, Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola), através do Decreto-lei N° 52/76 tornou-se a responsável pela gestão da exploração do produto e do gás natural no país africano colocando-o entre os principais produtores de petróleo do continente (Sonangol, 2021a). Atualmente a Sonangol desenvolve atividades em outros países da África, como Cabo Verde, além de estar presente na América, Europa e Ásia (Sonangol, 2021a).

O setor diamantífero, importante para a economia do país, por sua vez, também foi amplamente utilizado no contexto da Guerra Civil, serviu como fonte de financiamento para as atividades da UNITA (Birmingham, 2015), mas o início da exploração remonta ao período colonial (World Bank, 2007). O setor agrícola, que será objeto de análise do capítulo seguinte, contribuiu com menos de 10% do PIB no ano de 2002.

Em 2003 houve uma retração no PIB, como corolário da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, que oscilações no mercado internacional (Castellano da Silva, 2015). A partir de 2004, a economia angolana obteve altas taxas de crescimento econômico, apoiada, sobretudo “... pelo aumento da produção petrolífera e dos preços do barril do petróleo no mercado internacional,

pela ampliação do crédito líquido doméstico e pela consolidação da estabilização macroeconômica.” (Banco Nacional de Angola, 2005, p.12). O período de boas taxas de crescimento se estendeu até a crise de 2008. A Figura 5 apresenta a variação da taxa de crescimento do PIB de Angola nos seis anos após a consolidação da paz (2002-2008).



**Figura 5:** Crescimento anual do PIB de Angola (2002-2008).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Com efeito, a economia angolana foi se desenvolvendo em torno das receitas provenientes do petróleo. Isto favoreceu o enriquecimento das elites nacionais, intimamente ligadas ao governo.

A forte entrada de receitas petrolíferas permitiu ao governo angolano avançar na reconstrução do país e também no estímulo a outras atividades, algo importante porque cerca de 4/5 das receitas fiscais de Angola provinham do petróleo, base de mais de 90% das suas exportações (diamantes igualmente se destacam). De todo modo, Angola continua dependente desse setor ... (Lins & Correia, 2021, p.9).

Na primeira década dos anos 2000, antes da crise de 2008, o preço do petróleo subiu no mercado internacional, proporcionando ao país africano rendimentos elevados, repercutindo também no aumento da atração de Investimento Externo Direto (IED) e empréstimos. Alguns dos contratos de empréstimos utilizavam o petróleo como forma de garantia do pagamento (Wanda, 2017).

De acordo com Ovadia (2018) a estratégia de utilizar o petróleo como garantia nos empréstimos concedidos de países como a China para Angola foi a alternativa encontrada pelo

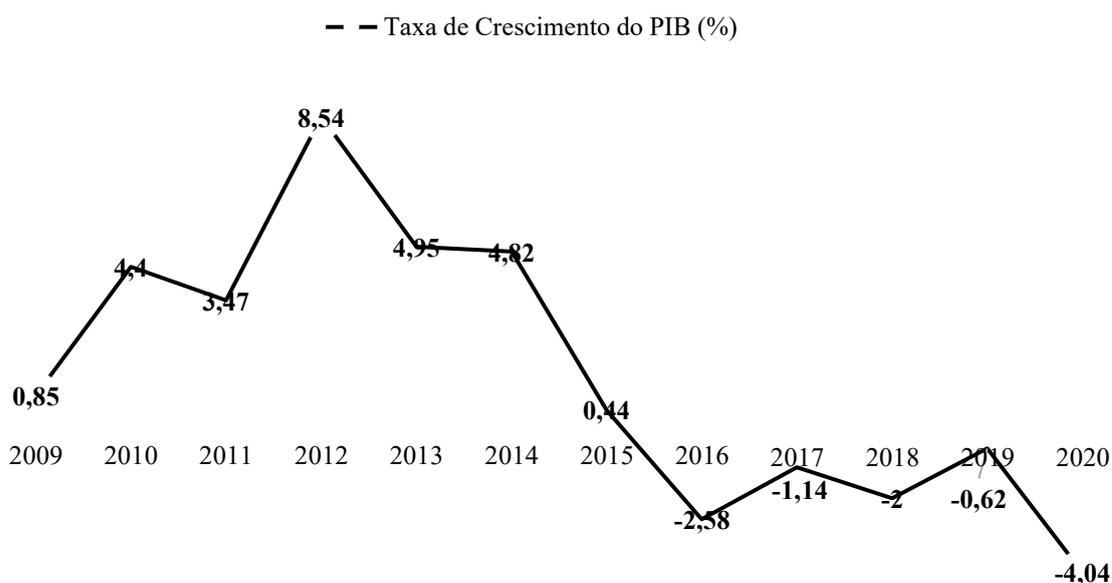
país africano para financiar as obras de infraestruturas e promoção do desenvolvimento que necessitava, uma vez que as propostas sugeridas pelo Ocidente bem como por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) falharam.

Importa explicar que Angola não dispõe de refinarias suficientes para suprir a demanda nacional (Welborn; Cilliers & Kwasi, 2020). Apesar de ser um produtor de petróleo, o país “importa anualmente 250 milhões de dólares de produtos derivados”, como combustível (Sonangol, 2021b). De acordo com a Sonangol (2021b), verifica-se a existência de apenas uma refinaria de pequeno porte na capital do país, Luanda, e um projeto que está em andamento na província de Benguela. Esta lacuna no setor produtivo angolano constitui um importante fator que onera os preços de produtos derivados do petróleo, dificultando o acesso da população a estes bens. Além disso, o país não consegue exportar o petróleo com o valor agregado que uma refinaria poderia proporcionar.

As consequências da dependência do setor petrolífero para Angola foram amplamente sentidas no contexto da crise de 2008. Com a queda dos rendimentos das exportações de petróleo, combinada ao aumento das despesas públicas, Angola sofreu um déficit orçamental em 2009 (World Bank, 2014). Isto impactou na arrecadação do Estado e consequentemente na oferta de políticas públicas para a população.

Parte dos serviços essenciais para a manutenção do bem estar da população como energia elétrica e saneamento básico provém do setor informal. De acordo com Welborn et al: “...os negócios informais pavimentam estradas, fornecem transporte e combustível, pesca e serviços agrícolas, bem como a exploração mineira e reparação de veículos, entre muitos outros bens e serviços...” (Welborn et al, 2020, p.8).

Os efeitos da crise de 2008 na taxa de crescimento do PIB (%) podem ser visualizadas na Figura 6, que mostra o desempenho da economia de Angola entre os anos 2009-2020. Na figura é possível observar percentuais muito abaixo do período de 2002-2008. Além disso, verifica-se a queda acentuada após o ano de 2014, ano em que se houve uma desaceleração do crescimento, provocado pelo baixo desempenho do setor petrolífero, dada a diminuição do preço da *commodity* no mercado internacional.



**Figura 6:** Crescimento anual do PIB de Angola (2009-2020).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

O comportamento do PIB após os anos de 2003, 2008 e 2014 ilustram de maneira nítida a vulnerabilidade da economia angolana às oscilações no preço do petróleo. A experiência negativa do país nesses períodos tem influenciado os planos do governo de modo a impulsionarem os setores não-petrolíferos, que a partir de 2009 começaram a ter maior peso sobre o PIB do país (World Bank, 2014).

De fato, a composição do PIB angolano vem sendo cada vez mais diversificada, com destaque para a expansão do setor não-mineral (Wanda, 2017). A Tabela 2 apresenta os percentuais de contribuição dos setores na composição do PIB angolano no período de 2015 a 2018.

Tabela 2

**Comparação da composição do PIB Angolano por setores 2015-2018 (%)**

Setores	2015	2016	2017	2018
Agricultura	5,1	5,8	6,3	5,6
Construção	12,0	14,5	15,2	12,3
Diamantes e outros	0,6	0,6	0,7	0,8
Energia	0,5	0,5	0,6	0,5
Indústria Transformadora	5,2	5,6	6,7	6,2
Outros	7,9	9,4	8,6	9,2

Continua

	Conclusão			
Pescas e derivados	3,0	3,4	3,8	2,7
Petróleo	30,2	21,5	19,7	29,0
Serviços Mercantis	35,5	38,6	38,5	33,8

Fonte: Elaboração própria a partir de: Banco Nacional de Angola (2021)

A conjuntura externa pós 2008 associada à queda das exportações de petróleo em 2014 afetaram as metas do programa do governo intitulado Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola 2025 (ELP Angola 2025) (Welborn, et al, 2020). O plano foi lançado durante o governo de José Eduardo dos Santos (1979-2017) e atualizado no governo de João Lourenço, atual presidente de Angola, em 2018 (República de Angola, 2018).

Com a atualização do ELP Angola 2025, o plano foi estendido por mais 25 anos. O plano atual, ‘Angola 2050’ abrange um conjunto de estratégias de desenvolvimento de diversos setores da economia no médio prazo (Welborn et al, 2020).

O programa Angola 2050 irá actualizar (sic) a Estratégia a Longo Prazo 2025 (ELP 2025), que compreende planos quinquenais sucessivos. O mais recente destes, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, concentra as atenções do governo em seis prioridades: desenvolvimento humano e bem-estar; desenvolvimento económico sustentável e inclusivo; infraestruturas básicas; consolidação da paz, Estado de direito e democracia, boa governação e descentralização; desenvolvimento harmonioso do território; e relações internacionais (Welborn et al, 2020, p.4).

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 foi formulado a partir do diálogo com lideranças locais, governadores das Províncias, sociedade civil e setor privado (República de Angola, 2018) para avançar da melhoria dos indicadores socioeconômicos do país. O Programa Angola 2050 - em que o PDN 2018-2022 está inserido - está em conformidade com os compromissos assumidos por Angola no âmbito regional, com destaque para a Agenda 2063 da União Africana e no âmbito internacional, sobretudo com os 17 objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas (República de Angola, 2018). No Apêndice A, é possível observar todos os eixos e as políticas públicas que compõe o PDN 2018-2022.

Com efeito, a melhoria dos indicadores sociais precisam ser prioridade no planejamento estratégico do país. De acordo com os dados do PNUD, em 2018 o IDH de Angola estava em 0,574 colocando-o no grupo de país de Médio Desenvolvimento Humano (PNUD, 2019). No ranking mundial, Angola saiu da posição 166 em 2005 para 149 em 2018, em uma lista com 189 países. Não obstante aos avanços significativos, o relatório aponta que 51,1% da população angolana estão em situação de pobreza, além de verificar grande desigualdade social e de gênero (PNUD, 2019).

Assim, apesar do esforço nacional para diversificar os setores da economia e melhorar os indicadores sociais, o desenvolvimento socioeconômico de Angola, do período posterior ao estabelecimento da paz até hoje tornou o país vulnerável a choques externos e dependente da extração de recursos naturais. Para Ovadia (2018), a elite angolana associada ao Estado, promoveram um desenvolvimento cuja abordagem não estava direcionada ao crescimento inclusivo e a estratégias de proteção social. Pelo contrário, o autor observou o enriquecimento das elites, sobretudo com a centralização da atividade econômica em torno do petróleo. Saskia Sassen (2014) corrobora com este argumento, ao afirmar que as elites angolanas promoveram um crescimento econômico que beneficiou as elites nacionais sem observar as demandas da maior parcela da população.

Gonçalves (2010) argumenta que o peso significativo de atividades extrativas na composição do PIB é uma característica herdada do período colonial. Castellano da Silva (2015), por sua vez, afirma que a priorização da extração de recursos naturais como estratégia de desenvolvimento trouxe três desafios, os quais estão listados no extrato abaixo:

... (i) colaborou diretamente para a continuidade quase indeterminada dos conflitos armados; (ii) a disponibilidade de recursos “fáceis” atrasou o processo de diversificação da economia e o incremento da acumulação de capital; e (iii) contribuiu, como consequência, para o distanciamento do Estado em relação à sociedade... (Castellano da Silva, 2015, pp.157-158).

Diante da dependência em torno dos recursos minerais, Angola tem buscado diversificar sua economia, diminuindo a vulnerabilidade em relação às variações do mercado internacional, em especial do mercado petrolífero (Wanda, 2017; Welborn et al, 2020). Nesta seção, procurou-se evidenciar que a estratégia de desenvolvimento promovida por Angola, ao longo de sua trajetória enquanto país independente, não foram capazes de construir uma estrutura econômica dinâmica e atenuar os problemas sociais. Nesse sentido, entende-se que o investimento em setores-chave, como o setor agrícola podem consolidar um desenvolvimento independente e autônomo.

## 2 Agricultura como Estratégia para o Desenvolvimento Socioeconômico em Angola

“...vivíamos à sombra do petróleo, abandonamos a economia produtiva com possibilidade de atender um maior número de angolanos, tivemos...um desenvolvimento elitista e agora estamos a procurar um desenvolvimento mais harmonioso, mais nacional, contando com forças internas...”  
(Antônio Francisco de Assis, ministro da Agricultura e Pescas)

No primeiro capítulo, foram apresentadas perspectivas teóricas acerca da construção de estratégias para o desenvolvimento socioeconômico que possibilitem uma ruptura com a colonialidade em países africanos. No contexto pós Guerra Civil, notou-se que Angola concentrou seus esforços em direção à expansão do setor extrativista, sobretudo o petrolífero e diamantífero, tornado o país vulnerável às oscilações do mercado internacional e dependente da demanda externa. Consequentemente, a autonomia nacional foi reduzida.

Os acontecimentos políticos que levaram à derrubada dos preços do petróleo – com destaque para os anos de 2003 e 2014 - associados à crise de 2008 provocaram retração econômica em Angola. Com o objetivo de evadir-se das adversidades do mercado internacional, o governo angolano tem buscado variar a composição do PIB, investindo em outros setores da economia. O setor agrícola tem um importante papel na diversificação econômica do país, pois além de ter relação direta com a segurança alimentar da população e servir de impulso para outros setores da economia, é a principal atividade econômica de boa parte da população angolana. Pode-se observar, ao longo da leitura deste capítulo, que mais da metade da produção agrícola do país é realizada pela agricultura familiar.

Com efeito, a compreensão do papel da agricultura nas transformações na economia política internacional ao longo da história torna-se necessária para a análise, uma vez que, o entendimento de como a intensificação da produtividade agrícola em Angola deve estar contextualizada em relação às principais tendências globais do setor. Para isto, esta pesquisa faz uso de abordagens dos regimes agroalimentares. Historicamente, países com passado colonial, como Angola, ocuparam uma posição de subalternidade em relação aos países metropolitanos dentro dos regimes agroalimentares. A seção 2.1 permitirá averiguar que, os regimes agroalimentares passaram por profundas transformações em sua estrutura, com destaque para a emergência de atores como China e Brasil, sem, contudo, possibilitar que países menos desenvolvidos, como Angola.

Assim, este capítulo visa discutir a relevância do setor agrícola para o desenvolvimento socioeconômico de Angola, entendendo que a agricultura pode impulsionar a dinamização da economia do país e para a superação de um dos principais desafios da nação, a insegurança alimentar crescente.

## **2.1 A reprodução da colonialidade na estrutura do regime agroalimentar corporativo-ambiental**

Os regimes agroalimentares correspondem a uma abordagem analítica que permite compreender como a agricultura influenciou, ao longo da história, as relações econômicas a nível mundial, bem como as transformações do sistema capitalista e a formação do sistema de Estados-nação, a partir da observação das relações de produção agrícola e consumo (Friedman & McMichael, 1989). Esta perspectiva permite compreender que existe uma lógica econômica e política global em torno da agricultura e da alimentação que influencia o Sistema Internacional, bem como os atores que nele estão inseridos (Schneider; Schubert & Escher, 2016).

Para McMichael (2009), a análise da Economia Política Internacional (EPI) a partir dos regimes agroalimentares complementa as demais perspectivas que enfatizam os setores da indústria e tecnologia, como promotoras do desenvolvimento de um país. Nesse sentido, o autor defende que o setor agrícola contribuiu para a acumulação de capital e vem sendo utilizado, historicamente, não apenas para fins econômicos, mas também geopolíticos na busca de poder global.

É interessante ressaltar que os primeiros estudos sobre os regimes agroalimentares foram realizados no período pós Segunda Guerra Mundial e tiveram como centro da análise as transformações ocorridas no setor agrícola dos Estados Unidos (EUA) (McMichael, 2009). O estudo pioneiro de Harriet Friedmann identificou que o setor agrícola estadunidense contribuiu para acumulação de capital do país, sobretudo a partir do programa de ajuda alimentar do governo e da atuação das empresas estadunidenses. Assim, depreende-se que o setor agrícola foi relevante no processo de construção da hegemonia dos EUA, sendo complementar ao setor industrial no contexto pós-guerra (Friedmann & McMichael, 1989; McMichael, 2009).

Um complexo agroalimentar que surgiu nos Estados Unidos no século XIX tornou-se uma base importante para a hegemonia dos Estados Unidos no século XX de duas maneiras: (i) as exportações de grãos/ajuda alimentar dos Estados Unidos garantiram a conclusão do sistema estatal nas regiões anteriormente colonizadas ; e (ii) à medida que a agricultura se tornou um setor industrial (passando do uso final para insumos industriais), as corporações dos EUA lideraram um processo de acumulação transnacional que reduziu duplamente as capacidades independentes dos estados para

regular a produção e o comércio domésticos... (Friedmann & McMichael, 1989, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Nesse sentido, segundo Friedmann e McMichael (1989) o processo de desenvolvimento do setor agrícola estadunidense é central no entendimento dos regimes agroalimentares e nas transformações na economia global.

Para fins desta pesquisa, adota-se a distinção dos regimes agroalimentares realizada por Schneider et al (2016). No estudo, os autores verificam a existência de três regimes agroalimentares ao longo da história. O primeiro regime, denominado pelos autores de colonial-diaspórico (1870-1930); o segundo regime alimentar seria o mercantil-industrial (1950-1970) e o terceiro, chamado de corporativo-ambiental (2000 até os dias atuais). Abaixo é possível observar uma sistematização das principais características dos três regimes.

Tabela 3

**Características dos Regimes Agroalimentares**

	<b>Colonial-Diaspórico (1870-1930)</b>	<b>Mercantil-Industrial (1950-1970)</b>	<b>Corporativo-Ambiental (a partir de 2000)</b>
Centro do poder	Grã-Bretanha	EUA	EUA e China
Ideologia predominante	Liberalismo/Colonialismo	Desenvolvimentismo	Neoliberalismo
Atores com influência nos processos decisórios	Estados colonizadores; elites ligadas à produção agrícola	Empresas do ramo de processamento	Corporações transnacionais, setor varejista, supermercados
Produtos alimentícios	Alimentos minimamente processados, sem marca e com pouca variação.	Alimentos minimamente processados, processados, surgimento de marcas e variações entre os produtos.	Alimentos minimamente processados, processados e ultra processados. Maior número de marcas incluindo de redes de supermercados.
Tecnologia	Técnicas tradicionais	Mecânica e Química	Bio e Nanotecnologia

Fonte: Adaptado de “Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate” de Schneider, S. Schubert, M & Escher, F. (2016). Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun.,

O primeiro regime, chamado de colonial-diaspórico vigorou entre 1870 e 1930. O período compreende o aprofundamento do sistema colonial, com a exploração da África e Ásia,

<sup>22</sup>An agro-food complex which emerged in the US in the nineteenth century became an important basis for US hegemony in the twentieth century in two ways: (i) US grain exports/food aid underwrote the completion of the state system in the previously colonized regions; and (ii) as agriculture became an industrial sector (shifting from final use to industrial inputs), US corporations led a process of transnational accumulation which doubly undercut the independent capacities of states to regulate domestic production and trade...

bem como engloba a crescente tensão política entre os países metropolitanos europeus, cuja expressão máxima se deu nas duas guerras mundiais.

No contexto do primeiro regime, tem-se como centro hegemônico de poder a Grã-Bretanha. As transformações ocorridas no seu setor industrial impulsionaram a evolução do capitalismo, com destaque para o surgimento da classe trabalhadora e da elevação da capacidade de acúmulo de capital por parte da classe empresarial (Friedmann & McMichael, 1989). O aumento da demanda por alimentos e a ênfase no desenvolvimento do setor industrial, permitiram que a Grã-Bretanha terceirizasse a produção de alimentos básicos nos territórios colonizados e antigas colônias, como os EUA (McMichael, 2009).

As transformações ocorridas nos países metropolitanos arrojaram modificações nos países que passaram da situação de colônia para Estados independentes, a exemplo do Canadá, Nova Zelândia e Austrália, como explicado por Friedmann e McMichael (1989). De acordo com os autores, estes países ocuparam um lugar, dentro da estrutura econômica global, diferente das colônias e das metrópoles, ou seja, a partir da implantação de um governo e jurisdição próprios, estas sociedades iniciaram seus processos produtivos que subsidiaram a acumulação dos países metropolitanos ao passo que incentivaram o desenvolvimento de suas próprias economias, a partir da mão-de-obra familiar e do crescimento do mercado de alimentos.

Nesse sentido, Friedmann e McMichael (1989) identificam dois movimentos importantes na construção do primeiro regime alimentar, são eles: o aprofundamento do colonialismo com a exploração da África e da Ásia e o sistema de Estados-Nação que chegava a algumas das antigas colônias europeias. Assim, é interessante perceber que o papel do Sul Global enquanto território explorado serviu para a consolidação política e econômica tanto das ex-colônias como dos países metropolitanos. Os produtos agrícolas produzidos nas colônias, como: o café; algodão; borracha; chá; dentre outros, serviam não apenas para saciar a demanda dos países metropolitanos, mas também para impulsionar suas indústrias, servindo como matérias primas. Dessa forma, como argumenta Quijano (2000), a divisão internacional do trabalho deu-se em torno da colonialidade do poder.

O segundo regime agroalimentar, por sua vez, denominado de mercantil-industrial, compreende o período de 1950 a 1970. No contexto pós Segunda Guerra Mundial, verifica-se o estabelecimento do poderio estadunidense frente aos países europeus, deslocando o centro de poder hegemônico do regime anterior. Assim, compreender as alterações ocorridas no setor agrícola dos EUA é fundamental para entender as características deste regime.

Schneider et al (2016) argumentam sobre as principais características deste regime, que estão centradas nos EUA.

...a principal característica definidora do regime era a transferência de excedentes agrícolas dos países do Norte para os países do Sul através dos programas chamados pelo eufemístico nome de “*Food Aid*”<sup>23</sup>...Esse fenômeno desestimulou a produção voltada ao abastecimento interno nestes países, pois a entrada de alimentos dos EUA, largamente subsidiados, acabou desestimulando a produção nacional...Outra característica definidora fora a introdução do modelo tecnológico de agricultura industrial que disseminou a “revolução verde” nos países em desenvolvimento do Sul. (Schneider et al, 2016, p.8).

Isto posto, verifica-se que o desenvolvimento do setor agrícola fundamentou, junto com outros setores da economia, a consolidação da hegemonia estadunidense através do fortalecimento das empresas nacionais e da intensificação do fluxo de exportação para atender às demandas dos países do Sul Global.

Para Philip McMichael (2009), a com a exportação de produtos agrícolas dos EUA para países em desenvolvimento, as empresas estadunidenses intensificaram o processo de interligação dos setores agrícolas nacionais, reconfigurando a divisão internacional do trabalho. Assim, as economias em desenvolvimento passaram a ocupar outros espaços dentro da cadeia de abastecimento global, com a criação de complexos de commodities transnacionais, como soja e carne.

Com efeito, é preciso destacar o fato de que alguns países da África Austral, neste período, ainda travavam suas disputas políticas pela independência e, portanto, atravessavam instabilidade política e econômica, colocando-os na situação de receptores da ajuda internacional, seja ela alimentar ou não. Verifica-se, portanto, que a colonialidade do poder mais uma vez contribuiu para que o continente africano permanecesse com pouca capacidade de atuação estratégica dentro do regime agroalimentar mercantil-industrial além de tornarem-se dependentes dos produtos importados que adentram nestes mercados com maior competitividade.

Os dois regimes citados possuem um polo de poder hegemônico que conduziu as transformações políticas e econômicas no setor agrícola, porém com estratégias distintas, como nos explica Philip McMichael, no extrato abaixo.

... a diferença entre os dois primeiros períodos é frequentemente caracterizada como ‘desenvolvimento orientado para o exterior’ britânico e ‘desenvolvimento orientado para o interior’ americano - distinguindo um modo de desenvolvimento colonial-imperial de uma forma de desenvolvimento centrada na nação, respectivamente... (McMichael, 2010, p.610, tradução nossa).<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Ajuda alimentar

<sup>24</sup> ... the difference between the first two periods is often characterized as British ‘outer-oriented development’ and American ‘inner-oriented development’ – distinguishing a colonial-imperial mode of development from a nation-centred form of development, respectively...

Atualmente verifica-se a existência de um terceiro regime agroalimentar, denominado de corporativo-ambiental<sup>25</sup>, cujo marco temporal simbólico está no ano 2000, mas as principais características começaram a se desenhar nas últimas décadas do século XX (McMichael, 2009). É importante explicar que não há consenso na literatura acerca do terceiro regime (McMichael, 2009; 2019). No entanto, o conjunto de transformações ocorridas na economia política internacional nas últimas duas décadas, dentre as quais destacam-se a ascensão de países em desenvolvimento como a China; a confluência de crises – financeira, energética, alimentar – observadas em 2008 e o recuo da hegemonia estadunidense, permite identificar características distintas das observadas no regime mercantil-industrial.

Schneider et al, apresentam os principais aspectos do atual regime:

... este regime se caracteriza pela atual fase neoliberal, com a ascendência de novos atores no cenário mundial da produção de alimentos, como os países BRICS ..., a flexibilização da produção, facilidades na circulação dos alimentos a longas distâncias, preocupação com a qualidade dos alimentos, segurança alimentar, fome, padrões de controle sanitários, produtivos e de transportes, e outros. Estes aspectos estariam ligados às preocupações em torno dos alimentos por parte dos consumidores, principalmente após os surtos alimentares vividos na Europa a partir da BSE (*Bovine Spongiform Encephalopathy*) e da aftosa (*Foot-and-mouth disease*). (Schneider et al, 2016, p.9).

O primeiro aspecto do sistema agroalimentar corporativo-ambiental corresponde ao caráter multipolar do Sistema Internacional. Em contraste com o regime anterior, que vigorou em um contexto de bipolaridade, o atual regime deu espaço para o crescimento da participação de economias em desenvolvimento, como o Brasil e a China. Nesse sentido, observa-se uma ruptura com o padrão de distribuição de poder até então verificado, que se mantinha centrado no Norte Global.

Não obstante à maior participação de países do Sul Global, apenas a China tem, de fato, apresentado capacidade de desafiar a estrutura de poder estabelecida. De acordo com Belesky e Lawrence (2019), desde o fim da década de 1970, no contexto das grandes transformações da economia chinesa, o país asiático vem ampliando a sua capacidade de acumular capital, permitindo o alargamento da capacidade de importação, bem como de investimentos por todo o globo. Isto foi intensificado pela entrada da China na OMC em 2001 e pelos mecanismos de política externa utilizados pelo país asiático (McMichael, 2019) que serão explicados no capítulo seguinte.

O ano de 2008 constitui um marco temporal fundamental na compreensão do atual regime agroalimentar, visto que a ocorrência de uma profusão de crises – financeira, energética,

---

<sup>25</sup> McMichael (2019) denomina apenas como ‘regime agroalimentar corporativo’.

alimentar e climática - trouxeram implicações profundas para as relações de produção e consumo de alimentos, alterando os preços dos alimentos e os padrões de dietas por todo o globo.

A crise financeira de 2008, redirecionou os fluxos de investimento do capital financeiro internacional (Lawrence & Burch, 2009). Não obstante à alta lucratividade de investimentos especulativos, no contexto de alto risco da crise, as instituições financeiras e investidores em geral, direcionaram seu fluxo de capital para investimentos no setor agrícola, com destaque para a comercialização de terras agricultáveis, entendidas naquele momento como um tipo de investimento de menor risco (Leite & Lima, 2017).

A crise energética, provocada pela elevação do preço do petróleo que superou a marca de US\$ 100,00 por barril (BBC Brasil, 2008), devido à elevação da demanda por países em desenvolvimento como a China e Índia. A crise energética em conjunto com a crise climática, gerou uma pressão pela produção de energias renováveis. No continente africano, 38% dos investimentos em terras agricultáveis foram direcionados para a produção de biocombustíveis, setor que foi considerado como uma das soluções para a crise de 2008 (McMichael, 2010).

A despeito da retórica da produção de energias renováveis, para Phillip McMichael (2010), o aumento da demanda por agrocombustíveis é entendido como um mecanismo de externalidade de custo do capitalismo. Segundo o autor, os investimentos na produção do ‘combustível verde’ colocam os países do Sul Global em um cenário de disputa pela atração de investimento, acarretando consequências econômicas como o endividamento. Ademais, McMichael observa, ainda, consequências ambientais, como o desflorestamento. Nesse sentido, pode-se questionar a utilização dos agrocombustíveis como fonte de energia sustentável.

Um outro aspecto importante do terceiro regime é o papel que as instituições privadas assumiram. De acordo com Lawrence e Burch (2009) os supermercados passaram a controlar as cadeias de suprimentos agrícolas, influenciando a produção, a logística e a comercialização dos produtos. Para Schneider et al (2016) estas grandes empresas transnacionais estão no centro do atual regime neoliberal, refletindo a capacidade de acumulação de capital através da influência sobre o setor agrícola, bem como por toda a cadeia de distribuição de alimentos.

... Estes grandes players passaram também a se apropriar e aplicar sistematicamente biotecnologias e novas tecnologias da informação e transporte ao longo da cadeia produtiva e de consumo, assim como a emular discursos convergentes com a política ambiental e a saudabilidade, buscando espaços de valorização com alimentos de qualidade e orgânicos, marcas próprias e produtos funcionais, além de incentivar processos de certificação e rastreabilidade corporativas, bem como segmentar e diferenciar produtos e estratégias de marketing (Schneider et al, 2016, p.9).

Além das grandes empresas de supermercados, tem-se a atuação das instituições financeiras privadas, como os fundos de pensão, *hedge* e *private equity*.

As instituições e instrumentos financeiros ... estão cada vez mais envolvidos em todos os pontos do sistema agroalimentar e estão investindo cada vez mais em atividades nas quais nunca estiveram envolvidos - incluindo terras agrícolas, insumos, armazenamento e logística, inspeção e certificação, produção e processamento de alimentos, comércio de commodities, varejo e serviços alimentícios e muito mais.” (Lawrence & Burch, 2009, p.271, tradução nossa)<sup>26</sup>

A abordagem dos regimes agroalimentares auxilia na compreensão das mudanças ocorridas no capitalismo, bem como no entendimento de que o setor agrícola ocupa um lugar central na evolução da economia global.

Ao observar as características dos regimes (ver Tabela 3), verifica-se pouco espaço para o protagonismo de países periféricos, sobretudo os africanos. No primeiro e segundo regime quase todos os países do continente estavam em situação de colônia ou passavam por processos de estabilização das relações sociopolíticas internas. O terceiro regime, a despeito de permitir maior atuação de países em desenvolvimento, tem como característica no processo produtivo a utilização de tecnologia sofisticada, contribuindo para a manutenção – e, por vezes ampliação - do abismo que separa os países centrais dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, o setor pode contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do continente africano, mas pode também, influenciar na estagnação do desenvolvimento do continente. Rodney (1972) argumenta que a produção de alimentos no continente africano gera menor rentabilidade do que em países desenvolvidos, além de não contribuírem para o crescimento do setor industrial nacional.

...Para o desenvolvimento econômico, não basta produzir mais bens e serviços. O país tem de produzir mais desses bens e serviços que, por sua vez, darão origem espontânea ao crescimento futuro da economia...o setor de produção de alimentos deve estar florescendo para que os trabalhadores sejam saudáveis, e a agricultura como um todo deve ser eficiente para que os lucros (ou economias) da agricultura estimulem a indústria. A indústria pesada, como a siderúrgica e a produção de energia elétrica, deve estar presente para que se possa fabricar máquinas para outros tipos de indústria e para a agricultura. Ausência de indústria pesada, produção inadequada de alimentos, agricultura não científica - todas essas são características das economias subdesenvolvidas (Rodney, 1972, p.18).<sup>27</sup>

<sup>26</sup> The financial institutions and instruments ... have become increasingly involved at all points of the agri-food system and are increasingly investing in activities in which they have never before been involved —including farmland, input supplies, storage and logistics, inspection and certification, food production and processing, commodity trading, retailing and food services, and much more.

<sup>27</sup> ... For economic development, it is not enough to produce more goods and services. The country has to produce more of those goods and services which in turn will give rise spontaneously to future growth in the economy ... the food-producing sector must be flourishing so that workers would be healthy, and agriculture on the whole must be efficient so that the profits (or savings) from agriculture would stimulate industry. Heavy industry, such as the

Entende-se que as bases do sistema agroalimentar contemporâneo foram fundamentadas em um sistema capitalista de matriz colonial. Como afirma Quijano (2000), o sistema capitalista em si tem na colonialidade um dos seus aspectos constitutivos, amparado pelas distinções raciais e étnicas da população mundial, que nutre um padrão de desenvolvimento socioeconômico que privilegia países europeus e norte-americanos.

Com efeito, a atual posição de grande parte dos países em desenvolvimento, e consequentemente da Angola, no regime contemporâneo é produto da construção histórica colonialista. Marcada pelo acúmulo de poder dos países centrais em detrimento da exploração dos recursos naturais, mão-de-obra desvalorizada e estagnação econômica dos povos africanos. O processo histórico de evolução dos regimes agroalimentares permite identificar como os atores hegemônicos se beneficiaram das relações agroalimentares a nível global para manter-se em uma posição privilegiada. No primeiro regime, tem-se a Grã Bretanha, o segundo, ao seu turno, permitiu a acumulação de capital dos EUA e o terceiro tem dado ampla margem para a atuação da China.

Entende-se, portanto, que a estrutura do atual regime corporativo-ambiental reproduz a dinâmica colonial de poder, também presente nos dois primeiros regimes, não obstante à maior abertura para a atuação de países periféricos. Estes, permanecem ocupando uma posição de subalternidade, dificultando o processo de desenvolvimento socioeconômico autônomo destas sociedades.

## **2.2 Panorama do setor agrícola angolano**

A estrutura atual do regime agroalimentar é caracterizada, em linhas gerais, pelo protagonismo de Estados desenvolvidos; pela ascensão de alguns países em desenvolvimento, como a China e pela atuação de grandes corporações e instituições financeiras que detém, sobretudo através do seu capital, influência nas cadeias produtivas e na dinâmica global de alimentação.

A inserção de países latino-americanos e africanos, como Angola, dentro desta estrutura faz-se necessária para salvaguardar a segurança alimentar interna ao passo que constitui um importante desafio uma vez que a estrutura reproduz aspectos coloniais, em que países menos desenvolvidos ocupam espaços de subalternidade e não os lugares de decisão.

---

steel industry and the production of electrical power, must be present so that one is capable of making machinery for other types of industry and for agriculture. Lack of heavy industry, inadequate production of food, unscientific agriculture-those are all characteristics of the underdeveloped economies.

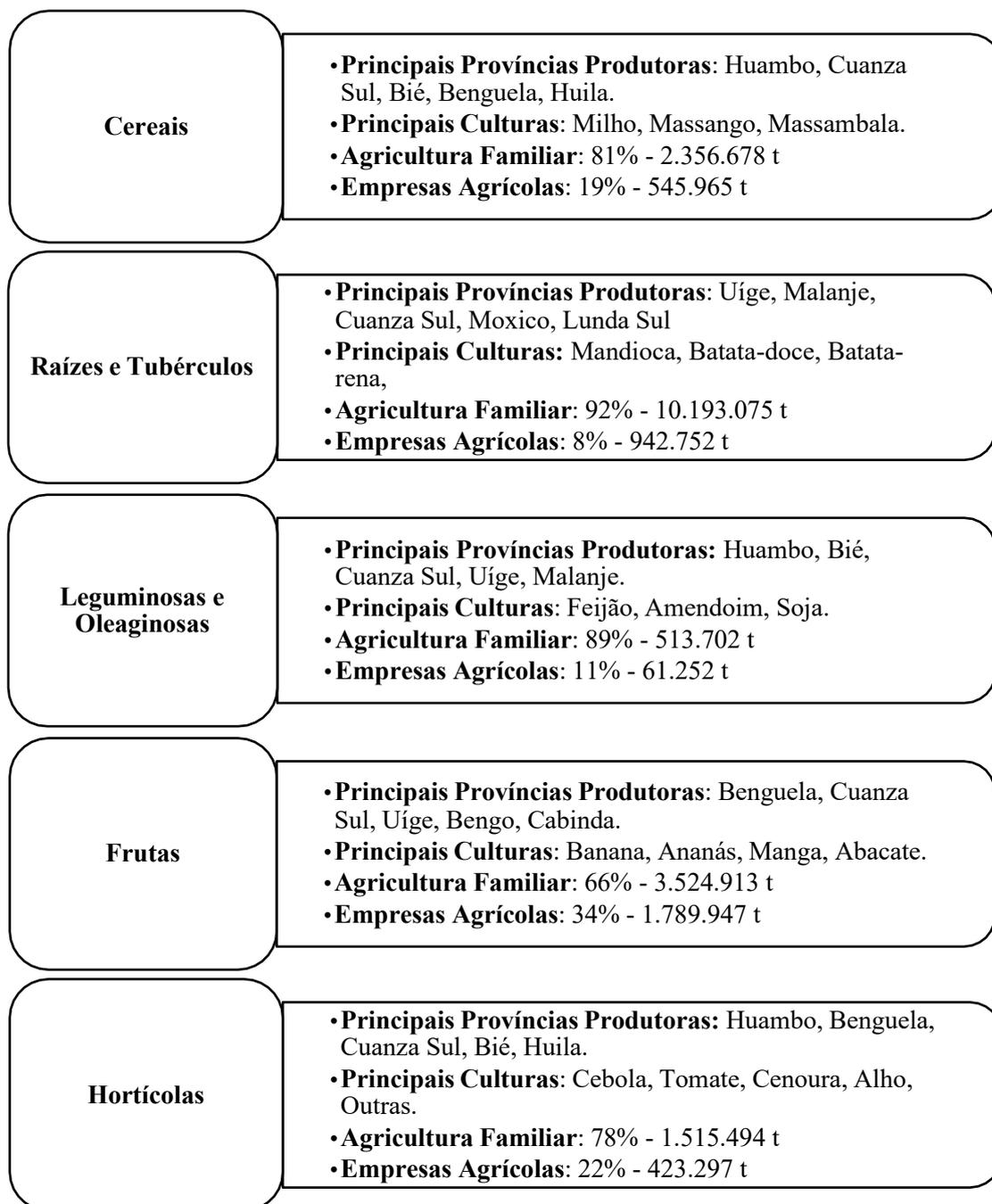
Angola dispõe de um elevado potencial agrícola, com uma vasta extensão de terras aráveis. De acordo com os dados da FAOSTAT, em 2019 foram verificados um total de 4,9 milhões de hectares de terras aráveis em Angola (FAO, 2021). O país tem uma área total de 1 246 700 km<sup>2</sup>, onde se encontram uma ampla variedade de biomas, diversidade biológica e climática (Huntley, 2019). Quanto aos sistemas fluviais, aspecto essencial para a atividade agrícola, Angola destaca-se por comportar em seu território nove bacias hidrográficas cuja conservação deve ser prioridade, constituindo-se como um importante reservatório hídrico para a região da África Austral (Huntley, 2019).

Grande parte da produtividade agrícola em Angola é oriunda da agricultura familiar e uma parcela pequena é realizada pelo setor empresarial (República de Angola, 2020b). Sobre isto, tem-se que:

...Atualmente, 95% dos cerca de cinco milhões de hectares de terras agrícolas que cobrem 4% do país são utilizados pelas famílias para fins de agricultura de pequena escala e de subsistência, enquanto que a agricultura empresarial cultiva culturas de longo prazo, como o milho e o café, nos restantes 5%. Desta área de cultivo, apenas 2% está equipada para irrigação (88 793 hectares), enquanto 0,2% é realmente irrigada (11 600 hectares) (Welborn et al, 2020, p.21).

De acordo com o relatório divulgado pelo MINAGRIF (Ministério de Agricultura e Florestas), verificou-se um total de 2.923.605 Agregados Familiares Agrícolas (AFA) e 8.826 Empresas Agrícolas (EA) (República de Angola, 2020b). A atividade agrícola desenvolvida pelas famílias foram responsáveis por mais de 17.500.000 de toneladas de produtos, na campanha agrícola do biênio 2018/2019 (República de Angola, 2020b).

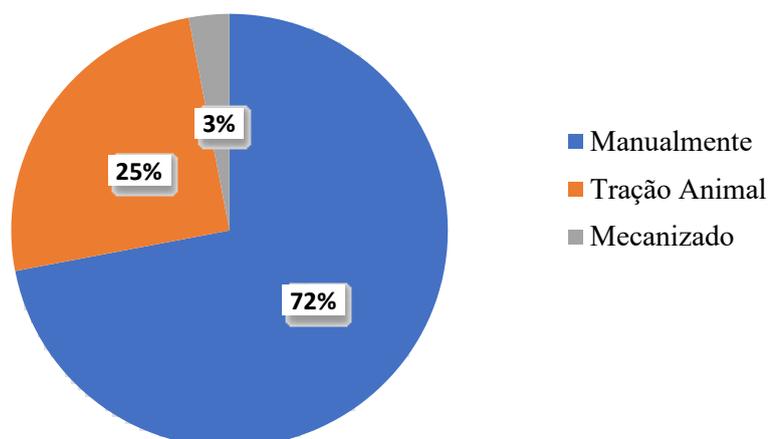
A Figura 7 condensa de forma detalhada as principais culturas produzidas em Angola, as regiões responsáveis por grande parte do cultivo de cada produto e a quantidade produzida, em números percentuais e em toneladas (t) pelos AFA e EA, na safra de 2018/2019. A partir da observação dos dados dispostos na Figura 7, verifica-se a relevância da participação da agricultura familiar em todas as culturas relatadas, uma vez que os AFA contribuíram com mais de 50% da produtividade em todas elas.



**Figura 7:** Resultado da campanha agrícola 2018/2019.

Fonte: Elaboração própria com base em República de Angola, 2020b.

Quanto às técnicas de preparo de solo para o cultivo, verifica-se a utilização de pouco maquinário agrícola. Em mais da metade dos hectares cultivados - 3.740.784 ha, 72% - o preparo dos solos é feito a partir de técnicas manuais. Cerca de 1.298.883 ha (25%) são cultivados com tração animal e apenas 155.866 ha (3%), utiliza mecanização para preparar o solo para cultivo. A Figura 8 apresenta a disposição das técnicas empregadas em números percentuais.



**Figura 8:** Técnicas utilizadas no preparo de terras para o cultivo

Fonte: Elaboração própria com base em República de Angola, 2020b

Assim, depreende-se que grande parte da produção agrícola em Angola ocorre a partir da utilização de técnicas tradicionais e elementares, com pouca tecnologia empregada. Para Gonçalves (2010), a baixa produtividade em Angola está relacionada à ‘fraqueza’ do setor empresarial nacional que não aplica investimentos suficientes para estimular a produtividade do setor.

De acordo com Welborn et al (2020), muitos são os desafios para o desenvolvimento do setor. Dentre as quais, os autores apontam: “...a falta de segurança na posse da terra entre os agricultores; a ameaça permanente das minas terrestres; as mudanças climáticas; e o desmatamento (Welborn et al, 2020, p.21).

O governo reconhece a necessidade de intensificar as políticas de estímulo agrícola: “O desenvolvimento da agricultura é o indicador decisivo da estabilização das populações no meio rural, no combate à fome, na redução da pobreza e é, indubitavelmente, a estrutura primária da diversificação e estabilização da economia nacional.” (República de Angola, 2020b, p.4).

Não obstante o reconhecimento da centralidade do setor para o desenvolvimento socioeconômico nacional, nota-se que o orçamento destinado ao MINAGRIF tem diminuído. Em 2018 o orçamento do ministério foi de 165.349.290,12 US\$. Em 2019, reduziu para 143.391.781,96 US\$ (República de Angola, 2020b). Ou seja, o Orçamento Geral do Estado (OGE)<sup>28</sup> destinado ao setor tem isto pode contribuir para a que a capacidade produtiva do setor

<sup>28</sup> “O OGE constitui ... um instrumento chave de gestão das Finanças Públicas, de alocação de recursos de acordo com as prioridades estabelecidas, e de concretização das políticas de desenvolvimentos económico e social do Executivo, expressa no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022”. (República de Angola, 2021c)

agrícola em Angola siga subutilizada (United Nations Conference on Trade and Development, 2019). Assim, o tópico seguinte abordará as iniciativas do governo de Angola para intensificar a produtividade.

### 2.2.1 As iniciativas do Estado no estímulo à produtividade agrícola

Desde o fim da Guerra Civil angolana, o governo entendeu que o combate à fome e o alcance da “autossuficiência na produção dos alimentos básicos de origem animal e vegetal” (República de Angola, 2002, p.8) está entre as obrigações do Estado, na medida em que cabe a este o dever de fomentar a produção agrícola e promover a diversidade econômica do país (República de Angola, 2002). Com efeito, ao longo dos anos 2000 não tem conseguido sustentar avanços satisfatórios no sentido de combater os indicadores de insegurança alimentar, como será abordado a seguir. Esta seção abordará as principais estratégias angolanas para alavancar o setor agrícola.

Atualmente está em curso o PDN 2018-2022, inserido na proposta de desenvolvimento Angola 2050 (República de Angola, 2018). O plano é composto por seis eixos de atuação, que convergem para o objetivo central: “...restaurar a estabilidade macroeconômica e projetar para Angola um futuro com confiança e previsibilidade, em termos de crescimento económico inclusivo, diversificação econômica sustentável e melhoria do bem-estar dos angolanos, através da redução da pobreza e da desigualdade ” (República de Angola, 2020c, p.40). Cada eixo é composto por um conjunto de políticas públicas – ver Apêndice A - desenhadas para responder aos objetivos de cada eixo temático (República de Angola, 2018).

A Tabela 4 apresenta os eixos estratégicos e o grau de implementação das políticas públicas que compõe cada eixo. Os percentuais de implementação foram divulgados pelo governo angolano no ano de 2020. Ao observar estes percentuais, nota-se que o desempenho do estado em alcançar as metas do plano está abaixo do desejado em relação ao prazo para a finalização do PDN.

Tabela 4

#### **Eixos estratégicos do PDN 2018-2022**

<b>Eixos</b>	<b>Nomenclatura</b>	<b>Grau de implementação do Eixo (%)</b>
I	Desenvolvimento Humano e Bem-estar	51,1%
II	Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo	41,4%

Continua

		Conclusão
III	Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento	56,4%
IV	Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governança, Reforma do Estado e Descentralização	39,0%
V	Desenvolvimento Harmonioso do Território	20,3%
VI	Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional	5,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de: República de Angola 2018; 2020c;

O setor agrícola está inserido no Eixo II – Desenvolvimento Econômico Sustentável, Diversificado e Inclusivo. Constituído por cinco políticas públicas, são elas: a) Sustentabilidade Ambiente de Negócios; b) Competitividade e Produtividade; c) Fomento da Produção, Substituição de Importações e Diversificação das Exportações; d) Sustentabilidade Ambiental; Emprego e Condições de Trabalho (República de Angola, 2018). A agricultura está inserida, especificamente na quarta política pública.

Dentro da estratégia de fomento da produção interna destaca-se Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI). Formulado para corrigir o principal problema da economia angolana, a saber, a vulnerabilidade e dependência do mercado internacional e do setor petrolífero, o PRODESI tem como objetivo central catalisar o processo de diversificação econômica a partir do incentivo à produção nacional, além de promover a criação de um ambiente de negócios favorável ao setor privado e atrativo aos investidores internacionais (República de Angola, 2018b; UNCTAD, 2019). Entre os setores alvo, tem-se: “Alimentação e Agroindústria, Recursos Minerais, Petróleo e Gás Natural, Florestal, Têxteis, Vestuário e Calçado, e Turismo e Lazer” (República de Angola, 2018b).

Ao longo deste capítulo, mostrou-se a relevância da agricultura familiar. Esta parcela dos produtores está dentro dos projetos do PRODESI, no entanto, percebe-se que a capacidade do estado angolano em assistir as populações rurais é insuficiente, a partir do orçamento do OGE. Estima-se que entre 60% e 75% da população do país necessite da agricultura familiar para auferir rendas para sobreviver. No relatório da última campanha agrícola verificou-se em Angola um total de 2.846.912 famílias desenvolvem atividade agrícola, mas apenas uma pequena deste contingente é assistida pelos programas do governo. A Figura ilustra o universo total das famílias camponesas. Na campanha agrícola de 2018/2019 o governo se programou

para atender apenas 46% do total. No entanto, apenas 33% do total de famílias foi efetivamente alcançada pelas políticas públicas do estado.



**Figura 9:** Alcance das políticas públicas de assistência à agricultura familiar (2018/2019)

Fonte: Elaboração própria a partir de República de Angola, 2020b

O número de famílias envolvidas com a atividade agrícola e que receberam apoio tecnológico – como técnicas de correção de solo, fertilizantes, sementes melhoradas e equipamentos - é de apenas 4% do número total. Isto indica que os esforços do Estado estão muito abaixo do necessário, como explicado no trecho abaixo:

“...as famílias que se beneficiam de pacotes tecnológicos e dos processos de assistência técnica e extensão rural, representam somente 4%, o que demonstra quão ínfimo é o número de famílias assistidas ... O défice (sic) de famílias camponesas por assistir é de 96%. Neste sentido, recomenda-se o incremento do orçamento da agricultura familiar para a promoção de uma agricultura virada para o mercado, contribuindo desta forma para o aumento da disponibilidade de alimentos e garantia da segurança alimentar no país.” (República de Angola, 2020b, p.10)

De acordo com a ADRA (Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), uma das principais ONGS que atuam em Angola, a deficiência por parte do Estado em estimular a agricultura familiar é intensificada pelo “...alto nível de endividamento público, pela escassez de divisas para importação de meios de produção e bens essenciais, pela crise no sistema bancário e interrupção dos serviços prestados por correspondentes bancários no sistema internacional.” (Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, 2019, p.11).

Entre as alternativas propostas pelo PRODESI para estimular o desenvolvimento da agricultura familiar destaca-se a atração de investimento internacional, com o objetivo de complementar os recursos oriundos do OGE (UNCTAD, 2019). O Estado angolano com recursos próprios não tem sido capaz de garantir assistências às famílias camponesas, nem

tampouco ao setor empresarial. Isto reflete na produção interna e consequentemente na segurança alimentar do povo angolano, que será explanada na seção 2.3, a seguir.

Assim, a utilização de capital internacional para intensificar a produtividade do setor pode auxiliar o fomento da produção agrícola e, consequentemente, o desenvolvimento socioeconômico de Angola. Por outro lado, ao observar a atual estrutura do sistema agroalimentar, verifica-se que a financeirização do setor produtivo, em todas as etapas da cadeia de produção agrícola, pode acarretar problemas socioeconômicos, sobretudo no caso de Angola, que pode ser agravado pelas elites nacionais predatórias (Sassen, 2014).

De acordo com a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), entre os principais investidores internacionais no setor agrícola angolano, destacam-se o Brasil, Portugal, Israel e a África do Sul. Os investimentos são direcionados a culturas como: café, milho, soja, cana-de-açúcar, além de frutas e hortaliças (UNCTAD, 2019).

Com efeito, nesta-pesquisa, optou-se por enfatizar o caso da China. A escolha do estudo de caso chinês se justifica pelo protagonismo que este país alcançou no regime agroalimentar corporativo-ambiental e pela relevância econômica e política que este representa para Angola. Atualmente, a China é um dos principais parceiros do país africano. Antes de adentrar no estudo de caso, que será abordado do capítulo três, convém apresentar o quadro de insegurança alimentar angolano.

### **2.3 Segurança alimentar em Angola, um desafio crescente**

Apesar do grande potencial agrícola, Angola depende de importações de alimentos para suprir a demanda interna desde 1980 (Welborn et al, 2020), ou seja, no contexto pós-independência. Essa conjuntura colocou o país em um cenário de vulnerabilidade quanto às oscilações dos preços de alimentos no mercado internacional e por conseguinte colocou em risco a segurança alimentar da população angolana (Welborn et al, 2020).

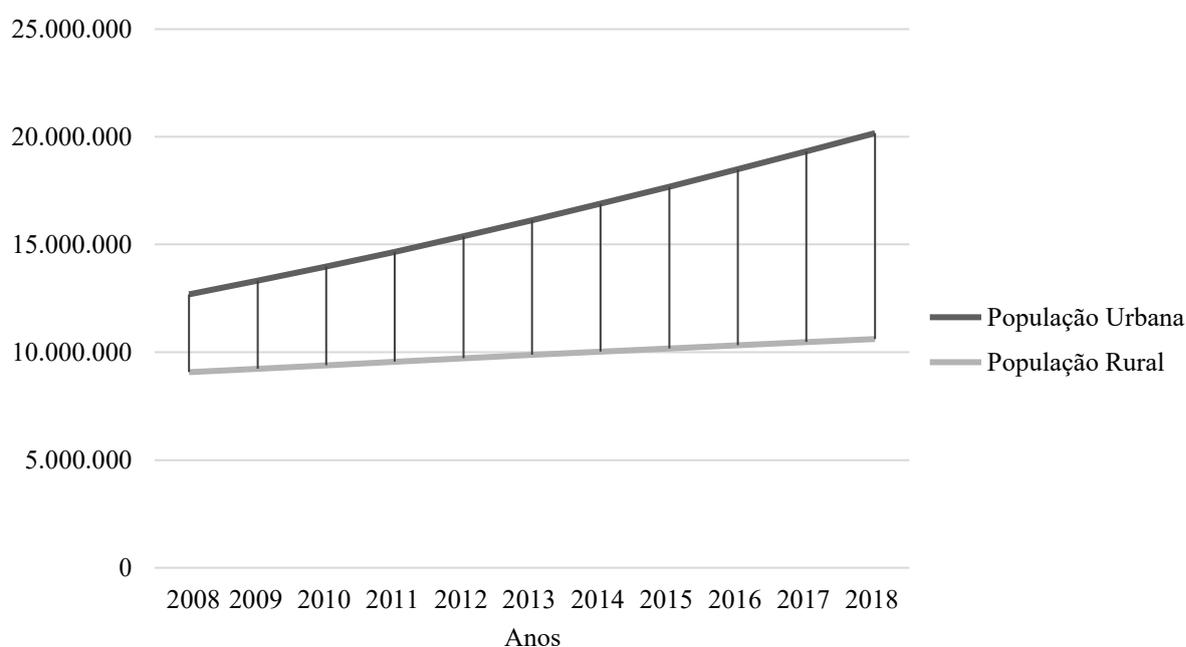
Este cenário pode se agravar dado o elevado crescimento populacional do país. Estima-se que a população - que hoje está em aproximadamente 32 milhões de habitantes – deva crescer em média 3,4% até 2030 (Food Security Information Network & Global Network Against Food Crises, 2021; Welborn et al, 2020).

De acordo com Welborn et al:

...A dependência das importações de culturas é um elemento chave da insegurança alimentar; os países altamente dependentes das importações de produtos agrícolas – especialmente de culturas que podem ser cultivadas internamente – são vulneráveis aos choques internacionais dos preços dos produtos...a dependência de Angola das importações de culturas para satisfazer a procura interna de alimentos aumentará

acentuadamente para mais de 30% até 2025, e para quase 60% até 2050, devido ao rápido crescimento da população e à fraca produção interna (Welborn et al, 2020, p.21).

A Figura 10, representada abaixo, auxilia na observação do crescimento populacional em Angola no intervalo de dez anos (2008-2018). Ao observar a Figura 10 é possível perceber que a população rural tem aumentado de maneira tímida quando comparada à população urbana, cujo aumento é mais evidente. Este movimento está relacionado com o fluxo migratório em direção aos centros urbanos, sobretudo a região de Luanda, capital do país. A província de Luanda concentra 27% da população total residente no país (República de Angola, 2020a). Em 2018, verificou-se que 65,5% da população estava alocada em áreas urbanas e 34,5% em áreas rurais (FAO, 2021).



**Figura 10:** Crescimento populacional nas áreas rural e urbana em Angola (2008-2018)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FAOSTAT (FAO, 2021).

Diante do aumento populacional, a segurança alimentar angolana torna-se cada vez mais desafiadora para o poder público, uma vez que o consumo de alimentos é ampliado. De acordo com a FAO, a média de pessoas inseridas em um contexto de insegurança alimentar moderada e grave<sup>29</sup>, entre os anos de 2018-2020, era de 23,4 milhões (FAO, 2021). Entre 2014-2016, este

<sup>29</sup> Neste trabalho, utiliza-se a conceituação dos níveis de insegurança alimentar propostos pela FAO. De acordo com a FAO, o quadro de insegurança alimentar se estabelece quando o indivíduo não tem acesso regular a produtos alimentícios seguros e com nutrientes suficientes para suprir as necessidades biológicas mínimas para uma vida saudável. A agência divide a insegurança alimentar em três níveis, de acordo com a *Food Insecurity Experience Scale* (FIES), são eles: a) insegurança alimentar leve: corresponde a um cenário de incerteza quanto a habilidade de obter alimentos; b) insegurança alimentar moderada: situação em que o indivíduo tem a qualidade e/ou variedade de alimentos comprometida, além de afetar a quantidade de alimentos necessária ao longo do dia; c)

número era de 18.5 milhões, ou seja, verifica-se um rápido avanço da insegurança alimentar em Angola (FAO, 2021). A Tabela 5, a seguir, condensa importantes indicadores – mensurados em números percentuais e em anos distintos – que permitem concluir que a situação geral da insegurança alimentar em Angola tem se agravado ao longo dos últimos vinte anos.

Tabela 5

**Comparativo de indicadores de insegurança alimentar em Angola**

<b>Indicador</b>	<b>Períodos analisados</b>	<b>(%)</b>
Subnutrição na população total	2004-2006	52,2
	2018-2020	17,3
Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave no total da população	2014-2016	66,5
	2018-2020	73,5
Prevalência do atrofia em crianças (menos de 5 anos de idade)	2012	32,4
	2020	37,7
Prevalência da obesidade na população adulta (18 anos de idade ou mais)	2012	6,8
	2016	8,2
Prevalência de anemia entre as mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos de idade)	2012	45,9
	2019	45,5
Prevalência de baixo peso ao nascer	2012	12
	2015	15,3

Fonte: Elaboração própria com base em: FAO et al, 2021.

Os principais fatores que explicam o aumento destes indicadores são: as desacelerações econômicas e alterações climáticas (FAO et al, 2021).

No que se refere às desacelerações econômicas, como foi apresentado no primeiro capítulo, a economia angolana ao longo do tempo tornou-se profundamente dependente e vulnerável ao mercado internacional. Nesse sentido as oscilações nos preços de *commodities* como petróleo, além da diminuição do ritmo de crescimento da economia mundial – sobretudo em ocasiões de crises como a provocada pela pandemia de Covid-19 – são fatores que alteram significativamente o desempenho econômico do país. Além disso, o cenário de recessão econômica que atinge o país desde 2014 e a desvalorização da moeda nacional (Kwanza) em relação ao dólar pressionaram ainda mais a inflação em Angola, contribuindo para a diminuição do acesso a produtos alimentícios e, por consequência, tem-se o agravamento da insegurança alimentar (Food Security Information Network & Global Network Against Food Crises; 2021).

---

insegurança alimentar grave: situação em que o indivíduo não dispõe de alimentos por um dia ou mais de um dia. (<http://www.fao.org/hunger/en/>)

As alterações climáticas constituem uma realidade desafiadora para todos os países, sobretudo os de renda média e baixa, que detêm menores capacidades materiais para lidar com a situação. De acordo com o mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)<sup>30</sup> estima-se que a temperatura global pode aumentar 1,5°C nos próximos vinte anos, provocando impactos profundos no equilíbrio dos ecossistemas e, conseqüentemente, nos sistemas alimentares (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021).

No caso de Angola pode-se destacar os períodos de seca que tem afetado a produtividade agrícola, que por sua vez pressiona a inflação dos produtos alimentícios, impactando no aumento dos indicadores de insegurança alimentar. Em 2019, Angola passou por um período de seca, caracterizado pela redução de 75% do nível de chuvas, que comprometeu mais de 857.000 pessoas, sobretudo na região sul do país, com destaque para as províncias de Cuando Cubango, Cunene, Moxico e Huila (Food Security Information Network & Global Network Against Food Crises, 2021; República de Angola, 2020b). Como pode-se observar na Figura 7, apresentada na seção anterior, estas regiões são importantes produtoras agrícolas do país.

De acordo com a SADC, estima-se que devido à falta de chuvas no sul do país, cerca de 1 milhão de pessoas podem sofrer insegurança alimentar no biênio 2020/2021 (SADC, 2020). Por outro lado, o norte do país foi atingido por chuvas intensas, entre o fim de 2019 e início de 2020, que trouxeram alguma recuperação agrícola (Food Security Information Network & Global Network Against Food Crises, 2021).

A preocupação com as mudanças climáticas foi enfatizada pelo MINAGRIF, que apontou as seguintes principais conseqüências dessas alterações:

- a) Aumento na temperatura, levando a um aumento do *stress* térmico e redução do rendimento das culturas;
- b) Mudanças nos padrões de precipitação: eventos de chuvas cada vez mais erráticos de alta intensidade, levando a inundações e secas mais frequentes;
- c) Início tardio da estação chuvosa;
- e d) Redução antecipada das colheitas, reduzindo assim o período de crescimento das culturas (República de Angola, 2020b).

Além da população nativa, é importante salientar que Angola tem recebido um número expressivo de refugiados, oriundos de países como República Democrática do Congo, Ruanda, Mauritània e outros. Os refugiados e requerentes de asilo que estão vivendo em Angola também estão inseridos, em sua maioria, em um contexto de vulnerabilidade social. Segundo a agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Angola recebeu mais de 56.000 refugiados e requerentes de asilo até o final de 2020 (The United Nations Refugee Agency, 2021). Os congolese

---

<sup>30</sup>Do inglês: *Intergovernmental Panel on Climate Change*.

correspondem ao maior número deste contingente e dependem de ajuda humanitária, que inclui a distribuição de alimentos para a garantia da sobrevivência dos mesmos (Food Security Information Network & Global Network Against Food Crises, 2021). Assim, o fluxo migratório contribuiu para o aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar em Angola.

A segurança alimentar foi definida pela FAO na Declaração de Roma (1996), como a circunstância em que as pessoas dispõem de acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e que sejam suficientes para satisfazer suas demandas corporais de maneira contínua (FAO, 1996). Entende-se, portanto, que a segurança alimentar está diretamente associada às condições materiais que possibilitem o acesso a alimentos. Nesse sentido, faz-se necessário combater o avanço da pobreza.

No caso de Angola, os indicadores de pobreza merecem atenção. De acordo com a última mensuração do Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A)<sup>31</sup>, cujos dados foram coletados entre 2015-2016, estima-se “5 em cada 10 pessoas em Angola são multidimensionalmente pobres” (República de Angola, 2020a, p.12). A estimativa, em números percentuais, é de que 54% da população angolana esteja sofrendo privações, entre elas destaca-se a falta de acesso a educação, má nutrição, habitação inadequada além da precarização de serviços de abastecimento hídrico e saneamento básico (Welborn et al, 2020; República de Angola, 2020a). No Anexo B, é possível averiguar a composição do IMP-A de maneira detalhada. Acerca da relevância do IMP-A, têm-se que:

...o IPM-A tem uma forte capacidade de contribuir para a análise da pobreza em Angola desde uma perspectiva multidimensional, incluindo a desagregação ao nível provincial, etário e de género. As suas propriedades de transparência, clareza, simplicidade, robustez e facilidade de actualização, permitem que o IPM-A seja uma ferramenta chave para orientar as políticas públicas de combate à pobreza – incluindo para promover o envolvimento da sociedade civil, o sector privado e a academia no diálogo sobre pobreza – visando a contribuir para a realização dos ODS e o desenvolvimento humano de todas as pessoas em Angola. (República de Angola, 2020a, p.46)

Ao realizar um recorte por áreas, o número de pessoas expostas à situação de pobreza é ainda mais expressivo em áreas rurais, “onde quase nove em cada dez angolanos são multidimensionalmente pobres e quase sete em cada 10 estão em situação de pobreza extrema.

---

<sup>31</sup> É importante explicar que o IMP-A é mensurado a partir de dezesseis indicadores agrupados em quatro dimensões: saúde, educação; qualidade de vida e emprego. Esta perspectiva permite analisar a pobreza de forma mais abrangente, uma vez que sua análise é feita a partir de parâmetros que vão além da questão monetária. Para ser considerada multidimensionalmente pobre, o indivíduo teve apresentar no mínimo 30% de privações em relação aos indicadores. Este indicador é um importante parâmetro, pois está em conformidade com a agenda estabelecida no âmbito nacional, além da Agenda 2063 da União Africana e da Agenda 2030 da ONU (República de Angola, 2020a).

Aqui, as pessoas dependem da agricultura de subsistência para sobreviverem.” (Welborn et al, 2020, p.11). O percentual de incidência de pobreza na área urbana é de 35% e em áreas rurais o número sobe para 87,8% (República de Angola, 2020a).

A Tabela 6 expõe alguns indicadores, representados em números percentuais, que permitem visualizar as assimetrias no acesso a serviços entre as populações urbanas e rurais. Os habitantes das áreas rurais enfrentam mais privações aos serviços essenciais para a qualidade de vida como abastecimento hídrico, eletricidade e saneamento, quando comparados aos moradores de áreas urbanas.

Tabela 6

**Disparidades sociais entre áreas urbanas e rurais (2015-2016)**

Indicador (%)	Área Urbana	Área Rural
Distribuição da População	62,9%	37,1%
Incidência de pobreza multidimensional	35%	85,2%
Privação quanto a nutrição	39,2%	54,4%
Privação quanto ao combustível para cozinhar	18,8%	90,8%
Privação quanto a saneamento	38,3%	78,1%
Privação quanto ao abastecimento hídrico	39,3%	77,1%
Privação quanto à eletricidade	34,3%	90,5%
Privação quanto à habitação	33,2%	94,3%

Fonte: adaptado de República de Angola, 2020a, p.31

A verificação das disparidades regionais é relevante, uma vez que pode auxiliar o poder público na tomada de decisões e na construção de políticas públicas destinadas à solução dos problemas. Assim, entende-se que a população rural é um público-alvo prioritário na agenda de desenvolvimento socioeconômico do governo angolano, em razão das graves assimetrias com relação às áreas urbanas. Tais desigualdades refletem nos indicadores do país como um todo.

Cabe destacar que o IMP-A também auxilia na constatação das disparidades entre as províncias. O Anexo C, no apresenta a incidência da pobreza multidimensional, representados em números percentuais, por províncias. Nele é possível perceber que algumas das principais províncias agrícolas: Cuenene, Cuanza Sul, Huila e Namibe e as que estão no interior do país concentram maior incidência de pobreza multidimensional. Nesse sentido, entende-se que tais regiões devem ser prioridade na construção de políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento do país.

Diante do crescimento populacional e das assimetrias regionais, entende-se que a garantia da segurança alimentar em Angola é um dos principais desafios do país e está intimamente relacionado com a intensificação da atividade agrícola nacional, sobretudo a agricultura familiar.

### 3 Investimento Chinês no Fomento da Agricultura Angolana

“Angola possui recursos naturais importantes e temos de cooperar com as empresas chinesas nestas áreas para alcançar o desenvolvimento do país e o bem estar das pessoas”  
(Joao Salvador dos Santos Neto, embaixador angolano na China)

A construção das relações da China com o continente africano, como um todo, se origina na antiguidade, com intervalos de maior aproximação e outros de afastamento (Duggan, 2020). Um dos momentos de maior expansão das relações sino-africanas ocorreu durante o governo de Mao Zedong, quando o então primeiro ministro da China, Zhou Enlai (1949-1976), realizou uma viagem ao continente africano na década de 1960. A viagem, que ficou conhecida como ‘o safari africano de Zhuo’<sup>32</sup>, permitiu que o primeiro ministro visitasse dez países da região, ampliando o apoio chinês no continente que era palco de disputa política e ideológica entre a União Soviética e China (Abegunrin & Manyeruke, 2020).

Um dos principais pontos de aproximação entre China e o continente africano se deu na ocasião da Conferência de Bandung em 1955, em que foram lançadas as bases de um dos principais instrumentos de política externa da China para a África: a Cooperação Sul-Sul (CSS). A conferência, reuniu países da Ásia, África e Oriente Médio, discutiu os interesses do Terceiro Mundo em meio às disputas políticas na ordem bipolar, permitindo a criação de novos mecanismos de estímulo às economias em desenvolvimento alternativos à Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), amplamente praticada pelos países desenvolvidos (Milani, 2012).

A partir do fim dos anos 1970 verifica-se um momento de contração das relações sino-africanas (Milani & Carvalho, 2013). Isto ocorreu em virtude da prioridade dada às transformações que ocorriam no âmbito doméstico na China. Nos últimos anos desta década a China iniciou as reformas que promoveram transformações políticas e sociais que possibilitaram a ascensão do país asiático à posição de um dos principais *players* da política internacional. Com efeito, neste período o governo chinês direcionou seus esforços políticos e econômicos para as demandas internas e para a implementação das suas reformas, levadas a cabo por Deng Xiaoping, provocaram a redução da oferta de doações e ajuda financeira para a África e conseqüentemente, um afastamento dos mesmos (Duggan, 2020). No entanto, a despeito do arrefecimento das doações chinesas para a África, a relação continuou relevante para ambas as partes.

---

<sup>32</sup> *Zhuo's African Safari* (Abegunrin & Manyeruke, 2020).

A relevância da China para a África pode ser percebida desde o processo de descolonização destes países, uma vez que a China concedeu apoio financeiro, diplomático e/ou militar. Como exemplo, pode-se citar Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde (Pautasso, 2010). Por outro lado, a relevância política do continente africano para a China, pode ser vislumbrada com mais nitidez após o Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, em que alguns países africanos não assumiram postura rigorosamente crítica com relação ao governo chinês, oferecendo, apoio político, contrariando os países ocidentais (Duggan, 2020). Além disso, o continente africano constitui uma importante fonte de recursos a serem utilizados pela China em seu processo de desenvolvimento. Entre esses recursos, destaca-se o petróleo, uma vez que o país asiático superou os EUA, tornando-se o maior importador de petróleo do mundo (Begu; Vasilescu; Stanila & Clodnitchi, 2018)

A CSS se consolidou entre os países em desenvolvimento como uma importante ferramenta na busca pela atração de investimento, promoção do crescimento econômico e melhoria de indicadores sociais. Apesar de intervalos temporais em que a CSS teve sua importância reduzida, como no período entre as décadas de 1980 e 1990 em decorrência da crise econômica que boa parte dos países em desenvolvimento enfrentavam (Milani & Carvalho, 2013), esta modalidade de cooperação internacional não foi completamente descartada, tendo em vista a ampla aplicabilidade que ela pode apresentar. São inúmeras as áreas de utilização da CSS: educação e tecnologia, infraestrutura, agricultura, saúde, dentre outras.

A Cooperação Sul-Sul entre China e África recebeu um novo impulso a partir da criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em Pequim, no ano 2000. O FOCAC é um importante ‘divisor de águas’ nas relações entre o país asiático e o continente africano, uma vez alavancou as negociações entre as partes e alargou ainda mais a presença chinesa no continente africano (Dominguéz, 2018). O FOCAC é, atualmente, a principal plataforma de negociação política entre China e África. Além da criação do fórum, a estratégia chinesa de *Going Global* foi levada para a África, contribuindo para o estreitamento das relações e para a entrada de empresas chinesas no continente (Dominguéz, 2018; Leite et al, 2020). Jiang corrobora, afirmando:

As últimas duas décadas, portanto, testemunharam um desenvolvimento dramático das relações bilaterais entre a China e a África, com a política africana da China adquirindo, em particular, uma dimensão econômica sem precedentes em comparação com todo o seu envolvimento anterior com o continente ao longo do século XX. Além disso, o estabelecimento do FOCAC (Fórum de Cooperação China-África) desde o ano de 2000 tornou-se um marco significativo nas relações contemporâneas China-África e serviu como um catalisador eficaz - por meio de suas propostas contínuas e mecanismos de

acompanhamento em realizados a cada três anos - para impulsionar uma cooperação contínua e sustentada entre os dois lados (Jiang, 2020, pp.52-53, tradução nossa).<sup>33</sup>

A presença da China no continente africano é amplamente diversificada, incluindo intercâmbio de médicos para países parceiros; construção de infraestrutura; realização de empréstimos sem condicionalidades, ou com condições de pagamentos diferenciadas; doações; dentre outros mecanismos (Milani & Carvalho, 2013).

O setor agrícola foi inserido dentro da estratégia *Going Global* em 2005 (Brautigam & Zhang, 2013) e figura entre os que tem recebido maior atenção da China. Mais de 44 países do continente já receberam auxílio chinês para realização de algum projeto nesta área (Brautigam & Xiaoyang, 2009). Os projetos compreendem desde o envio de profissionais da área para os países parceiros, construção de centros de profissionalização voltados para agricultura, transferência de tecnologia além do investimento em compras de hectares de terras (Brautigam & Xiaoyang, 2009; Dominguéz, 2018). A atuação da China conta com a parceria estratégica de instituições como a FAO além de instituições financeiras como o China Eximbank e empresas chinesas como a CITIC Construction ou CAMCE (Zhou & He, 2014). Este capítulo se debruçará sobre os investimentos chineses no setor agrícola angolano.

### **3.1 A consolidação das relações sino-angolanas: mapeando o interesse chinês em Angola**

O período em que Angola tornou-se independente coincidiu com período em que a China se preparava para realizar as reformas, que começaram a ser implementadas a partir de 1978 – sob o comando de Deng Xiaoping – e que permitiram maior projeção internacional, internacional deste país (Jiang, 2020).

As relações sino-angolanas foram expandidas ainda durante o contexto de Guerra Civil vivenciado pelo país africano. A China concedeu apoio aos principais movimentos que protagonizaram as disputas pelo poder político – FNLA, MPLA e UNITA – em momentos distintos do conflito, tendo, ainda, mediado a construção de um acordo de paz que não obteve êxito (Wanda, 2017). Antes da década de 1960, no contexto bipolar da Guerra Fria, a China, apoiava o MPLA (Pautasso, 2010). Ao longo dos anos 1960, a China e os Estados Unidos (EUA) apoiaram outro grupo a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), que

---

<sup>33</sup> The past two decades, therefore, have witnessed a dramatic development of bilateral relations between China and Africa, with China's African policy acquiring, in particular, an unprecedented economic dimension compared to all its earlier engagement with the continent through the twentieth century. Moreover, the establishment of FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation) since the year of 2000 has become a significant milestone in contemporary China-Africa relations and served as an effective catalyst—through its continual proposals and follow-up mechanisms on a three-year basis—to push forward an all-round and sustained cooperation between the two sides.

protagonizava, junto com o MPLA e a UNITA a disputa pela liderança do país. É interessante ressaltar que embora China e EUA estivessem em lados opostos do sistema bipolar, havia uma disputa no lado comunista, em que China e URSS concorriam pelo aumento da influência comunista na região africana (Abegunrin & Manyeruke, 2020). Deste modo, era mais vantajoso que a apoiasse, no conflito angolano, o mesmo grupo que os EUA, na tentativa de diminuir a influência soviética.

Embora a independência de Angola só tenha sido alcançada em 1975, após queda do regime salazarista em Portugal e a assinatura do Acordo de Alvor (Birmingham, 2015; Silva, 2007) a China só reconheceu a soberania angolana em 1983 (Pautasso, 2010). O primeiro acordo comercial firmado entre os dois países ocorreu no ano seguinte, em 1984, e em 1988 criou-se a Comissão Mista Econômica e Comercial (Pautasso, 2010). Mas as relações diplomáticas só se consolidaram após o fim da Guerra Civil de Angola e a partir de 2004 a China tornou-se um parceiro relevante para Angola (Menezes, 2013). Cabe ressaltar que no início dos anos 2000 a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) potencializou a capacidade chinesa de projetar-se globalmente. Além disso, a criação do FOCAC evidenciou o interesse chinês em aproximar-se politicamente do continente africano. Neste sentido, Angola se tornou estrategicamente importante para a China.

Um dos aspectos centrais na consolidação das relações bilaterais entre Angola e China são as negociações financeiras, com destaque para doações e empréstimos. A China tornou-se um importante credor para o Estado angolano que, sobretudo no início dos anos 2000, necessitava de financiamento para realizar reformas e reconstruir a infraestrutura do país, severamente comprometida com os conflitos internos.

Com efeito, não obstante à centralidade de Angola para a inserção chinesa no continente africano, o mecanismo de empréstimos chineses não se restringe apenas a Angola. A Tabela 7, logo abaixo, apresenta o ranking dos dez países africanos que mais receberam empréstimos chineses. Na tabela é possível verificar o valor total investido e o número de empréstimos contabilizados pelo SAIS-CARI<sup>34</sup>.

Tabela 7

#### **Ranking dos dez países africanos que mais receberam empréstimos chineses entre (2000-2019)**

---

<sup>34</sup> SAIS China Africa Research Initiative (SAIS-CARI) é uma instituição baseada na Universidade de Johns Hopkins em Washington. Dedicar-se ao levantamento e análise de dados e informações acerca dos investimentos chineses na África.

<b>País receptor</b>	<b>Total investido (US\$)</b>	<b>Total de empréstimos</b>
1. Angola	42,6 Bilhões	256
2. Etiópia	13,7 Bilhões	52
3. Zâmbia	9,9 Bilhões	72
4. Quênia	9,2 Bilhões	43
5. Nigéria	6,7 Bilhões	19
6. Camarões	6,2 Bilhões	45
7. Sudão	6,2 Bilhões	69
8. República do Congo	5,4 Bilhões	36
9. Egito	5,3 Bilhões	16
10. Gana	4,8 Bilhões	41

Fonte: Elaboração própria com base em China Africa Research Initiative and Boston University Global Development Policy Center. 2021.

De acordo com as informações contidas na tabela, verifica-se que Angola é o principal receptor de empréstimos chineses, com um total de 256 contratos que juntos somam 42,6 bilhões de US\$ investidos. A disparidade do volume de investimentos em comparação ao montante destinado a outros países é marcante. Isto evidencia a atratividade de Angola enquanto destino para os investimentos chineses.

É importante notar que os empréstimos fornecidos pela China para o governo angolano são distribuídos em diversos setores da economia. A Tabela 8, por sua vez, auxilia na visualização e no entendimento de quais setores tem sido alvo dos empréstimos chineses. A agricultura aparece em sétimo lugar, somando até o ano de 2019 um total de 1,3 bilhões US\$ investidos na forma de empréstimos, distribuídos em 23 contratos. A Tabela 10, na seção seguinte, apresenta os detalhes destes investimentos.

Tabela 8

### **Principais setores de destino dos empréstimos da China para Angola**

<b>Setor de Destino dos Empréstimos</b>	<b>Valor (US\$)</b>	<b>Número de Contratos</b>
1. Mineração	17,6 Bilhões	6
2. Energia	7,1 Bilhões	32
3. Transporte	6,7 Bilhões	68
4. Multisetorial	3 Bilhões	14
5. Setores sociais	2,9 Bilhões	10
6. Água	1,9 Bilhões	47
7. Agricultura	1,3 Bilhões	23

Fonte: Elaboração própria com base em China Africa Research Initiative and Boston University Global Development Policy Center. 2021.

De acordo com Menezes (2013) o financiamento chinês por meio dos empréstimos, especialmente via China Eximbank, é realizado com valor mínimo de RMB 20 milhões para financiar projetos em infraestrutura, mas também em outros setores, como indústria, portanto, uma fonte alternativa às fontes tradicionais de financiamento internacional.

Nesse sentido, cabe destacar o papel do Banco de Exportação-Importação da China (China Eximbank) no fortalecimento das relações sino-angolanas (Lins & Correia, 2021). Criado em 1994, o China Eximbank atua como um dos maiores financiadores de empréstimos, notadamente para obras de infraestrutura em países africanos, não apenas em Angola, mas também na Etiópia, Sudão e Nigéria e outros (Menezes, 2013). Para Lucy Corkin, o banco chinês constitui um importante elemento da política externa chinesa em todo o continente (Corkin, 2013). No caso dos investimentos agrícolas, além do China Eximbank, outra instituição financeira chinesa que é recorrente nos investimentos é o China Development Bank (CDB), como pode ser verificado na Tabela 10, a seguir.

Os empréstimos fornecidos da China para Angola, sobretudo os que tiveram como propósito a reconstrução da infraestrutura do país, foram alvos de críticas, uma vez que alguns destes contratos envolviam a utilização de recursos naturais – com destaque para o petróleo – como mecanismo de amortização da dívida (Assante, 2018; Menezes, 2013). De acordo com Corkin (2013), este modelo de negociação ficou amplamente conhecido como ‘Modelo Angolano’<sup>35</sup> e corresponde a um equívoco analítico, visto que a crítica consista na penalização dos países receptores através dos reembolsos pagos com recursos naturais. Para Corkin, esse tipo de negociação é comum, sobretudo nos contratos firmados pelo China Eximbank que entende que usar os recursos naturais como a forma mais simples de celebrar os contratos (Corkin, 2013).

Para Carmody (2016) a troca entre financiamento e recursos naturais pode ocasionar dependência econômica e outros riscos para os países receptores dos investimentos e detentores dos recursos, com perda de autonomia na gestão dos mesmos (Carmody, 2016). Wanda (2017) explica que países ricos em recursos naturais conseguem atrair mais investimentos externos diretos (IED), no entanto, tais investimentos podem ser prejudiciais à sua capacidade de crescimento econômico a longo prazo, quando comparados com outros países também em desenvolvimento, mas com menor abundância de recursos naturais.

---

<sup>35</sup> *Angola Mode.*

Por outro lado, para Wolf (2017), os investimentos chineses, bem como os empréstimos, permitiram também a entrada de empresas chinesas e o estabelecimento de parceria com empresas angolanas. Isto foi importante no desenvolvimento do setor industrial angolano, que passa por um processo de transformação e ampliação; além de fomentar o mercado interno.

Pode-se observar que os dados apresentados indicam que o interesse da China está na obtenção de recursos como o petróleo e minerais (Begu et al, 2018). Angola, por sua vez, tem conseguido atrair o capital estrangeiro a partir da negociação de recursos como o petróleo, em especial o chinês, utilizando-o como mecanismo para a promoção do desenvolvimento nacional, uma vez que boa parte dos recursos foram destinados a áreas como saúde, transporte, infraestrutura e educação (Begu et al, 2018; Corkin, 2013).

### **3.2. O setor agrícola no leque dos investimentos chineses**

A China tem um lugar de destaque na promoção da cooperação para a agricultura em boa parte da África. Com um histórico de mais quatro décadas de investimentos na área agrícola, em mais de quarenta e quatro países africanos, a China atua de forma bilateral, multilateral e em parceria com instituições internacionais no desenvolvimento de projetos em áreas rurais (Brautigam & Xiaoyang, 2009).

Desde o final da década de 1990 a China tem atuado em conjunto com a FAO no desenvolvimento de projetos que podem ter como objetivo o combate da insegurança alimentar, fome e pobreza, bem como o aprimoramento de técnicas de produção agrícola, fortalecendo a economia do país receptor (FAO, 2019b). De acordo com os dados divulgados pela FAO, entre 2014 e 2018 a China contribuiu com US\$ 30 milhões para a instituição. Deste total, 24% foram destinados a projetos na África (FAO, 2019b).

É interessante perceber que a experiência chinesa de intensificação da produtividade agrícola nacional, os avanços das políticas públicas voltadas para a garantia da segurança alimentar de sua população, bem como o combate à pobreza foram de significativa importância para o estreitamento das relações entre o país asiático e o continente africano ( Belik, 2019; Jiang, 2020). De acordo com Belik (2019), a China conseguiu ampliar significativamente a capacidade de produção agrícola que acompanhou um processo de profunda mudança no padrão de dieta populacional. Os chineses passaram a ter maior capacidade financeira de consumir alimentos, com destaque para as proteínas, sobretudo de origem animal. Essas e outras modificações impactaram no direcionamento do fluxo de investimentos chineses para o setor agrícola, uma vez que as empresas chinesas voltadas à atividade agrícola passaram a produzir

internacionalmente, atuando em todas as etapas da cadeia produtiva, mas atendendo às demandas e diretrizes ordenadas pelo governo chinês.

Angola está entre os cinco países da África Austral que mais recebem investimentos de empresa chinesas para o cultivo agrícola, seguido por Zimbábue, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique. Com relação aos investimentos em pecuária, Angola aparece em terceiro, ficando atrás apenas da Etiópia e Uganda (Jiang, 2020) – estes dois países localizam-se na África Oriental.

Na Tabela 9 pode-se averiguar a relação dos cinco países que mais receberam investimentos, em forma de empréstimos, direcionados à agricultura. Angola é o principal receptor desta modalidade de investimento, e obteve entre 2000-2019 o total de 1,3 bilhões US\$ em empréstimos chineses. Seguido por Sudão, Zimbábue, Gana e Moçambique. É grande a diferença entre os recursos destinados ao setor agrícola angolano em comparação aos recursos empregados nos demais países listados, assim como o número total de contratos.

Tabela 9

**Ranking dos 5 países africanos que mais receberam empréstimos chineses direcionados ao setor agrícola**

<b>País receptor</b>	<b>Total investido (US\$)</b>	<b>Total de empréstimos</b>
1. Angola	1,3 Bilhões	23
2. Sudão	231 Milhões	7
3. Zimbábue	226 Milhões	2
4. Gana	186 Milhões	1
5. Moçambique	170 Milhões	3

Fonte: Elaboração própria com base em China Africa Research Initiative and Boston University Global Development Policy Center. 2021.

O modelo de cooperação e investimento empregado pela China em alguns países da África, no setor agrícola, possui particularidades quando comparado ao modelo aplicado em outros setores, como infraestrutura, ou produção de energia. Lu Jiang (2020) identifica três modelos de pacotes de investimentos para desenvolvimento da China para a agricultura africana: a) ‘modelo de ajuda agrícola tradicional’; b) ‘modelo de ajuda agrícola inovador’ e c) ‘modelo de agronegócio’ (tradução nossa)<sup>36</sup>. A Figura 11 contém uma sistematização das principais características dos três modelos supracitados.

<sup>36</sup> Termos originais usados por Jiang: a) ‘*traditional agro-aid*’; b) ‘*innovative agro-aid*’; c) ‘*agribusiness models*’ (Jiang, 2020, p.54).

### Modelo de ajuda agrícola tradicional

- Assistência técnica
- Intercâmbio de especialistas e estudantes
- Suporte de infraestrutura, materiais e insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e outros).

### Modelo de ajuda agrícola inovador

- Conserva aspectos do primeiro modelo porém acrescenta a perspectiva de 'desenvolvimento mútuo'.
- Nessa perspectiva, são inseridos projetos que buscam inovação. Ex: CDTA (Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola).
- Maior preocupação com as relações comerciais.

### Modelo de agronegócio

- Investimentos direcionados ao desenvolvimento do agronegócio.
- Maior envolvimento de empresas chinesas (*Going Global*)

**Figura 11:** Modelos de pacotes de investimento da China em direção à agricultura africana.

Fonte: Elaboração própria a partir de Jiang, 2020.

O “modelo de ajuda agrícola tradicional”, se caracteriza pela assistência técnica e educacional, pelo envio de especialistas chineses para os países africanos, intercâmbio estudantil e suporte na transferência de materiais como maquinário e insumos agrícolas (Jiang, 2020). De acordo com Brautigam e Zhang (2013) a transferência de tecnologia agrícola constitui um dos principais elementos da atuação chinesa junto a países africanos.

O “modelo de ajuda agrícola inovador”, por sua vez, mescla elementos do primeiro modelo, acima apresentado, e acrescenta algum projeto que promova inovação e o desenvolvimento mútuo dos países envolvidos. O principal exemplo são os CDTA (Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola)<sup>37</sup>, conforme descrito por Lins e Correia, no extrato abaixo:

... cooperação técnica pela construção de centros de demonstração de tecnologias agrícolas (ATDCs, sigla para *Agricultural Technology Demonstration Centers*), considerados um modelo alternativo de busca de sustentabilidade nessa ajuda externa. Foram 23 os países africanos que receberam ATDCs, cujas principais atividades incluem treinamento e demonstração de tecnologias agrícolas, além do cultivo de grãos. Embora envolvidos com tecnologia, tais centros integram processo social e político em curso no continente africano. (Lins & Correia, 2021)

Neste modelo, verifica-se a preocupação na geração de benefícios mútuos entre os países participantes e não apenas a transferência de recursos do modelo anterior, além disso o

<sup>37</sup> Em inglês a expressão correspondente é: ATDCs (Agricultural Technology Demonstration Centres) (Jiang, 2020).

modelo de ajuda inovador preocupa-se com a intensificação das relações comerciais entre as partes (Jiang, 2020). Angola está entre os países que receberam um CDTA, cuja construção teve participação da empresa Xinjiang Production and Construction Corps (Jiang, 2020).

O ‘modelo de agronegócio’, busca impactar na capacidade produtiva para o agronegócio do país receptor. Neste modelo, verifica-se a implementação da estratégia *Going Global*, com a atuação de empresas e entidades chinesas atuando em conjunto com os setores produtivos locais (Jiang, 2020).

Assim, pode-se afirmar que o envolvimento chinês na agricultura do continente africano, de maneira geral, é composto majoritariamente por assistência técnica, transferência de conhecimento e comércio.

Mas além disso, Gooch e Gale (2018) elucidam que alguns investimentos agrícolas são acompanhados de projetos em outros setores, como infraestrutura.

“...Alguns projetos agrícolas na África estão ligados à construção de estradas, portos oceânicos, aeroportos, ferrovias e escolas, que não estão diretamente relacionados à agricultura, mas podem fomentar o comércio agrícola a longo prazo através da atualização da infraestrutura física, tecnologia e capital humano...” (Gooch & Gale, 2018, p.33, tradução nossa)<sup>38</sup>

Estes investimentos complementam o setor agrícola, uma vez que podem influenciar no escoamento de produtos agrícolas, facilitando o comércio local e internacional.

Em Angola é possível identificar a implementação dos três modelos. Os investimentos da China em Angola não alcançaram tanta visibilidade quando comparado aos investimentos feitos pela China em Moçambique, por exemplo (Zhou & He, 2014). Apesar da desatenção às relações sino-angolanas para a agricultura, o volume de investimentos é grande e de muita relevância para ambos os países. A Tabela 10 apresenta os empréstimos fornecidos pela China para Angola entre 2004-2014. É importante ressaltar que os dados apresentados na Tabela correspondem às linhas de crédito na modalidade de empréstimo ofertadas pelo China Eximbank e pelo CDB.

Tabela 10

### **Empréstimos da China para Angola destinados ao setor agrícola (2004-2014)**

---

<sup>38</sup> “... Some agricultural projects in Africa are linked to construction of roads, ocean ports, airports, rail, and schools, which are not directly related to agriculture but may foster agricultural trade in the long term by upgrading physical infrastructure, technology, and human capital...”

<b>Ano</b>	<b>Investidor</b>	<b>Valor (Milhões de US\$)</b>	<b>Status</b>	<b>Destino do Investimento</b>
<b>2004</b>	Eximbank	20	Completo	Aquisição de equipamentos agrícolas
<b>2005</b>	Eximbank	29	Completo	Aquisição de equipamento agrícola para a MECANAGRO
	Eximbank	86	Completo	Luena
<b>2006</b>	Eximbank	88	Completo	Aquisição de barcos com 30m - 25 Unidades
	Eximbank	88	Em Implementação	Aquisição de barcos de patrulha com 46,9m - 5 Unidades
	Eximbank	64	Em Implementação	Aquisição de barcos de pesca com 33,56m - 10 Unidades
<b>2007</b>	Eximbank	49	Completo	Projetos de irrigação
	Eximbank	20	Assinado	Aquisição de equipamento agrícola
	Eximbank	36	Completo	Aquisição de caminhões frigoríficos e veículos isotérmicos
<b>2011</b>	Eximbank	33	Em Implementação	Aquisição de tratores
	Eximbank	12	Em Implementação	Aquisição de 435 caminhões frigoríficos isotérmicos
	Eximbank	16	Em Implementação	Aquisição de 10 barcos de pesca
	CDB	49	Em Implementação	Canal de irrigação em Calueque
	CDB	14	Em Implementação	Canal de irrigação em Calueque
	CDB	33	Em Implementação	Aquisição de tratores
	CDB	117	Completo	Malange
<b>2012</b>	CDB	34	Em Implementação	Calueque
	CDB	129	Completo	Uige
	CDB	77	Em Implementação	Cuando Cubango
	CDB	89	Em Implementação	Bie
<b>2013</b>	CDB	79	Completo	Moxico

<b>2014</b>	Eximbank	68	Completo	Fazenda Guimba (Fazenda Cuimba)
	CDB	86	Em Implementação	Cunene

Fonte: Elaboração própria com base em China Africa Research Initiative and Boston University Global Development Policy Center. 2021.

Os principais propósitos dos empréstimos acima listados foram a aquisição de maquinário e equipamentos em geral para intensificar a produtividade agrícola em Angola.

De acordo com Lu Jiang (2020) até o ano de 2016, constatou-se o envolvimento de aproximadamente cem empresas chinesas no ramo de agronegócio, grande parte destas localizadas na África Subsaariana, atuando principalmente em Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Angola e Zimbabwe (Jiang, 2020). A Tabela 11, por sua vez, apresenta os empreendimentos que foram construídos a partir do investimento chinês entre os anos de 2011 e 2014 e as empresas chinesas envolvidas na consolidação dos projetos.

Tabela 11

**Principais empreendimentos chineses em Angola entre 2011-2014**

Nome	Localização (províncias angolanas)	Empresa chinesa	Ano inicial	Tamanho (Ha)	Produto
Pedras Negras	Malange	CITIC Construction	2011	12.580	milho, feijão, grãos
Sanza Pombo	Uige	CITIC Construction	2012	9.433	arroz, gado
Kamacupa	Bie	CAMC Engineering	2012	4.500	grãos, peixe
Longa	Cuando- Cubango	CAMC Engineer	2012	1.500	arroz, gado
Camaiangala	Moxico	CEIEC	2013	16.000	grãos
Manquete	Cunene	CEIEC	2014	45.000	arroz, gado
Cuimba	Zaire	CAMC Engineering	2014	3.000	grãos

Fonte: Elaboração própria com base em China Africa Research Initiative and Boston University Global Development Policy Center, 2018.

Os investimentos chineses foram direcionados para as províncias: Pedras Negras, Sanza Pombo, Manquete, Kamacupa, Longa, Cuimba, Camaiangala, com o objetivo de desenvolver plantações de grãos, arroz, pecuária e piscicultura (Brautigam, 2015).

...a grande maioria dos projetos chineses de cultivo agrícola são projetos de cultivo de alimentos focados em diferentes tipos de grãos e vegetais... Na maioria dos casos, eles são relativamente em pequena escala, exceto pelos poucos maiores executados pelas empresas estatais ...Devido à sua escala limitada, eles servem principalmente apenas aos mercados locais e, portanto, desempenham um papel positivo no aumento da oferta de alimentos dos países beneficiários... (Jiang, 2020, p.131)

De acordo com Brautigam (2015), a inundação de empresas chinesas nos países africanos, como no caso de Angola, é vista de forma positiva pelas elites governamentais, na medida em que a mecanização das fazendas concedidas a empresas estrangeiras - em alguns casos por 99 anos - produzem imagem de progresso e modernidade, em contraste com as propriedades administradas pelas famílias produtoras.

É possível identificar que os projetos em agricultura envolveram a transferência de tecnologia, de maquinário e melhoria do sistema de irrigação. Ademais, os projetos envolveram ainda, a área educacional, no sentido de capacitar técnicos agrícolas angolanos. A exemplo, pode-se citar o *Andrew Agriculture Institute*, construído pela empresa chinesa *Sinohydro Corporation*. O instituto atende as províncias de Melanje e Bie auxiliando no desenvolvimento do setor agrícola das regiões (Zhou & He, 2014). Além da *Sinohydro Corporation*, destaca-se o envolvimento de empresas e instituições chinesas como a *CITIC Construction*, *CAMCE* e *Xinjiang Beijing*, como investidores, atuando em conjunto com o governo chinês e o governo angolano.

O governo angolano utiliza a entrada de empresas chinesas no país, como uma forma de impulsionar o setor agrícola na busca pela garantia da soberania alimentar nacional (Kiala, 2010). Nesse sentido, cabe ressaltar que a utilização das terras por qualquer indivíduo nacional ou investidor estrangeiro, em Angola, passa pela aprovação do governo angolano. Isso ocorre por que neste país, a terra não pode ser vendida a terceiros, pois pertencem ao governo (Republica de Angola, 2004). Compete, portanto, ao Estado conceder ou desapropriar as terras, de acordo com critérios próprios sobre o aproveitamento das mesmas. Deste modo, o acesso à terra em Angola pode ser facilitado ou dificultado pelo governo. Nesse sentido Foley (2007) argumenta que por vezes o governo desapropria comunidades em áreas habitacionais, sem a devida preocupação com os direitos humanos e com o bem-estar destas populações. As disputas por terra ocorrem tanto na área urbana quanto na zona rural do país (Foley, 2007).

A aquisição de territórios da África por empresas chinesas causou uma série de críticas por parte de analistas, pesquisadores e da mídia, que interpretaram a ação chinesa como uma corrida pela posse de territórios africanos (Brautigam, 2015). Esta perspectiva foi endossada nos relatórios de ONGs como a *GRAIN* e outras organizações, como o portal *Land Matrix*, após

o ano de 2008, momento em que se verificou um aumento dos preços das commodities agrícolas no mercado mundial (Brautigam & Zhang, 2013). Nos documentos, a China é mencionada como um ator que influenciou a corrida por terras em todo o continente africano, como explica Brautigam e Zhang;

Em outubro de 2008, a ONG, GRAIN, publicou sua primeira análise sobre grilagem de terras com base em reportagens da mídia. As palavras "China" ou "chinês" foram mencionadas 47 vezes no jornal, principalmente como parte de um grupo de países cujo principal objetivo era "terceirizar sua produção doméstica de alimentos, ganhando o controle de fazendas em outros países". A análise também alegou (erroneamente) que o governo chinês havia estabelecido um fundo de \$ 5 bilhões para permitir que as empresas chinesas "investissem na agricultura africana". (Brautigam & Zhang, 2013, p.1678, tradução nossa)<sup>39</sup>

A corrida por terras apontada nos relatórios supracitados tem ganhado notoriedade dentro das Relações Internacionais e de outras áreas do conhecimento, tendo em vista os impactos que podem gerar tanto para as economias dos países que concedem territórios para investidores estrangeiros, quanto para as populações locais destes países.

No debate sobre aquisições transnacionais de terras, a África assume um papel importante, tendo em vista que o continente, junto com a Ásia, abriga a boa parte deste tipo de negociação (Anseeuw et al, 2012; 2013). Para Maldonado-Torres (2018) disputas de territórios e apropriações de terras podem ser relacionados à traços de colonialidade.

De acordo com Grassi e Ovadia (2017) o caso das aquisições de terra em Angola - em larga escala - ocorre desde a década de 1990, ainda no contexto conturbado de guerra civil. A existência de recursos naturais é um dos atrativos para as terras angolanas, em que se destacam reservas de diamantes e petróleo. Não obstante a isto, para os autores, o modelo de exploração extrativista que ocorreu na região é um dos motivos que levaram à corrida de investimentos em terras angolanas, mas não explica o panorama geral das aquisições. As aquisições de grandes porções de terras são produto de uma série de processos geográficos e histórico no país africano e estão também vinculadas à acumulação por parte das elites locais e conseqüentemente, relacionadas aos processos de colonialismo (De Grassi & Ovadia, 2017).

Conforme as informações disponibilizadas na plataforma *Land Matrix*, atualmente a China não está entre os principais investidores. A lista é composta por: Brasil, Cabo Verde, Portugal, Reino Unido, Países Baixos (Land Matrix, 2020).

---

<sup>39</sup> In October 2008 an NGO, GRAIN, published its first analysis of land-grabbing based on media reports. The words 'China' or 'Chinese' were mentioned 47 times in the paper, mainly as one of a group of countries whose chief goal was to 'outsourcing their domestic food production by gaining control of farms in other countries'. The analysis also claimed (erroneously) that the Chinese government had established a \$5 billion fund to allow Chinese companies 'to invest in African agriculture'.

Por outro lado, não obstante a ausência da China entre os principais investidores na compra de terras angolanas não significa que este tipo de negociação envolvendo Angola e o país asiático não ocorra. Como exemplo, Lins e Correia (2021) apontam o caso da *joint-venture* Jiangzhou Agriculture, Lda.<sup>40</sup>. Esta companhia investiu cerca de 60 milhões de dólares na província de Huambo, precisamente no município de Thicala Cholohanga, desenvolvendo atividades agrícolas (cereais, legumes, horticultura) e pecuária (bovinos e caprinos) direcionadas ao setor exportador. Com efeito, a pesquisa de campo realizada pelos autores aponta conflitos com a população da aldeia de Sachitemo, que fica nas proximidades do empreendimento. Entre os problemas encontrados destacam-se a expropriação de terras que culminou na restrição da atividade de agricultura familiar e nos interesses das comunidades locais. O conflito de interesses motivou reações por parte das comunidades locais que incluíram protestos e manifestações além de pressão judicial às autoridades responsáveis.

“O clima de tensão resultou em processo judicial, no tribunal provincial do Huambo, a partir do ajuizamento de ação de restituição de posse pelo advogado que defende os interesses dos agricultores. O processo encontra-se em andamento, sendo o quadro, contudo, complexo...” (Lins & Correia, 2021).

Nesse sentido, verifica-se que a atuação da China na agricultura angolana ocorre de distintas maneiras, seja por meio de empréstimos ou de suas empresas, em associação com o governo e empresas angolanas. Assim, o setor agrícola em Angola tem atraído um relevante volume de recursos chineses, quando comparado a outros países do continente.

Não obstante aos investimentos empregados, o setor ainda continua frágil e grande parte dos produtores – as famílias camponesas – continuam sem assistência por parte do governo angolano. Portanto, para que o financiamento chinês possa gerar impacto positivo para o setor produtivo, devem estar direcionados para os pequenos produtores que são responsáveis pela maioria da produção de alimentos angolana. O desenvolvimento autônomo de Angola depende da intensificação da produtividade da agricultura familiar.

---

<sup>40</sup> A empresa foi formada pelo contrato entre a empresa chinesa Jiangzhou Co. Lda. e a angolana Dajiang Construction Co. Lda. Ambas assinaram um contrato em 2017 com o governo de Angola (Lin & Correia, 2021).

## Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa, buscou-se analisar a relevância do setor agrícola para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico que possibilite a ruptura com os padrões da colonialidade em Angola. O setor contribuiu para a dinamização da economia angolana, gerando emprego para boa parte da população economicamente ativa do país. Além disso, a intensificação da atividade agrícola serve como subsídio para o desenvolvimento de outros setores, como a indústria. O setor tem capacidade para contribuir com a superação dos principais desafios sociais de Angola, uma vez que está intimamente associado ao enfrentamento da pobreza e insegurança alimentar e a mitigação das disparidades regionais dentro do país.

No primeiro capítulo, foram apresentadas algumas aproximações conceituais a partir de enfoques africanos acerca do desenvolvimento socioeconômico. Diante do exposto, entende-se que a promoção do desenvolvimento socioeconômico em Angola, bem como em outros países da África, só poderá ocorrer através da consolidação de sua autonomia política e econômica, forjadas a partir das capacidades sociais e materiais de suas populações (Ikechukwu, 2016; Rodney, 1972; Nkrumah, 1967).

O capítulo discutiu, ainda, o processo de desenvolvimento da economia angolana que se deu em torno do setor petrolífero. Observou-se que após o fim da Guerra Civil, as receitas do país estiveram apoiadas na comercialização do petróleo, seu principal produto de exportação. Isto possibilitou, por um lado, a atração de investimento internacional e o recrudescimento das relações internacionais angolanas, sobretudo com a China que se tornou um dos seus principais parceiros comerciais. Por outro lado, a centralização da atividade econômica na exportação de petróleo provocou profunda dependência do país em relação ao mercado internacional e do investimento externo, contribuindo para a diminuição da autonomia do país e a fragilização econômica. Os efeitos deste processo podem ser visualizados ao observar o comportamento decrescente do PIB, em momentos de baixa do preço do petróleo no mercado internacional - como demonstrado nas Figuras 5 e 6.

Assim, argumenta-se que historicamente, a opção de desenvolvimento levada a cabo pelos governos angolanos favoreceu o enriquecimento das elites nacionais e não foi capaz de construir a autonomia necessária para enfrentar a colonialidade impressa no Sistema Internacional.

Nesse sentido, o segundo capítulo, por sua vez, discutiu a relevância do setor agrícola, com uma importante estratégia para diversificar a economia angolana e contornar a estrutura

dependente criada pela centralização da atividade econômica no setor petrolífero, além de ser uma alternativa para aumentar a autonomia do país. É importante ressaltar que agricultura voltada para o mercado interno é majoritariamente desenvolvida por famílias camponesas que dependem exclusivamente da agricultura para auferir a renda necessária para seu sustento.

A população angolana está aumentando e com ela a necessidade de enfrentar a fome e a insegurança alimentar moderada e grave que acomete 73,5% da população total do país (FAO et al, 2021). O investimento no setor produtivo voltado para atender as necessidades do mercado interno, aliado a políticas públicas que reduzam a pobreza multidimensional e as assimetrias regionais são cruciais para o desenvolvimento socioeconômico autônomo de Angola.

Com efeito, o aumento da produtividade agrícola angolana também se relaciona com sua inserção na atual dinâmica do regime agroalimentar corporativo-ambiental, uma vez que a estrutura do mesmo tem capacidade de alterar os sistemas alimentares internos dos países (McMichael, 2009; Schneider et al, 2016). Argumentou-se que a estrutura do regime corporativo-ambiental é marcada por traços da colonialidade, em que países centrais possuem maior poder de barganha e decisão, enquanto os países periféricos ocupam um lugar de subalternidade. Isto pode ser visualizado, no caso de Angola ao verificar o aspecto tecnológico do setor produtivo, por exemplo. Os países que protagonizam o regime – EUA e China – empregam a bio e a nanotecnologia para intensificar a produtividade e agregar valor ao produto final. Angola, por sua vez, dispõe de baixa capacidade tecnológica desde a etapa de preparo do solo, como foi ilustrado na Figura 8, repercutindo na comercialização e no nível de produtividade. Entende-se que a incorporação de países periféricos, como Angola, a postos de liderança no regime agroalimentar atual constitui um grande desafio.

O terceiro capítulo buscou discutir os investimentos realizados pela China no setor agrícola angolano. Verificou-se que a Angola está entre os principais receptores dos investimentos chineses, sobretudo na modalidade de empréstimo, quando comparado a outros países da África Austral, como Moçambique e Zâmbia. Em dez anos (2004-2014) a China, através de instituições financeiras com destaque para o China Eximbank e CDB, forneceu 23 linhas de crédito a serem destinadas a atividades agrícolas ou adjacentes – a exemplo do setor de pesca - totalizando 1,3 bilhões de US\$.

Para além da agricultura, cabe lembrar a atuação da China frente a outros setores do continente africano como produção de energia, transportes, saneamento e rodovias (Assante, 2018). Como exemplo, pode-se citar as rodovias construídas com capital chinês que interligam a Tanzânia, Uganda, Quênia, Ruanda e Sudão do Sul (Assante, 2018). Uma outra obra do setor de transportes que proporcionou maior integração entre os países no continente foi a construção

da ferrovia que interliga a Tanzânia e a Zâmbia. Vista como o projeto mais representativo de investimento em infraestrutura feito pela China na África, pelo tempo empregado na consolidação do projeto – as negociações foram iniciadas em 1964 – e pela extensão territorial (Guo, 2019). Atualmente, boa parte do planejamento para investimentos em infraestrutura na África gira em torno da iniciativa *Belt and Road Initiative* (BRI). A iniciativa, lançada por Xi Jinping em 2013 busca interligar por duas vias - terrestre e marítima – países da Europa, Oriente Médio, África, América e Ásia (Abegunrin & Manyeruke, 2020). O processo de integração da África ao BRI, perpassa o fortalecimento da industrialização do continente e a intensificação do comércio local (Dominguéz, 2018).

Os investimentos fornecidos pela China sem a exigência de condicionalidades fazem parte da estratégia de Assistência ao Desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul e tem como argumento central o princípio de que a imposição de condicionalidades produz fis suras na soberania do país receptor (Huang, 2019). Esta particularidade contrasta com o modelo de investimento e as sugestões do Consenso de Washington, em que se recomenda condicionalidades políticas e econômicas rigorosas para países que solicitassem crédito junto ao FMI ou Banco Mundial (Abegunrin & Manyeruke, 2020; Dominguéz, 2018; Vadell; Ramos & Neves, 2014).

A China se coloca como um país que respeita a autodeterminação dos estados com os quais desenvolve cooperação. O discurso chinês unido ao histórico de apoio aos movimentos de independência e de busca pela autonomia de países africanos, notadamente em Angola, durante o século XX aproximaram o país asiático do continente africano. A experiência chinesa na erradicação da pobreza e combate à insegurança alimentar também auxiliaram no processo de estreitamento de suas relações.

Por outro lado, a forte presença da China no continente africano pode levantar questionamentos quanto benefícios para os receptores dos investimentos. Não obstante a retórica sobre ‘benefícios mútuos’, os ganhos podem ser assimétricos. No que se refere ao comércio, o país asiático é o maior exportador de para o continente africano , ao passo que as exportações de países africanos para a China são, em sua maioria, produtos primários com menor valor agregado (Assante, 2018; Carmody & Owusu, 2018), gerando maior saldo comercial para a China do que para a África.

O financiamento chinês – notadamente os empréstimos - podem levar a um cenário de dependência tanto de financiamento externo quanto de exploração exaustiva dos recursos naturais dos países africanos. Isto pode dificultar o processo de consolidação da autonomia –

fundamental para o desenvolvimento decolonial - de países receptores, como Angola, além de aumentarem os riscos de endividamento.

Para Walter Rodney (1972) o desenvolvimento autônomo dos países africanos virá a partir do entendimento das particularidades internas de cada sociedade, levando em conta as questões ambientais, realizando e organizando o trabalho em prol das populações. Dessa forma, corroborando com Rodney, argumenta-se que Angola tem em seu processo de desenvolvimento socioeconômico possui três desafios fundamentais: a) a diversificação da economia, b) o enfrentamento à pobreza e c) alcançar a segurança alimentar. A intensificação da produtividade agrícola é necessária para a superação dos três pontos supracitados e consequentemente para a construção do desenvolvimento autônomo deste país, que enfrenta um alto crescimento populacional, tornando os desafios ainda maiores.

Com efeito, é possível identificar três gargalos importantes para o desenvolvimento do setor agrícola: o primeiro é orçamento público limitado para estimular a produtividade; em seguida, tem-se a baixa tecnologia empregada no cultivo e, por fim, à falta de interesse das elites em impulsionar o setor.

Nesse sentido, entende-se que os investimentos chineses contribuem parcialmente com o desenvolvimento socioeconômico decolonial angolano, uma vez que tais investimentos auxiliam na superação dos dois primeiros gargalos anteriormente mencionados. O volume de recursos chineses destinados ao setor agrícola permitiu complementar o OGE (Orçamento Geral do Estado) de Angola e na construção de empreendimentos agrícolas, como fazendas, além de possibilitar a aquisição de maquinário agrícola, como tratores e insumos além da capacitação de mão-de-obra local através da transferência de conhecimento.

Por outro lado, verifica-se que para que os ganhos da relação sino-angolana, no setor agrícola, tornem-se simétricos faz-se necessária a inserção autônoma de Angola na estrutura do atual regime agroalimentar. Isto se configura como um importante desafio, uma vez que o regime agroalimentar corporativo-ambiental é permeado pela colonialidade e pelo protagonismo de empresas chinesas que atuam em distintos setores da cadeia produtiva agrícola e consequentemente conseguem maiores rendimentos quando comparados aos países que ocupam papéis de subalternidade e com menor autonomia, como os países periféricos. Nesse sentido, a superação da estrutura de desigualdade inerente ao regime agroalimentar deve fazer parte do esforço em prol do desenvolvimento de Angola, bem como de outros atores do Sul Global.

## Referências

- Abegunrin, O. & Manyeruke, C. (2020). *China's power in Africa: a new global order*. Cham, Switzerland. Palgrave Macmillan.
- Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). (2019). *Plano estratégico 2018-2022*. Recuperado de: [https://assets.website-files.com/5a6c3add10ba580001891994/5f55af77891b3242da1d7529\\_Plano%20Estrategico%20ADRA%202019%20Imagens.pdf](https://assets.website-files.com/5a6c3add10ba580001891994/5f55af77891b3242da1d7529_Plano%20Estrategico%20ADRA%202019%20Imagens.pdf)
- African Development Bank. (2017). *Angola: country strategy paper 2017-2021*. Recuperado de: <https://www.afdb.org/en/documents/document/angola-country-strategy-paper-2017-2021-95462>
- African Union. (2015a). *African Union Commission and the NEPAD planning and coordinating agency*. The CAADP Results Framework 2015-2025. Midrand, South Africa, NPCA.
- African Union. (2015b). *Agenda 2063: a África que queremos*. Recuperado de: [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_po.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf)
- African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development (AUDA-NEPAD). (2014). *Malabo Declaration on Accelerated Agricultural Growth and Transformation for Shared Prosperity and Improved Livelihoods African Union*. Recuperado de: <https://www.nepad.org/caadp/publication/malabo-declaration-accelerated-agricultural-growth>.
- African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development (AUDA-NEPAD). (2020). *Annual Report 2019*. Recuperado de: <https://www.nepad.org/publication/auda-nepad-2019-annual-report>.
- African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development. (AUDA-NEPAD). (2021). *Annual Report 2020*. Recuperado de: <https://nepad.org/publication/2020-auda-nepad-annual-report>
- Alves, J. (2019). Renascimento africano no século XXI? Desafios pós-coloniais e as reflexões sobre a África nas Relações Internacionais. *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v.16 n.2, p.7 – 14.
- Amin, S. (2011). *Maldevelopment: anatomy of a global failure*. (2a ed). Cape Town: Pambazuka Press.
- Andreasson, S. (2010) *Africa's Development Impasse: Rethinking the Political Economy of Transformation*. Zed Books.
- Anseeuw, W. (2013) The rush for land in Africa: Resource grabbing or green revolution? *South African Journal of International Affairs*, 20:1, 159-177.
- Anseeuw, W et al. (2012). *Transnational land deals for agriculture in the global south*. p.76

- Assante, R. (2018). China and Africa: Model of South-South Cooperation? *China Quarterly of International Strategic Studies*. Vol. 4, No. 2, p.259–279.
- Ballestrin, L. (2013) América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n 11. Brasília, pp. 89-117.
- Banco Nacional de Angola. (2005). *Relatório Anual de Contas 2005*. Recuperado de: <https://www.bna.ao/uploads/%7B5afb0e94-19ac-4bea-9e0c-768d7c98c667%7D.pdf>
- Banco Nacional de Angola. (2020). *Relatório Anual de Contas 2020*. Recuperado de: <https://www.bna.ao/uploads/%7Bb1bbb298-1342-4d41-946a-4311e9bc6d92%7D.pdf>
- BBC Brasil. (2008, dezembro 17). Entenda a variação nos preços do petróleo. *BBC Brasil*. Recuperado de: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081217\\_petroleo\\_qandarg](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081217_petroleo_qandarg).
- Belesky, P. & Lawrence, G. (2019). Chinese state capitalism and neomercantilism in the contemporary food regime: contradictions, continuity and change, *The Journal of Peasant Studies*, 46:6, 1119-1141, DOI: 10.1080/03066150.2018.1450242.
- Belik, W. (2019). Segurança alimentar e nutricional na China: aspectos históricos e atuais desafios. IN: LIMA, Marcos. OLIVEIRA, Eduardo (Org.). *Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional*. Recife: FASA, p.37-56.
- Begu, L. Vasilescu, M. Stanila, L & Clodnitchi, R. (2018). China-Angola Investment Model. *Sustainability*. 10, 2936. Doi:10.3390/su10082936.
- Bernardino-Costa, J. Maldonado-Torres & N. Grosfoguel, R. (2018). Introdução decolonialidade e pensamento afro diaspórico. IN: Bernardino-Costa, J. Maldonado-Torres, N. Grosfoguel, R. *Decolonialidade e pensamento diaspórico*. 1Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- Birmingham, D. (2015). *A short history of modern Angola*. New York: Oxford University Press.
- Brautigam, D. (2015) *Will Africa feed China?* Oxford: Oxford University Press.
- Brautigam, D. & Xiaoyang, T. (2009) China's Engagement in African agriculture: "Down to the Countryside". *The China Quarterly*. Doi: 10.1017/S0305741009990166.
- Brautigam, D. & Zhang, H. (2013). Green dreams: myth and reality in China's agricultural investments in Africa. *Third World Quarterly*, Vol. 34, No. 9, 2013, pp 1676–1696.
- Buckley, L., Ruijian, C., Yanfei, Y. & Zidong, Z. (2017). Chinese agriculture in Africa: Perspectives of Chinese agronomists on agricultural aid. *Discussion Paper*, IIED, London. Recuperado de <http://pubs.iied.org/17603IIED>.
- Campos, T. & Leite, A. (2020). A armadilha da pobreza: uma análise da contribuição das instituições multilaterais e regionais para o fraco desempenho econômico e social dos países do oeste africano. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v.9, n.17, jan./jun. p.257-279.

- Capan, Z. (2017). Decolonizing International Relations? *Third World Quarterly*, 38:1, 1-15, DOI: 10.1080/01436597.2016.1245100.
- Carmody, P. (2016) *The new scramble for Africa*. 2 Ed. Malden, MA: Polity Press.
- Carmody, P. & Owusu, F. (2011). A expansão da china para a África: interesses e estratégias. IN: Leão, R. Pinto, E. & Acioly, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011, p.235-267
- Castellano da Silva I. (2015). Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v.4, n.7, jan. /jun. p.139-172.
- Castro, M. & Seixas, B. (2013). O ponto de partida para um repensar de África nas relações internacionais: as origens das contribuições pan-africanistas. *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 15 - 23, 2.
- Corkin, L. (2013). *Uncovering African Agency: Angola's management of China's credit lines*. Farnham, VA: Ashgate.
- Cornelissen, S. Cheru, F. & Shaw, T. (2012). Introduction: Africa and International Relations in the 21st Century: Still Challenging Theory? IN: Cornelissen, S. Cheru, F. & Shaw, T. (2012) *Africa and International Relations in the 21st Century*. Palgrave Macmillan., p.1-20.
- Cynthia M. (2017). China and Brazil as Southern Africa's non-interfering development partners: rhetoric or reality? *Journal of Southern African Studies*, DOI: 10.1080/03057070.2017.1343014.
- De Ghetto, K., Gray, J. R., & Kiggundu, M. N. (2016). The African Union's Agenda 2063: Aspirations, Challenges, and Opportunities for Management Research. *Africa Journal of Management*, 2(1), 93–116. doi:10.1080/23322373.2015.1127090.
- Diao, X. Hazell, P. & Thurlow, J. (2010). The Role of Agriculture in African Development. *World Development* Vol. 38, No. 10, pp. 1375–1383, 2010.
- Diallo, A. (2011). Renascimento africano e desenvolvimento. *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 2, nº. 6. jun. Jul, p.92-120, 2011.
- Dominguéz, R. (2018). China y el renacimiento de África. IN: Vadell, J. (Org.). *A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, p.139- 183.
- Duggan, N. (2020). *Competition and compromise among Chinese actors in Africa: a bureaucratic politics study of chinese foreign policy actors*. Singapore. Palgrave Macmillan.
- Dunn, K. (2001). Introduction: Africa and International Relations Theory. IN: Dunn, K. & Shaw, T (Edit). (2001) *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Palgrave Publishers. P.1-10.

- Faleye, O. (2014). Africa and international relations theory: acquiescence and responses. *Journal of Globalization Studies*, Vol. 5 No. 2, November, 81–90.
- Foley, C. (2007). Land rights in Angola: poverty and plenty. *HPG Working Paper*. Overseas Development Institute, London. November.
- Fonseca, J. M. Esteves, P. L. & Gomes, G. Z. (2015). Brazilian health and agricultural cooperation in Angola: an overview. *BRICS Policy Center*. V. 3. N. 02. Recuperado de: <https://bricspolicycenter.org/en/research-topics/international-cooperation-and-development/south-south-cooperation/page/2/>
- Food and Agriculture Organization (FAO). (2021). *Angola*. Recuperado de: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/7>.
- Food and Agriculture Organization (FAO). (2019). *Annual population*. Recuperado de: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/OA/visualize>.
- Food and Agriculture Organization (FAO). (2019b). *FAO + China: partnering for sustainable food security*. Rome.
- Food and Agriculture Organization (FAO). (1996). *Rome Declaration on World Food Security: World Food Summit*. Recuperado de: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>.
- Food and Agriculture Organization; Economic Commission for Africa & African Union. (2020). *Africa Regional Overview of Food Security and Nutrition 2019*. Recuperado de: <http://www.fao.org/3/ca7343en/CA7343EN.pdf>.
- Food and Agriculture Organization (FAO); International Fund for Agricultural Development (IFAD); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); United Nations World Food Programme (WFP) & World Health Organization (WHO). (2020). *The state of food security and nutrition in the world 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/ca9692en>.
- Food and Agriculture Organization (FAO); International Fund for Agricultural Development (IFAD); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); United Nations World Food Programme (WFP) & World Health Organization (WHO). (2021). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>
- Food Security Information Network & Global Network Against Food Crises. (2021) *Global Report on Food Crises 2021*. Rome. Recuperado de: <https://www.fsinfo.org/sites/default/files/resources/files/GRFC%202021%20050521%20med.pdf>
- Friedmann, H. & McMichael, P. (1989). Agriculture and State System. The rise and decline of national's agriculture from 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v.29, n.2, p.93-117.
- Gonçalves, J. (2010) A economia de Angola: da independência à crise mundial de 2008. *Revista tempo do mundo*. v. 2, n. 3, p.75-92 Recuperado de: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/112/123>

- Gooch, E. & Gale, F. (2018). *China's Foreign Agriculture Investments*. United States Department of Agriculture. Recuperado de: <https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/88572/eib-192.pdf>
- Guo, Y. (2019). Development and Characteristics of China's Foreign Aid: The Tanzania–Zambia Railway. IN: Huang, M. Xu, X. & Mao, X. (Edit.) *South-south Cooperation and Chinese Foreign Aid*. Palgrave Macmillan, Singapore. p. 23-34.
- Harris, J. & Zeghidour, S. A África e a diáspora negra. IN: Mazrui, A. & Wondki, C. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília, UNESCO, p.849-873, 2010.
- Hendrickson, R. (2013). The Impact of Changing Global Power Relations on African Governance of Foreign Direct Investment. IN: Falola, T. & Achberger, J (Edit). *The Political Economy of Development and Underdevelopment in Africa*. p.128-146.
- Huntley, B. (2019). Angola, um perfil: fisiografia, clima e padrões de biodiversidade. IN: Huntley, B., Russo, V., Lages, F. & Almeida, N. *Biodiversidade de Angola ciência e conservação: uma síntese moderna* (F. S. Pereira, Trad.). Printer Portuguesa.
- Huang, M. (2019). Introduction: South–South Cooperation and Chinese Foreign Aid. IN: Huang, M. Xu, X. & Mao, X. (Edit.) *South-south Cooperation and Chinese Foreign Aid*. Palgrave Macmillan, Singapore, p. 1-22.
- Ikechukwu, O. (2016). African theories of development and the reality of underdevelopment. *International Journal of Development and Economic Sustainability*. Vol.4, No.4, pp.12-19.
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). (2021). *Climate Change 2021 The Physical Science Basis*. Recuperado de: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGI\\_Full\\_Report.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf)
- International Fund for Agricultural Development (2018). *Investindo na população rural de Angola*. Recuperado de: [https://www.ifad.org/documents/38714170/39972426/angola\\_port.pdf/8800695b-acd9-4670-ba18-963c3a5b838e](https://www.ifad.org/documents/38714170/39972426/angola_port.pdf/8800695b-acd9-4670-ba18-963c3a5b838e)
- Jiang, L. (2020). *Beyond Official Development Assistance: Chinese Development Cooperation and African Agriculture*. Palgrave Macmillan. Singapore.
- Karbo, T. (2014). The AU New Partnership for Africa's Development (NEPAD): The next 10 years. IN: Murithi, Tim (Edit). *Handbook of Africa's International Relations*. Routledge. P.62-72. 2014.
- Kiala, C. (2010). China–Angola aid relations: strategic cooperation for development? *South African Journal of International Affairs*.17:3, p.313-331.
- King, G. Keohane, R. & Verba, S. (1994). *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton University Press. Princeton.
- Langan, M. (2018). *Neo-colonialism and the poverty of 'development' in Africa*. Palgrave Macmillan. P.253.

- Land Matrix. *Angola*. Copyright 2020. Recuperado de: <https://landmatrix.org/data/?country=24&more=40>.
- Lawrence, G. & Burch, D. (2009). Towards a third food regime: behind the transformation. *Agric. Hum Values*. 26:267–279. DOI 10.1007/s10460-009-9219-4.
- Leite, A. & Lima, T. (2017). Aquisição Transnacional de Terras (Land Grabbing). *Estudos internacionais*. Belo Horizonte, v.5 n.2, p.5 – 12.
- Leite, A; Mota, A & Portela, P. (2020). Desglobalización y cooperación internacional: impactos de la acción china en las agendas de CELAC y FOCAC. In: Lo Brutto, G. & Domínguez, R. (Org.). *Desglobalización y análisis del sistema de cooperación internacional desde una perspectiva crítica*. 1ed.Santander: Editora da BUAP e Editorial de la Universidad de Cantabria, v. 1, p. 243-273.
- Lima, T. & Leite, A. (2016). Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 5, p. 121-151, 2016.
- Lins, H. & Correia Filho, L. (2021). Terra e agricultura nas relações sino-angolanas: um estudo sobre parceria e conflito em Angola. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, e1100. Doi: 10.21530/ci.v16n1.2021.1100.
- Lopes, Rafael. (2017). *A para além do desenvolvimento ocidental: ancestralidades na descolonização dos projetos políticos de Bolívia, Butão, Equador e Tanzânia* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG. Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Relinternac\\_LopesRB\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Relinternac_LopesRB_1.pdf)
- Lyrio, M. (2010). *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. FUNAG, Brasília. Recuperado de: [http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao\\_da\\_China\\_como\\_Potencia\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf)
- Maconachie, R. (2018). Agriculture. IN: Binns, T. Lynch, K. & NEL, E. *The Routledge Handbook of African Development*. Routledge. 2018, p.506-515.
- Maldonado-Torres, N. (2018). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. IN: Bernardino-Costa, J. Maldonado-Torres, N. & Grosfoguel, R. *Decolonialidade e pensamento diaspórico*. 1Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- Matos, P. (2013). Estudos Africanos: da perspectiva ocidental à proposta pan-africanista. *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 25 - 39, 2º sem.
- Mendes, C. A. Tian, X. (2020) As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola. *Relações Internacionais*. N65 Lisboa. Doi: <http://dx.doi.org/10.23906/ri2020.65a05>.
- Menezes, G. (2013). *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. – Brasília: FUNAG, p.353.
- Milani, C. (2012). Aprendendo com a história: crítica à experiência da cooperação norte-sul e atuais desafios à cooperação sul-sul. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, 65, p. 211-231.

- Milani, C. & Carvalho, T. (2013). Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais*. v. 1 n. 1 jan-jun, p. 11-35.
- Minillo, X. (2013). Imagens e narrativas da África: desmistificando as teorias de relações internacionais. *Revista Inter Ação*, v. 5, p. 16-34.
- McMichael, P. (2009). A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, 36:1, 139-169. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150902820354>
- McMichael, P. (2010). Agrofuels in the food regime. *The Journal of Peasant Studies*, 37:4, 609-629. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2010.512450>.
- Moyo, D. (2009) *Dead Aid: why aid is not working and how there is a better way for Africa*. Farrar, Straus and Giroux New York.
- Muimba-Kankolongo, A. (2018). *Food Crop Production by Smallholder Farmers in Southern Africa: Challenges and Opportunities for Improvement*. Elsevier.
- Murithi, T. (2014) Introduction: the evolution of Africa's international relations. IN: Murithi, T. (Edit). *Handbook of Africa's International Relations*. Routledge.
- Ndlovu-Gatsheni, S. (2015). Decoloniality as the Future of Africa. *History Compass* 13/10: 485–496.
- Ndlovu-Gatsheni, S. (2021). The cognitive empire, politics of knowledge and African intellectual productions: reflections on struggles for epistemic freedom and resurgence of decolonisation in the twenty-first century. *Third World Quarterly*, 42, 5, 882–901. Doi: <https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1775487>.
- New Partnership for Africa's Development (NEPAD). (2013). *Agriculture in Africa: Transformation and outlook*. Recuperado de: <https://www.nepad.org/caadp/publication/agriculture-africa-transformation-and-outlook>.
- Nkrumah, K. (1967). *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nuetah, J. & Xin, X. (2019). Has China's investment pattern in sub-Saharan Africa been driven by natural resource quest? *Global Journal of Emerging Market Economies*. p.1-17.
- Oduwale, E. (2013). The question of development in Africa. IN: Falola, T. & Achberger, J. (Edit). *The political economy of development and underdevelopment in Africa*. pp.331-341.
- Otávio, A. (2013). Entre o Pan-Africanismo e o African Renaissance: a busca pelo desenvolvimento em um mundo em transformação. *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 84 - 97, 2o sem.
- Parker, L. & Fourle, E. (2018). Sino-Angolan agricultural cooperation: still not reaping rewards for the Angolan agricultural sector. *Review of African Political Economy*. Doi: <https://doi.org/10.1080/03056244.2018.1500359>
- Pautasso, D. (2010). A economia política internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan. Dez.

- Ovadia, J. (2018). State-led industrial development, structural transformation and elite-led plunder: Angola (2002–2013) as a developmental state. *Development Policy Review*. 1–20.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.
- Quijano, A. (2007). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, 21:2-3, 168-178.
- República de Angola. (2020c). *Orçamento Geral do Estado 2021*. Ministério das Finanças. Recuperado de: [https://www.cabri-sbo.org/uploads/bia/Angola\\_2021\\_Approval\\_External\\_BudgetProposal\\_MinFin\\_ECCAS\\_SADC\\_Portguese.pdf](https://www.cabri-sbo.org/uploads/bia/Angola_2021_Approval_External_BudgetProposal_MinFin_ECCAS_SADC_Portguese.pdf)
- República de Angola. (2018a). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*. Vol. 1. Recuperado de: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>
- República de Angola. (2020a). *Pobreza multidimensional em Angola*. Recuperado de: [https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/Angola\\_PM\\_2020.pdf](https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/Angola_PM_2020.pdf)
- República de Angola. (2018b). *Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações – PRODESI*. Ministério da Economia e do Planeamento. Recuperado de: [https://mep.gov.ao/fotos/frontend\\_27/gov\\_documentos/prodesi\\_36343524460531f3ababc.pdf](https://mep.gov.ao/fotos/frontend_27/gov_documentos/prodesi_36343524460531f3ababc.pdf)
- República de Angola (2002). *Programa do governo para o período 2003-2004*. Ministério das Finanças. Recuperado de: <http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033823.pdf>
- República de Angola. (2004). *Programa geral do governo para o biênio 2005-2006*. Ministério das Finanças. Recuperado de: <http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033822.pdf>
- República de Angola. (2020b). *Relatório de resultados da campanha agrícola 2018/2019*. Ministério da agricultura e florestas. Recuperado de: [https://assets.website-files.com/5a8e71e3c7881c000130ff13/5ef9a5fa04117d2577e30184\\_RELATORIO\\_DA\\_CAMPANHA%20AGRICOLA%202018-2019.pdf](https://assets.website-files.com/5a8e71e3c7881c000130ff13/5ef9a5fa04117d2577e30184_RELATORIO_DA_CAMPANHA%20AGRICOLA%202018-2019.pdf)
- Rodney, W. (1972). *How Europe Underdeveloped Africa*. Abuja, Nigeria: Panaf Publishers.
- Sassen, S. (2014). *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. The Belknap press of Harvard university press. Cambridge, Massachusetts London, England.
- Schneider, S. Schubert, M & Escher, F. (2016). Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias*. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun.
- Silva, M. (2007). *A independência de Angola*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

- Smith, K. (2012). Africa as an Agent of International Relations Knowledge. IN: CORNELISSEN, Scarlett. CHERU, Fantu. SHAW, Timothy. *Africa and International Relations in the 21st Century*. PalgraveMacmillan.p.21-35.
- Sonangol. (2021a). *As nossas origens*. Recuperado de: <https://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/ASonangoIEP/A%20Nossa%20Hist%C3%B3ria/Paginas/A-Nossa-Hist%C3%B3ria.aspx>
- Sonangol. (2021b). *Refino de Petróleo e Comercialização de Negociação*. Recuperado de: <https://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/%C3%81reasDeAtividade/Refinacao%20e%20Comercializacao/Paginas/Refina%C3%A7%C3%A3o-e-Comercializa%C3%A7%C3%A3o.aspx>
- Sousa, M. & Leite, A. (2017). O dinamismo das aquisições transnacionais de terra: aproximando o fenômeno das relações internacionais e da economia política internacional. *Estudos Internacionais*, v. 5, p. 13-33.
- Southern African Development Community. (2020). *Synthesis Report: on the state of food and nutrition security and vulnerability in Southern Africa*. Recuperado de: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Synthesis\\_Report\\_2020\\_-\\_ENGLISH.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Synthesis_Report_2020_-_ENGLISH.pdf)
- Sow, C. Phiri, D. Fome Zero na África. In: Graziano da Silva, J. (Coord.). *Do fome zero ao zero hunger: uma perspectiva global*. Roma. FAO. 2019. p.70-89.
- The United Nations Refugee Agency (UNHCR). (2021). *Angola Overview*. Recuperado de: <https://data2.unhcr.org/en/country/ago>
- Tomas, J. (2013). Agriculture as a tool for development in Angola. *African Journal of Agricultural Research*. Vol. 8(50), pp. 6642-6650, 26. Doi: 10.5897/AJAR10.033.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2019). *Investment Policy Review Angola*. Geneva. Recuperado de: <https://unctad.org/webflyer/investment-policy-review-angola#:~:text=In%20recent%20years%2C%20foreign%20direct,concentrated%20in%20the%20extractive%20sector.&text=It%20calls%20for%20concrete%20measures,modes%20of%20production%20in%20agriculture>
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2020). *World investment report 2020: International production beyond the pandemic*. Recuperado de: [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf)
- United Nations Development Programme (PNUD). (2005). *Defusing the Remnants of War Economics, Economic Report on Angola in 2002–2004*. Draft, UNDP, Luanda. Recuperado de: <https://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/publicacoes/economic-report2005.html>
- United Nations Development Programme (PNUD). (2019). *Briefing note for countries on the 2019 Human Development Report: Angola*. Human Development Report 2019. Recuperado de: [file:///C:/Users/Aline%20Carolina/Dropbox/My%20PC%20\(DESKTOP-3J4Q8UH\)/Downloads/HDR%202019\\_Angola.pdf](file:///C:/Users/Aline%20Carolina/Dropbox/My%20PC%20(DESKTOP-3J4Q8UH)/Downloads/HDR%202019_Angola.pdf)

- Vadell, J. Ramos, L. & Neves, P. (2014). The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. *Rev. Bras. Polít. int.* 57 (special edition). p.91-107.
- Vennesson, P. (2008). Case studies and process tracing: theories and practices. IN: Della Porta, D. Keating, M. *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: a pluralist perspective*. Cambridge University Press. p.223-239.
- Wanda, F. (2017). Understanding post-war foreign direct investment in Angola: south–south led or the west still rules? *Journal of Southern African Studies*, p. 1-18.
- Welborn, L. Cilliers, J. & Kwasi, S. (2020). Cenários do futuro de Angola 2050: Para além do petróleo. *Instituto de Estudos de Segurança*. Recuperado de: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/sar-35-por.pdf>
- Wolf, C. (2017). Industrialization in times of China: domestic-market formation in Angola. *African Affairs*, 1–27. Doi: 0.1093/afraf/adx015
- World Bank. (2007). *Angola: oil, broad-based growth, and equity*. Recuperado de: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6759>
- World Bank (2008). *World Development Report 2008: Agriculture for Development*, Washington, DC: World Bank. 2008. Recuperado de: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5990>.
- World Bank; Food and Agriculture Organization & International Fund for Agricultural Development. (2009) *Gender in Agriculture Sourcebook*. 2009. Recuperado de: <http://www.fao.org/3/aj288e/aj288e.pdf>.
- Zondi, S. (2020). The post-colonial is neocolonial in the Indian Ocean region: the case of Chagos seen through the African-centred decolonial theoretical lens. *Africa Review*, 12:2, 119-132, DOI: 10.1080/09744053.2020.1754677.
- Zhou, J. & He, W. (2014). Chinese Cooperation in Mozambique and Angola: A Focus on Agriculture and Health. *BPC Papers*. V. 2. N. 03 - Set - Dec, p.37.

## Apêndice A – PDN (2018-2022): eixos e políticas públicas

---

### EIXO 1 DESENVOLVIMENTO HUMANO E BEM-ESTAR

---

#### 1.1 População:

- 1.1.1 Desenvolvimento local e combate à pobreza
- 1.1.2 Proteção e promoção dos direitos da criança
- 1.1.3 Promoção do gênero e empoderamento da mulher
- 1.1.4 Valorização da família e reforço das competências familiares
- 1.1.5 Desenvolvimento integral da juventude

---

#### 1.2 Educação e ensino superior:

- 1.2.1 Formação e gestão do pessoal docente
- 1.2.2 Desenvolvimento da educação pré-escolar
- 1.2.3 Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário
- 1.2.4 Desenvolvimento do ensino secundário geral
- 1.2.5 Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico-profissional
- 1.2.6 Intensificação da alfabetização e da educação de jovens e adultos
- 1.2.7 Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica
- 1.2.8 Acção social, saúde e desporto escolar

---

#### 1.3 Desenvolvimento dos recursos humanos:

- 1.3.1 Plano nacional de formação de quadros
- 1.3.2 Reforço do sistema nacional de formação profissional
- 1.3.3 Estabelecimento do sistema nacional de qualificações

---

#### 1.4 Saúde:

- 1.4.1 Melhoria da assistência médica e medicamentosa
- 1.4.2 Melhoria da saúde materno-infantil e nutrição
- 1.4.3 Combate às grandes endemias pela abordagem das determinantes da saúde
- 1.4.4 Reforço do sistema de informação sanitária e desenvolvimento da investigação em saúde

---

#### 1.5 Assistência Habitação:

- 1.5.1 Apoio à vítima de violência
- 1.5.2 Melhoria do bem-estar dos antigos combatentes e veteranos da pátria
- 1.5.3 Modernização do sistema de protecção social obrigatória

---

#### 1.6 Habitação:

- 1.6.1 Habitação

---

#### 1.7 Cultura:

- 1.7.1 Valorização e dinamização do património histórico e cultural
- 1.7.2 Fomento da arte e das indústrias culturais e criativas

---

#### 1.8 Desporto:

- 1.8.1 Generalização da Prática Desportiva e Melhoria do Desporto de Rendimento

---

### EIXO 2 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL, DIVERSIFICADO E INCLUSIVO

---

#### 2.1 Sustentabilidade das finanças públicas:

- 2.1.1 Melhoria da Gestão das Finanças Públicas

---

#### 2.2 Ambiente de negócios, competitividade e produtividade:

- 2.1.1 Melhoria do ambiente de negócios e concorrência
- 2.1.2 Melhoria da competitividade e da produtividade
- 2.1.3 Melhoria do sistema nacional de qualidade
- 2.1.4 Promoção da inovação e transferência de tecnologia

---

#### 2.2 Fomento da produção, substituição de importações e diversificação das exportações:

- 2.2.1 Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações
  - 2.2.2 Fomento da produção agrícola
-

- 
- 2.2.3 Fomento da produção pecuária
  - 2.2.4 Fomento da exploração e gestão sustentável de recursos florestais
  - 2.2.5 Melhoria da segurança alimentar e nutricional
  - 2.2.6 Exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e do sal
  - 2.2.7 Desenvolvimento da aquicultura sustentável
  - 2.2.8 Desenvolvimento e modernização das actividades geológico-mineiras
  - 2.2.9 Desenvolvimento e consolidação da fileira do petróleo e gás
  - 2.2.10 Fomento da produção da indústria transformadora
  - 2.2.11 Desenvolvimento de indústrias da defesa
  - 2.2.12 Desenvolvimento hoteleiro e turístico
- 

#### **2.4 Sustentabilidade Ambiental:**

- 2.4.1 Alterações climáticas
  - 2.4.2 Biodiversidade e áreas de conservação
  - 2.4.3 Ordenamento do espaço marinho e saúde do ecossistema
  - 2.4.4 Prevenção de riscos e protecção ambiental
- 

#### **2.5 Emprego e Condições de Trabalho:**

- 2.5.1 Reconversão da economia informal
  - 2.5.2 Promoção da empregabilidade
  - 2.5.3 Melhoria da organização e das condições de trabalho
- 

### **EIXO 3 INFRAESTRUTURAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO**

---

#### **3.1 Transportes e logística:**

- 3.1.1 Modernização e desenvolvimento da actividade de transportes
  - 3.1.2 Desenvolvimento e melhoria das infraestruturas de transportes
  - 3.1.3 Expansão do transporte público
  - 3.1.4 Desenvolvimento da logística e da distribuição
    - 3.1.4.1 Rede nacional de plataformas logísticas
    - 3.1.4.2 Desenvolvimento e operacionalização da rede de armazenagem, distribuição e comercialização de bens alimentares
- 

#### **3.2 Energia Eléctrica:**

- 3.2.1 Expansão do Acesso à Energia Eléctrica nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais
  - 3.2.2 Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico
- 

#### **3.3 Água e Saneamento:**

- 3.3.1 Expansão do abastecimento de água nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais
  - 3.3.2 Desenvolvimento e consolidação do sector da água
  - 3.3.3 Melhoria do Saneamento Básico
- 

#### **3.4 Comunicações:**

- 3.4.1 Desenvolvimento de infra-estruturas de telecomunicações e tecnologias de informação
- 

### **EIXO 4 CONSOLIDAÇÃO DA PAZ, REFORÇO DO ESTADO DEMOCRÁTICO E DE DIREITO, BOA GOVERNAÇÃO, REFORMA DO ESTADO E DESCENTRALIZAÇÃO**

---

#### **4.1 Reforço das bases da democracia e da sociedade civil:**

- 4.1.1 Melhoria do serviço público nacional de comunicação social
  - 4.1.2 Promoção da cidadania e da participação dos cidadãos na governação
- 

#### **4.2 Boa Governação, reforma do estado e modernização da administração pública:**

- 4.2.1 Aprofundamento da reforma da administração pública
  - 4.2.2 Capacitação institucional e valorização dos recursos humanos da administração pública
  - 4.2.3 Reforma e modernização da administração da justiça
  - 4.2.4 Reforço do combate ao crime económico, financeiro e à corrupção
- 

#### **4.3 Descentralização e reforço do poder local:**

- 4.3.1 Desconcentração administrativa e financeira
  - 4.3.2 Descentralização e implementação das autarquias locais
  - 4.3.3 Reforma da administração local e melhoria dos serviços públicos a nível municipal
-

---

**EIXO 5 DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DO TERRITÓRIO**

---

**5.1 Desenvolvimento territorial:**

- 5.1.1 Coesão territorial

**5.2 Ordenamento do território e urbanismo:**

- 5.2.1 Melhoria do sistema geodésico e cartográfico nacional  
5.2.2 Construção e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias  
5.2.3 Construção e reabilitação de edifícios públicos e equipamentos sociais  
5.2.4 Desminagem  
5.2.5 Desenvolvimento da rede urbana

---

**EIXO 6 GARANTIA DA ESTABILIDADE E INTEGRIDADE TERRITORIAL DE ANGOLA E REFORÇO DO SEU PAPEL NO CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL**

---

**6.1 Defesa nacional:**

- 6.1.1 Fortalecimento e valorização das forças armadas  
6.1.2 Reforço das capacidades técnico-materiais e operacionais

**6.2 Segurança Nacional e dos Cidadãos:**

- 6.2.1 Reforço do combate à criminalidade e à delinquência  
6.2.2 Melhoria do controlo das fronteiras nacionais e imigração  
6.2.3 Melhoria da capacidade nacional de prevenção e socorro das populações

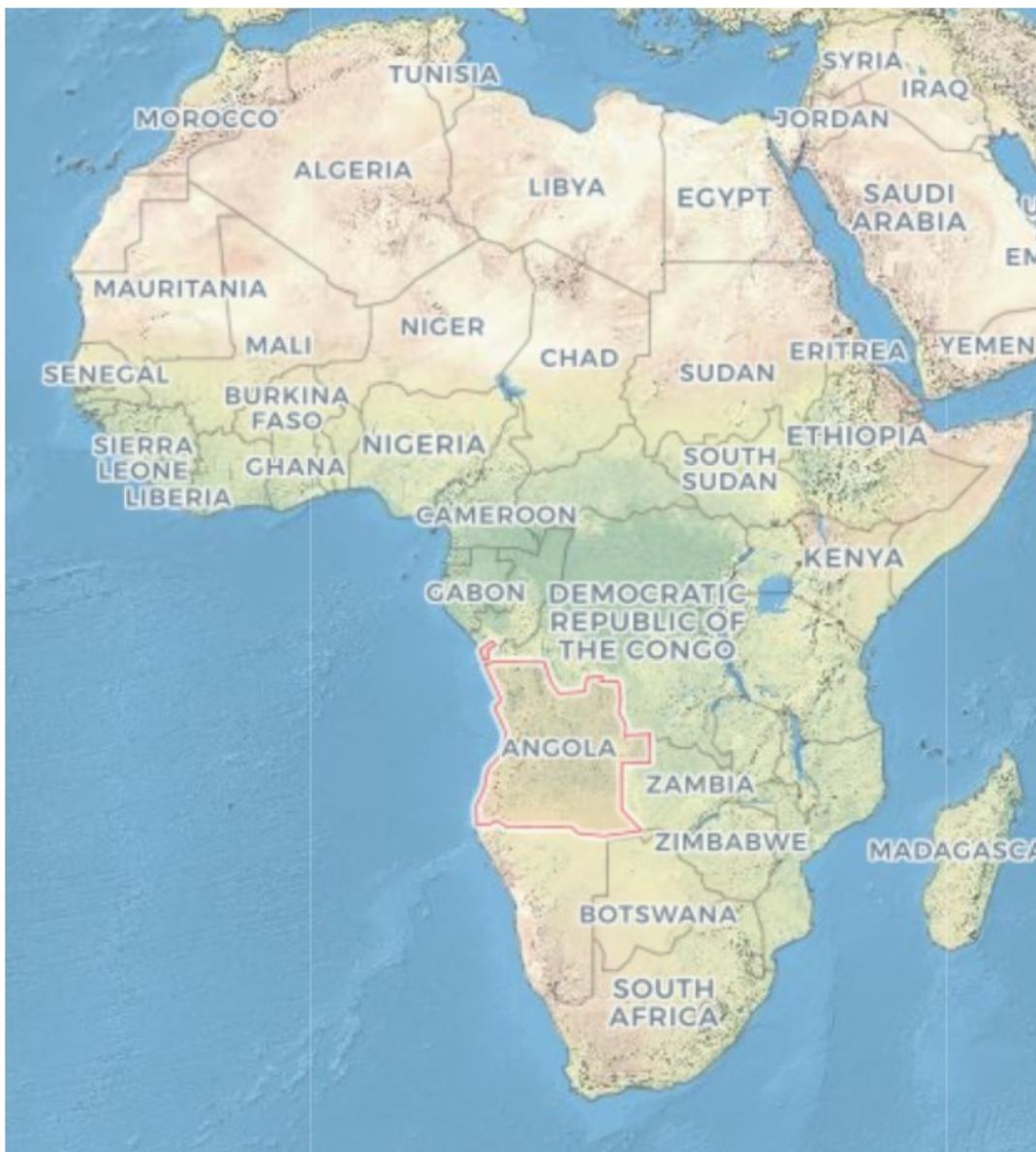
**6.3 Reforço do papel de Angola no contexto internacional e regional:**

- 6.3.1 Melhoria da participação de Angola no comércio internacional  
6.3.2 Reforço da projeção de Angola no exterior

---

Fonte: Elaboração própria a partir de República de Angola, 2018

### Anexo A - Localização de Angola no Continente Africano



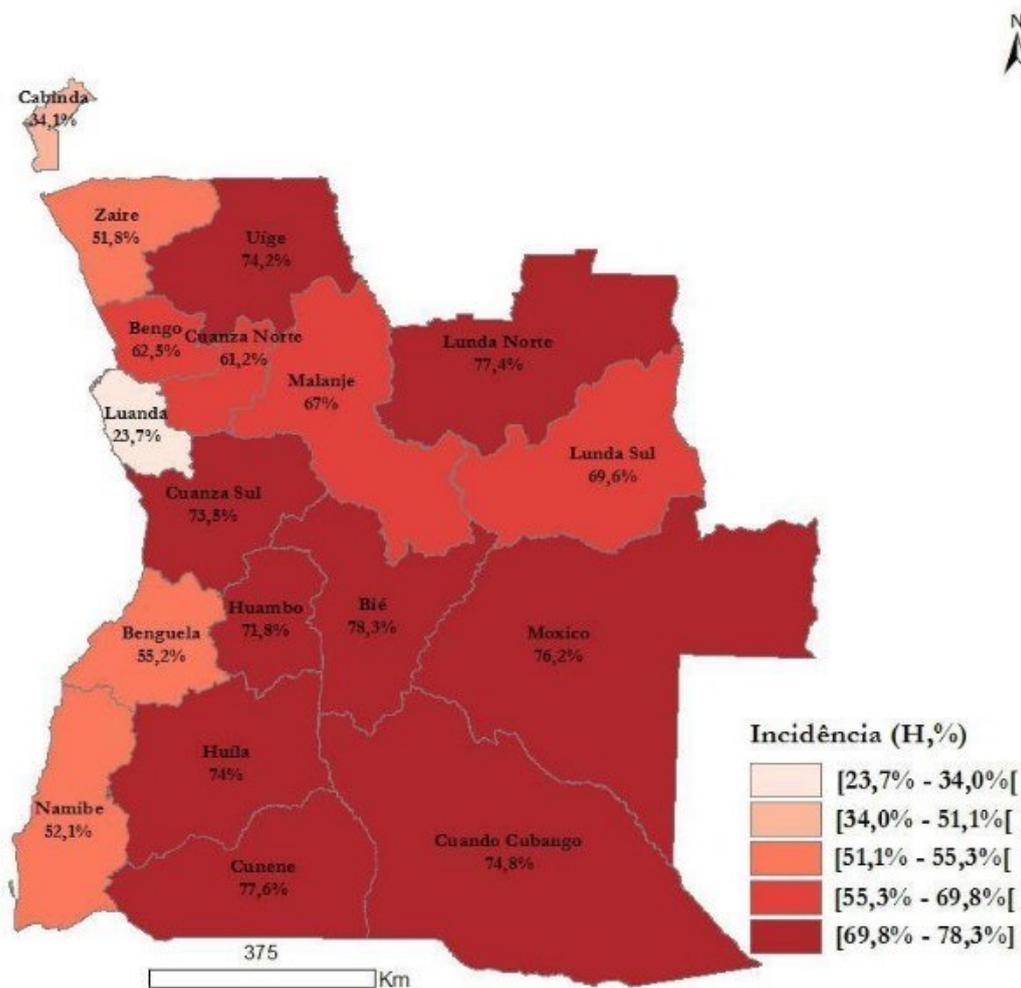
Fonte: FAOSTAT. Recuperado de: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/7>

### Anexo B – Composição do IPM-A

Dimensão	Indicador	Linha de privação Um agregado familiar é privado se:	Peso da dimensão	Peso do indicador
Saúde	Nutrição	Ao menos uma criança menor de 5 anos tem malnutrição crónica (baixa altura por idade) ou malnutrição aguda (baixo peso por altura).	25%	8,3%
	Cuidados de saúde materna	Ao menos uma mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), que esteve grávida nos últimos 2 anos, não fez pelo menos 4 consultas pré-natais ou o parto não foi assistido por um profissional de saúde qualificado.		8,3%
	Mortalidade infantil	Ao menos uma criança morreu antes de completar 5 anos, nos últimos 5 anos anteriores a entrevista.		8,3%
Educação	Registo civil	Ao menos um membro de 0-5 anos não tem registo de nascimento.	25%	8,3%
	Anos de escolaridade	Nenhum membro de 12 ou mais anos tem pelo menos 6 anos de escolaridade.		8,3%
	Frequência escolar	Existe pelo menos uma criança entre 6-14 anos que não frequenta a escola. (idade oficial obrigatória do ensino primário ao I ciclo do ensino secundário).		8,3%
Qualidade de vida	Combustível sólido para cozinhar	O principal combustível para cozinhar é carvão, lignite, carvão vegetal, lenha, palha, ramos, canas, produtos agrícolas, estrume ou outro.	25%	4,2%
	Acesso a electricidade	Não tem electricidade da rede em casa.		4,2%
	Tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação	O piso da casa é de terra ou as paredes de materiais naturais ou não adequados ou o tecto de materiais naturais ou não adequado.		4,2%
	Posse de Bens	Não possui mais que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, geleira/arca, bicicleta, motorizada ou carroça de tracção animal e não possui um carro ou camião.		4,2%
	Acesso a água apropriada para beber	Não tem acesso a fonte de água apropriada para beber a uma distância inferior a 30 minutos (ida e volta).		4,2%
	Acesso ao saneamento	Não tem acesso a algum tipo de saneamento apropriado ou se a instalação sanitária da casa é partilhada com outro agregado.		4,2%
Emprego	Trabalho infantil	Ao menos uma criança de 5-17 anos trabalha (utilizando os padrões da OIT e UNICEF).	25%	6,3%
	Desemprego entre adultos	Algum membro com 25-64 anos não trabalha, mas está disponível para trabalhar.		6,3%
	Desemprego juvenil	Algum membro com 15-24 anos não trabalha e não estuda.		6,3%
	Dependência	Por cada 5 membro do agregado familiar não existe pelo menos um membro com 15-64 anos que tem emprego remunerado.		6,3%

Fonte: República de Angola, 2020, p.20.

### Anexo C – Incidência da pobreza multidimensional (H%), IIMS 2015-2016



Fonte: República de Angola, 2020, p.54.